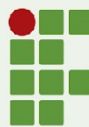




CPA Comissão Própria
de Avaliação



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

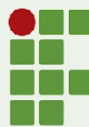
**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL 2022-2023
CÂMPUS PITANGA**

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO LOCAL

**PITANGA
2023**



CPA Comissão Própria
de Avaliação



INSTITUTO FEDERAL
Paraná



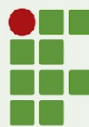
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CÂMPUS
PITANGA - IFPR

Relatório elaborado pela Comissão Própria de
Avaliação Local (CPA) do Instituto Federal do
Paraná (IFPR), SINAES/INEP/MEC.

PITANGA
2023



CPA Comissão Própria
de Avaliação



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

DADOS DA INSTITUIÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

Código e-MEC/INEP do IFPR: 14724

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Paraná

Endereço da Reitoria: Rua Emílio Bertolini, nº 54 – Bairro Cajuru - CEP: 82920-030

Município: Curitiba

Representante Legal: ODACIR ANTONIO ZANATTA

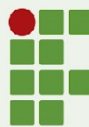
Endereço do Câmpus: Rua José de Alencar, 1080 - V. Planalto - 85200-000

Pitanga - PR - Brasil.

Representante Legal: [Marcelo Mazzetto](#).



CPA Comissão Própria
de Avaliação



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

EQUIPE GESTORA

Diretor(a) Geral

[Maicon Rogério de Souza](#)

Diretoria de Administração

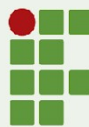
[Marcelo Mazzetto](#)

Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

[Daniel Rotella Cocco](#)

Comissão Própria de Avaliação Local – Gestão 2022-2024

Portaria nº 31, de 30 de maio de 2022.

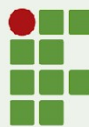


MEMBROS	SEGMENTOS	SITUAÇÃO
Arthur Rovida de Oliveira	Docente	Titular
Aline Fabiane Barbieri	Docente	Titular
Douglas Alexandre	Técnico Administrativo em Educação	Titular
Jeovane Pichuski	Técnico Administrativo em Educação	Titular
Douglas Rodrigues da Silva	Discente	Titular
Fernanda do Carmo Cezário	Discente	Titular
José Florisvaldo Pereira Quinto	Sociedade Civil	Titular
Nilson Padilha	Sociedade Civil	Titular
Maria Sandreana Salvador Lizzi	Docente	Suplente
Wellington Henrique Machado de Lima	Técnico Administrativo em Educação	Suplente
Eduardo Ratki Krautchuk	Discente	Suplente



Sumário

1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS.....	7
1.1 Histórico do Câmpus.....	7
1.2 Eixos Tecnológicos e Cursos Ofertados.....	8
1.3 Perfil da Comunidade Acadêmica.....	13
1.4 Síntese do PPI.....	21
2. HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	39
2.1 Avaliação dos Estudantes.....	39
2.2 Avaliação dos Técnicos.....	39
2.3 Avaliação dos Docentes.....	39
2.4 Participação da Sociedade Civil Organizada.....	40
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO 2022-2023.....	41
3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	41
Resultados:.....	43
3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.....	43
3.2.1 Missão e plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....	43
3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (PDI).....	45
Resultados:.....	47
3.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....	47
3.3.1 Política de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	48
Resultados:.....	56
3.3.2 Comunicação com a Sociedade.....	56
Resultados:.....	58
3.3.3 Política de Atendimento aos Discentes.....	58
Resultados:.....	60
3.4 Eixo – 4 Políticas de Gestão.....	60
3.4.1 Política de Pessoal.....	60
Resultados:.....	64
3.4.2 Organização e Gestão da Instituição.....	65
Resultados:.....	74
3.4.3 Sustentabilidade Financeira.....	74
Resultados:.....	78
3.5 Eixo 5 – Infraestrutura.....	78
Resultados:.....	83
4. PLANO DE AÇÃO DA CPA LOCAL.....	84
4.1. Objetivos Estratégicos.....	84
4.2 Propostas de Melhorias.....	87
4.3 Plano de Ação.....	89
4.4 Calendário da CPA.....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6. REFERÊNCIAS.....	91



1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

1.1 Histórico do Câmpus

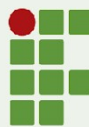
A implantação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Pitanga iniciou-se em 2014 com a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Vendas e Auxiliar Administrativo, e o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar Administrativo.

O funcionamento do Câmpus Pitanga foi autorizado pela Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, iniciando suas atividades de ensino em 09 de fevereiro de 2015, com o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio. Neste mesmo ano foi ofertado o curso de FIC em Conductor Ambiental Local.

No ano de 2016, continuou o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio e o IFPR - Câmpus Pitanga disponibilizou para a comunidade cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD: Administração, Agente Comunitário de Saúde, Logística, Meio Ambiente e Serviços Públicos, com polos nos municípios de Palmital, Cândido de Abreu e Pitanga. Neste mesmo ano, em parceria com a Casa Familiar Rural Vitor Mariano de Castro, Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação do Município de Pitanga, foram oferecidos ainda os cursos FIC em: Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar de Administração, Inglês Básico, Programador de Sistemas e Recreador.

Em 2017, além de quatro turmas de Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, e da continuidade dos cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD o IFPR – Câmpus Pitanga ofertou o curso de Pós-Graduação, nível de Especialização, em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica e o FIC Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

No ano de 2018 teve início a oferta do primeiro curso superior de Licenciatura em Química e a oferta dos FIC's Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I e Pintura II. Posteriormente, em 2019, tiveram início os cursos



superiores de Licenciatura em Pedagogia e de Tecnologia em Agroindústria, e uma nova oferta do FIC Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

Atualmente, são ofertados regularmente cursos de FIC e encontram-se em funcionamento o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, os cursos superiores de Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia e de Tecnologia em Agroindústria, além da Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica.

1.2 Eixos Tecnológicos e Cursos Ofertados

Atualmente (2021) o IFPR - Câmpus Pitanga conta com cinco cursos regulares em funcionamento: em **nível de educação básica**, etapa de **ensino médio** contamos com o Curso Integrado em Cooperativismo; em **nível de educação superior** contamos com os seguintes cursos: Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia e Tecnologia em Agroindústria; e um curso de **pós- graduação** em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica (lato sensu). Os cursos em funcionamento no Câmpus fazem parte de um planejamento mais amplo, que inclui também a abertura de um curso Técnico Integrado em Alimentos. Os cursos são ofertados nos seguintes níveis e modalidades:

Técnico em Cooperativismo

- Modalidade: Integrado
- Regime: Anual
- Duração: 4 anos
- Turno: Matutino

Licenciatura em Pedagogia

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 4 anos
- Turno: Noturno



Licenciatura em Química

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 4 anos
- Turno: Noturno

Tecnologia em Agroindústria

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 3 anos
- Turno: Noturno

Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

- Nível: Superior
- Regime: Modular
- Duração: 18 meses
- Turno: Noturno

Estes cursos devem ser compreendidos no contexto da estrutura organizacional dos cursos oferecidos pelo Câmpus. Cada um dos cursos ofertados e planejados na instituição foram cuidadosamente planejados tendo em vista suprir a demanda de formação técnico-profissional necessária ao fortalecimento do arranjo produtivo local em desenvolvimento, demandado em audiência pública pela comunidade, e a otimização dos recursos públicos, por meio do uso consorciado da estrutura física de salas de aula, laboratórios e equipamentos, além do uso otimizado do quadro de docentes, possibilitando uma ampliação no atendimento às necessidades locais e regionais por meio do uso mais racional dos recursos públicos disponíveis.

O quadro abaixo demonstra como os diferentes núcleos docentes (docentes do



Tronco comum, da área de Gestão/Administração, da área de Química, da área de Pedagogia e da área de Alimentos) são distribuídos nos cursos ofertados pelo Câmpus. Ressalta-se a preocupação em otimizar o quadro docente a partir do processo de verticalização dos eixos e formação. Os núcleos listados verticalmente no quadro abaixo explicitam como as áreas de concentração dos docentes já lotados no Câmpus seriam mobilizados no atendimento do curso Técnico Integrado em Alimentos, minimizando ao máximo a necessidade de contratação de novos professores.

QUADRO 2 – NÚCLEOS DOCENTES

	Tronco comum ¹	Gestão/ Administração	Química	Pedagogia	Alimento s
Tec. Integrado Cooperativismo	X	X			
Tec. Integrado Alimentos ²	X	X	X		X
Tec. Proeja-FIC Alimentos ³		X	X		X
Lic. Pedagogia	X			X	
Lic. Química			X	X	X
Tecnólogo Agroindústria		X	X		X
Pós-Graduação	X			X	

FONTE: IFPR. Câmpus Pitanga, 2019.

O curso técnico em Alimentos, em fase de avaliação para implementação, insere-se no itinerário formativo do IFPR - Câmpus Pitanga no fortalecimento da construção da base estrutural do projeto de verticalização no Câmpus. Como se pode observar no quadro anterior, o curso Técnico Integrado em Alimentos partilha áreas disciplinares comuns com outros cursos técnicos e esses, por sua vez, partilham essas mesmas bases com os cursos superiores já em desenvolvimento no Câmpus.

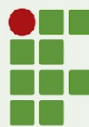
Na representação gráfica a seguir, podemos observar que o curso Técnico em Alimentos, juntamente com o curso Integrado em Cooperativismo, partilha a mesma

¹ Compilado de dados apresentados na publicação online “Perfil da Região Administrativa de Pitanga (2019)”. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=1072&btOk=ok

² Mapa disponível em

http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_demografica_social/grau_de_urbanizacao_2010.jpg

³ IPARDES. **Projeção da população dos municípios do Paraná para o período 2018 a 2040**. 2018. Nota técnica. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf.



base de formação comum e abrem a possibilidade de verticalização para os cursos superiores do Câmpus, especialmente com os cursos de Tecnologia em Agroindústria e de Licenciatura em Química.

Os cursos Técnicos Integrados em Cooperativismo e Alimentos partilham o tronco comum de disciplinas (Geografia, História, Matemática, Filosofia...). O curso Técnico Integrado em Alimentos partilha da Base técnica com o Proeja FIC em Alimentos, também de nível médio que representa, potencialmente, uma demanda historicamente represada no contexto local.

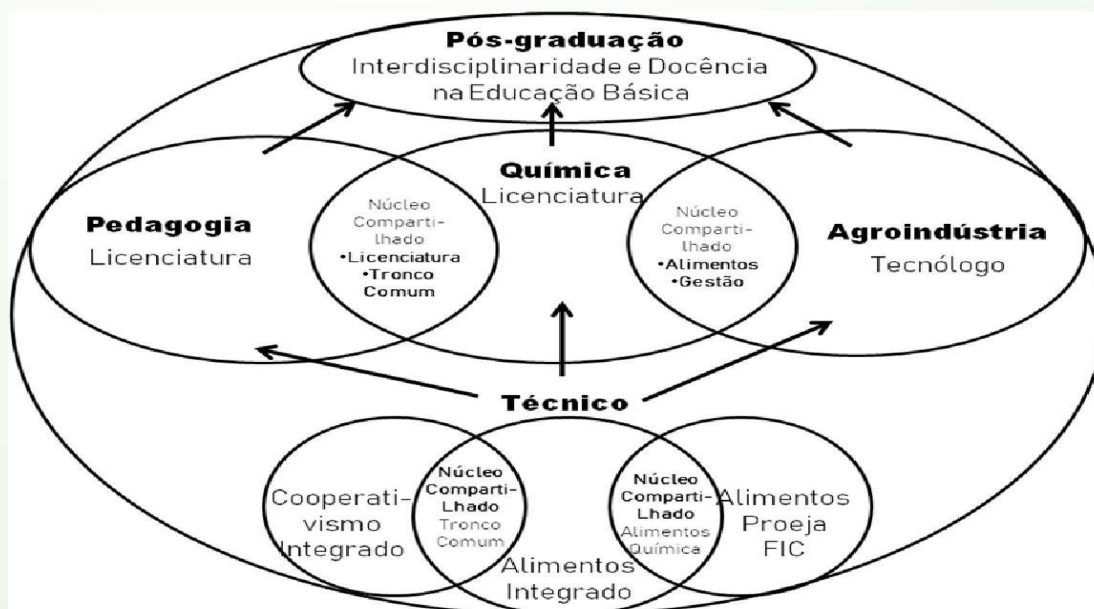
No ensino Superior, o curso de Licenciatura em Química partilha uma base comum com a Licenciatura em Pedagogia e, por outro lado, uma base comum com o curso Tecnólogo em Agroindústria.

As disciplinas técnicas do curso de Cooperativismo, com ênfase em Gestão e Administração, verticalizam com o curso de Agroindústria, cuja ênfase abrange a área de gestão e administração. A área técnica do curso Técnico Integrado em Alimentos e Proeja FIC verticalizam tanto com o curso de Agroindústria quanto de Química, por partilhar as mesmas bases técnicas. Os dois cursos integrados permitem uma verticalização com a Licenciatura em Pedagogia, estabelecida a partir das disciplinas do tronco comum.

A verticalização entre os cursos superiores e o curso de Pós-graduação é estabelecida principalmente a partir da licenciatura, com ênfase na interdisciplinaridade e à docência para a educação básica.



FIGURA 6 – VERTICALIZAÇÃO ENTRE CURSOS



FONTE: IFPR. Câmpus Pitanga, 2019

Atualmente, os cursos vigentes no IFPR - Câmpus Pitanga, contam com os seguintes quantitativos de estudantes:

QUADRO 3 – QUANTITATIVO DE ESTUDANTES

Curso	Turma	Quantidade
Técnico em Cooperativismo	4ª série	34
	3ª série	27
	2ª série	26
	1ª série	39
	4º Semestre	28



Licenciatura em Pedagogia	2º Semestre	36
Licenciatura em Química	6º Semestre	20
	4º Semestre	32
Tecnologia em Agroindústria	2º Semestre	30
	4º Semestre	18
	2º Semestre	21
Pós-graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Ed. Básica	Turma 3	25
TOTAL		336⁸

FONTE: IFPR. Câmpus Pitanga, 2021.

1.3 Perfil da Comunidade Acadêmica

A caracterização da unidade do IFPR - Câmpus Pitanga requer um trabalho de contextualização geográfica. É sua situação nos quadros social e econômico que permite compreender os processos de intervenção estatal que subsidiam a criação e os projetos de desenvolvimento e ampliação dessa instituição na região central do estado do Paraná.

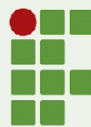
Como é possível observar no quadro a seguir⁴, a região em que se localiza o IFPR - Câmpus Pitanga possui características discrepantes da média estadual nos quesitos econômicos e sociais, especialmente no que se refere às taxas de urbanização e renda.

⁴ IPARDES: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015. Curitiba: IPARDES, 2017.



QUADRO 1 - Perfil da Região Administrativa de Pitanga (2019)

 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social				
PERFIL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PITANGA				
ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FONTE	DATA	REGIÃO	ESTADO
Área Territorial (km ²)	ITCG	2018	7.535,3 46	199.880,200
Densidade Demográfica (hab/km ²)	IPARDES	2018	13,82	56,7 8
Grau de Urbanização (%)	IBGE	2010	44,42	85,3 3
População Estimada (habitantes)	IBGE	2018	104.103	11.348.937
População Censitária (habitantes)	IBGE	2010	112.957	10.444.526
População Censitária Urbana (habitantes)	IBGE	2010	50.180	8.912.692
População Censitária Rural (habitantes)	IBGE	2010	62.777	1.531.834
População - Contagem (habitantes) ⁽¹⁾	IBGE	2007	117.388	10.284.503
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%)	IBGE	2010	-1,10	0,89
EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2018	2.017	209.363
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2018	2.332	277.945
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2018	15.026	1.410.023
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2018	4.735	424.840
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2018	708	80.4 20
Matrículas na Educação Especial (alunos)	MEC/INEP	2018	855	41.9 80
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (alunos)	MEC/INEP	2018	1.357	157.106
Matrículas na Educação Superior Presencial (alunos)	MEC/INEP	2017	1.091	382.853
Matrículas na Educação Superior a Distância (alunos)	MEC/INEP	2017	1.086	136.545
TRABALHO	FONTE	DATA	REGIÃO	ESTADO
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	95.024	8.962.587



População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	61.067	5.587.968
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	59.076	5.307.831
PRODUTO E RENDA	FONTE	DATA	REGIÃO	ESTADO
PIB <i>Per Capita</i> (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾	IBGE/ Ipardes	2016	21.55 5	35.7 26
VAB a Preços Básicos - Agropecuária (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/ Ipardes	2016	785.7 64	34.670.440
VAB a Preços Básicos - Indústria (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	167.802	90.265.94 3
VAB a Preços Básicos - Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	807.875	177.186.8 82
VAB a Preços Básicos - Administração Pública (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	467.891	49.053.78 7

Fonte: IPARDES, 2019.

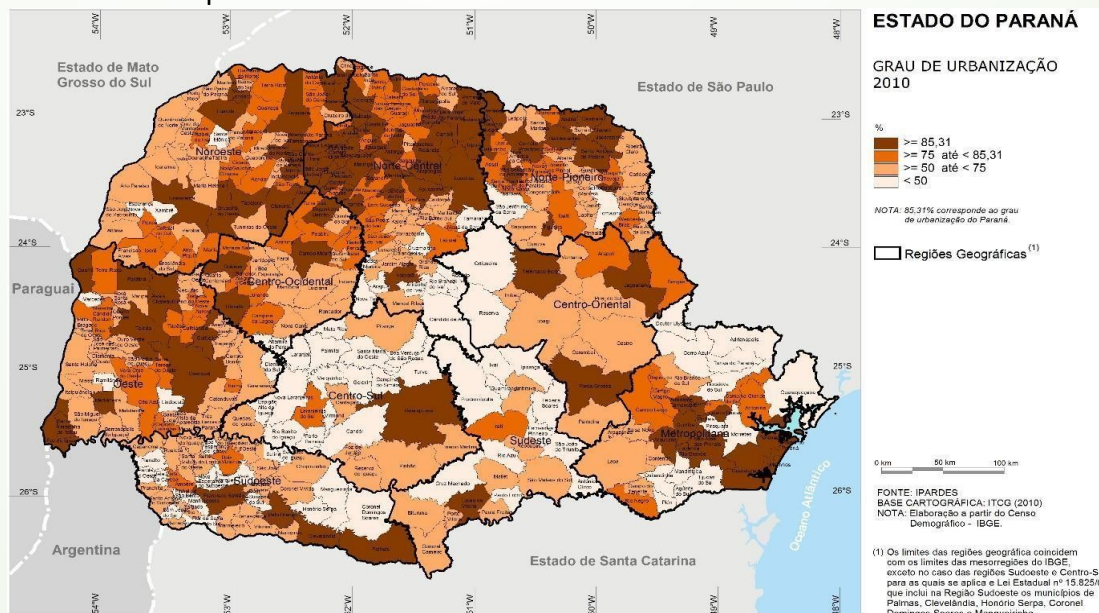
Apresentamos a seguir alguns dos elementos trazidos no quadro anterior que podem auxiliar na caracterização regional e na compreensão da proposta institucional apresentada no presente projeto Político e Pedagógico dessa unidade do IFPR.

O primeiro deles consiste no percentual de urbanização regional sistematizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico - IPARDES, cuja representação cartográfica⁵ a seguir permite visualizar o conjunto estadual.

⁵ A área “Tronco comum” se refere ao conjunto das disciplinas previstas na base curricular comum, do currículo dos cursos técnicos na modalidade do Ensino médio integrado.



FIGURA 1 – Mapa do Estado do Paraná



Fonte: IPARDES, 2010.

A região central do Paraná, na qual se encontra o município de Pitanga, apresenta um baixo índice de urbanização até mesmo quando comparado com a média da região Norte brasileira. Esse fenômeno está relacionado com a dinâmica do processo de modernização agrícola no estado. A incorporação tardia dessas áreas pelo modelo produtivo moderno não trouxe os mesmos efeitos sobre a urbanização ocasionados nas regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste do Paraná.

Os reflexos desse quadro populacional influenciam fortemente em outros temas. A partir de mapeamentos da renda média per capita municipal, do índice de Desenvolvimento Humano municipal, das taxas de crescimento populacional e fluxos migratórios, entre vários outros, é possível identificar particularidades regionais que conferem à região central do estado um caráter único em comparação com as demais regiões.

Um dos aspectos mais evidentes desse processo é a tendência de redução populacional já identificada no período de 2000-2010, referente à sistematização dos dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como se pode observar no mapa abaixo.

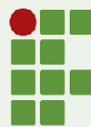
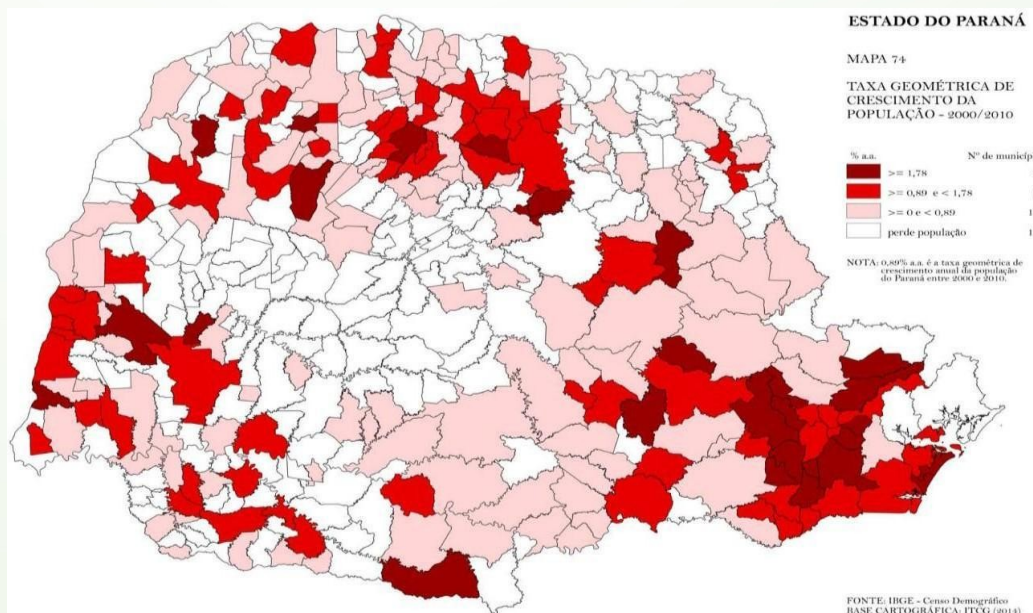


FIGURA 2 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO



Fonte: IBGE, 2010.

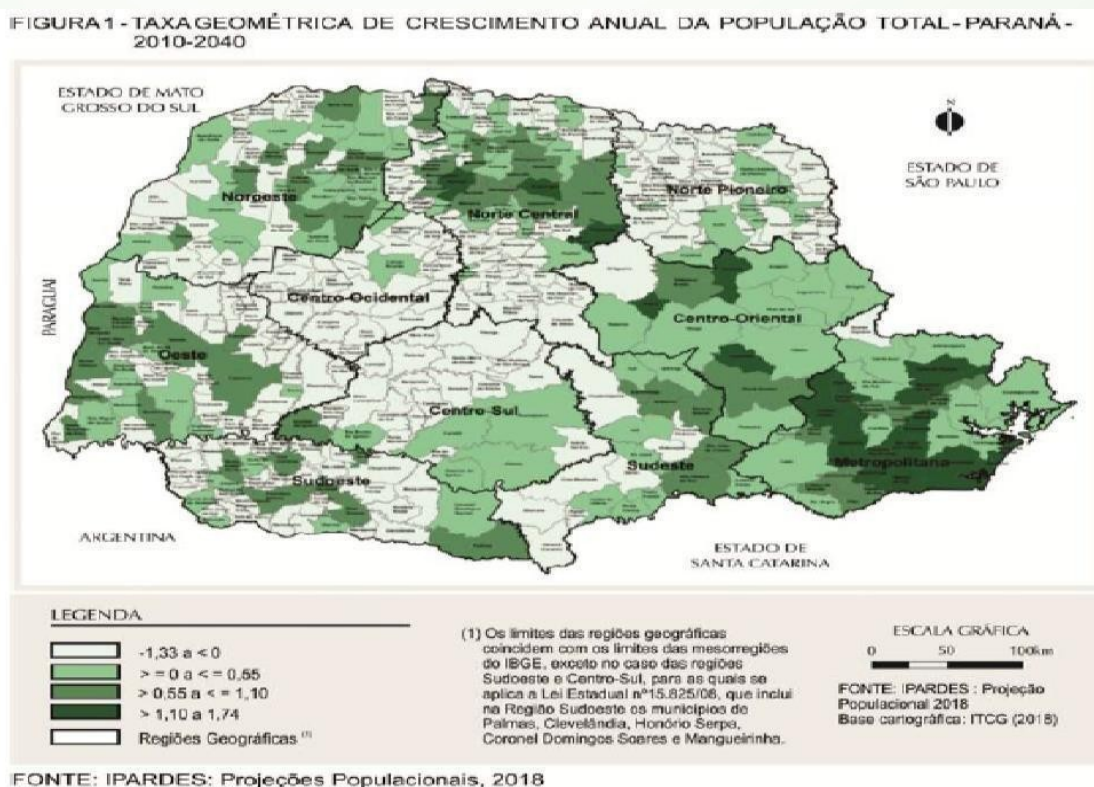
Conforme as projeções populacionais realizadas pelo IPARDES (2018), existe a previsão da manutenção do decréscimo populacional das pequenas cidades e concentração da população em centros urbanos maiores. Essa tendência tem se intensificado desde o início do processo de modernização agrícola iniciado na década de 1970 no Paraná, o que conduziu a uma inversão completa dos percentuais de população urbana e rural no estado. Até a década de 1960 o Paraná possuía aproximadamente 70% de sua população na área rural. Na década de 1980 a população rural era de apenas 30%.

Quase todo crescimento da população paranaense, a ser observado nas próximas décadas, tende a se concentrar em um número reduzido de municípios, particularmente aqueles de maior porte. O número de municípios com 100 mil ou mais habitantes se elevará de 18 para 23, no período 2010/2040, conjunto que terá sua participação na população do Estado ampliada de 49,3% para 57,5% no mesmo período. Por outro lado, chama atenção que um contingente importante da população paranaense permanecerá residindo em municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes); no período 2010/2040, o estoque populacional nestes municípios será reduzido em apenas 3,4% (cerca de 87 mil pessoas), [...]



(IPARDES, 2018, p. 9)⁶

FIGURA 3 – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL – PARANÁ 2010-2040



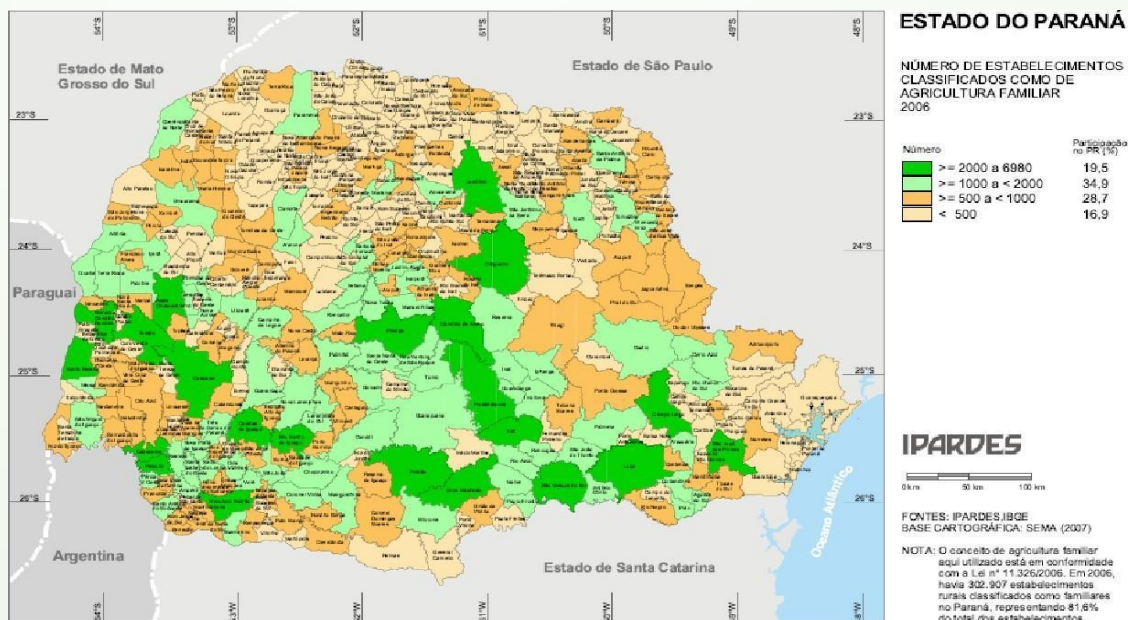
FONTE: IPARDES, 2018.

Não é novidade os problemas sociais e econômicos decorrentes desse processo. A redução dos postos de trabalho no campo, decorrentes principalmente da dificuldade de obtenção de renda mínima para manutenção de um padrão de vida digno, leva à saída da população do campo e a busca de melhores condições de vida nos centros urbanos maiores, que concentram a oferta de postos de trabalho.

Essa tendência é particularmente preocupante para a região de Pitanga, considerando o perfil da estrutura agrária local em que se destaca o número de pequenas propriedades rurais e de presença do trabalho familiar no campo, que pode ser observado no mapa a seguir.



FIGURA 4 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CLASSIFICADOS COMO DE AGRICULTURA FAMILIAR 2008



FONTE: IPARDES, 2007.

O contexto anteriormente exposto, bem como a análise mais aprofundada de diversos fatores sociais e econômicos resultaram em uma pesquisa⁷ desenvolvida pelo IPARDES que permitiu um mapeamento síntese estadual, que permite visualizar e classificar o contexto regional em que estamos inseridos.

Como é possível observar no mapa síntese da pesquisa desenvolvida pelo IPARDES,

[...] as Espacialidades Socialmente Críticas – Porção Central e Vale do Ribeira – foram identificadas fundamentalmente por reunirem conjuntos de municípios com as situações sociais mais precárias do Estado. A análise das espacialidades econômicas relevantes demonstrou a existência de vários municípios esparsos no território em situações também deficientes e críticas do ponto de vista social. Entretanto, eles não chegam a conformar agrupamentos específicos no estudo social e estão atrelados, mesmo que em condições mais restritas ou menos favoráveis, a municípios com expressividade econômica em alguma(s) área(s). (IPARDES, 2017, p. 162)

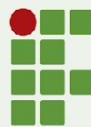
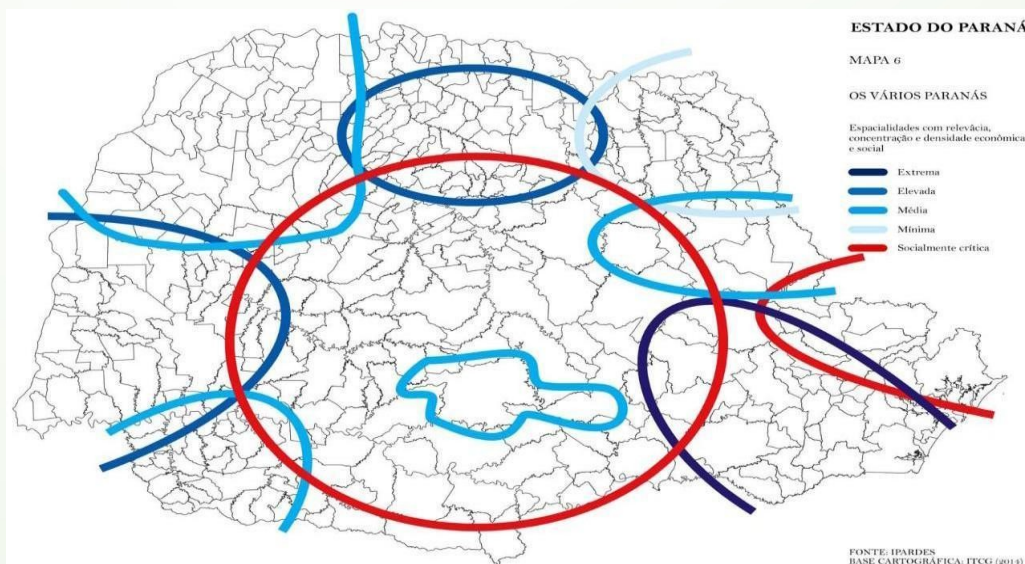


FIGURA 5 – ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS – PORÇÃO CENTRAL E VALE DO RIBEIRA



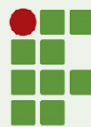
FONTE: IPARDES, 2017

O contexto simplificado da região, previamente exposto, permite a compreensão das estratégias institucionais que nos motivam. O Instituto Federal do Paraná não consiste apenas em mais uma instituição de ensino na região. Enquanto órgão público possui como responsabilidade social combater as desigualdades sociais e colaborar para o desenvolvimento social e econômico da região.

Essa contextualização permite, ainda, compreender os desafios enfrentados pela instituição no desenvolvimento de sua missão. As desigualdades sociais, bem como as distâncias para deslocamento dos estudantes e mesmo a falta de perspectivas futuras dos jovens e da comunidade em geral, se tornam desestímulos ao ingresso e à permanência dos estudantes na instituição.

Esse quadro nos leva à adoção de estratégias de estímulo ao ingresso e à permanência. Entre elas é necessário destacar o plano de desenvolvimento da instituição, em que apresentamos as propostas de curso tendo em vistas estratégias consonantes com a superação dos problemas regionais já apresentados.

A proposta de abertura de cursos parte de ação planejada com vistas a atender a demanda dos estudantes, reconhecendo as vocações econômicas e as tradições culturais da



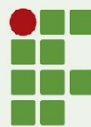
comunidade. Se busca com isso encontrar alternativas de rendimento que deem à grande parte da população ainda residente no campo uma opção de permanência digna em suas propriedades, que criem expectativas de progresso aos jovens que mais cedo ou mais tarde não veriam outra alternativa senão deixar o campo, que contribuam com a geração de empreendimentos e empregos urbanos a partir do estímulo a uma agroindústria forte em âmbito regional a partir das características produtivas locais.

1.4 Síntese do PPI

Tal como consta no PDI, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o PPI está balizado pelas normativas da Educação Nacional, também pelo Regimento Interno, e representa a atual situação das políticas de ensino da Instituição. Dessa maneira, está em constante discussão, avaliação e reelaboração, a partir da realidade que permeia as condições do trabalho pedagógico em todos os seus Campi. O PPI é resultado de um planejamento institucional e tem por finalidade indicar caminhos, descrever princípios e meios operacionais para se cumprir a missão do IFPR.

Traz em seu bojo valores contíguos também nas políticas institucionais criadas para o fortalecimento dos cursos e elevação da qualidade naquilo que, ao nosso entendimento, é o alicerce do IFPR: o ensino. Ressalta-se que o compromisso do IFPR é com a sociedade e, sobretudo, com os sujeitos que têm o direito à escola pública, gratuita e de qualidade. Este é o trabalho que nos propomos a desenvolver, com a participação de todos os servidores, numa constante luta pela educação e pela inclusão. Cumpre lembrar que o IFPR é uma Instituição de Ensino pública, cujo acesso é democrático. Nas próximas páginas, delineiam-se, portanto, as principais concepções de educação que refletem o exposto acima e propõem reflexões/ações no que se refere ao compromisso coletivo com a educação.

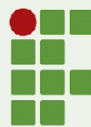
Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição.



Por meio de reflexões sobre práticas escolares do passado, em que a educação significava instrumento elitizado e, não raro, de poder, compreende-se que a construção de uma identidade que reflita as políticas do IFPR é fundamental para marcar qual é o seu papel na atualidade. Pressupor o trabalho como dimensão constitutiva do ser social, e, neste sentido, como interseção entre o fazer e o aprender, demonstra que o ato de estudar também significa uma forma de trabalho. Quer dizer, pelo trabalho e pela educação o sujeito constitui-se como tal e passa a integrar as vozes da sociedade. Desta forma, compreende-se que a inclusão só será possível se a transformação se der nos planos econômico e político, pois é fundamental que ciência e tecnologia estejam ao alcance de todos.

Essas são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade. O enfrentamento dos desafios postos por um modelo de desenvolvimento social exige a formação de subjetividades eticamente orientadas e socialmente responsáveis, capazes de compreender o tempo e o espaço dos sujeitos, através da apreensão da complexidade que as relações sociais produzem, assim como os meios produtivos. O objetivo de tais enfrentamentos é transpor desafios criados por essas mesmas relações, o que implica não apenas em domínio de conhecimentos já produzidos, mas, principalmente, no domínio metodológico que permita, a partir do já conhecido, construir novos conceitos, processos, produtos e relações sociais. O ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, nesse sentido, passam a ser indispensáveis para a construção do conhecimento. Muda, portanto, o perfil da Educação Profissional e Tecnológica, que passa a incorporar o desenvolvimento de saberes investigativos com vistas à inovação.

Da construção de uma identidade decorre outro desafio: a formação dos servidores com o perfil do IFPR, nas respectivas áreas de atuação e áreas de conhecimento, com discussões iniciadas no âmbito do trabalho e da ciência da educação.



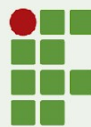
Aos servidores docentes cabe a superação das pedagogias tradicionais e apresentem aos estudantes, ao mesmo tempo, meios para se apropriar do conteúdo e do método. E aos servidores técnicos cabe a clareza de suas funções vinculadas ao objetivo central do IFPR.

Ser IFPR é considerar as diferenças de territorialidade e dimensões culturais, históricas e econômicas que se entrelaçam, caracterizando a localidade do IFPR e o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, o estudo dos arranjos produtivos sociais e culturais locais, com foco no desenvolvimento de saberes tecnológicos, são atribuições de uma gestão participativa, que se preocupa com a inclusão, tendo em vista o enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e culturais que decorrem da dinâmica regional, sempre compreendida em suas relações com a dinâmica mundial. Para tanto, o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação têm seus objetos definidos a partir da observação dos aspectos regionais, que indicarão as aproximações e as diferenças entre os fatores de desenvolvimento como um dos pontos de partida para o planejamento das ações nos diferentes campi, respeitando-se, certamente, as especificidades de cada região, que aparecerão mais bem explicitadas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos campi.

Considerando que a concepção pedagógica se refere a um conjunto de intenções, articulado a conhecimentos teóricos e práticos que oferecem racionalidade científica e base teórico-metodológica para a organização das práticas educativas. Para que o docente fundamente sua prática, ele precisa considerar que vive em um contexto concreto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que tendem a privar a humanidade de perspectivas de existência individual e social.

A partir deste referencial, apresentamos as concepções que norteiam nosso trabalho.

Sociedade: A sociedade capitalista se caracteriza pela divisão em classes, sendo que uma possui os meios de produção enquanto a outra vende sua força de trabalho para sobreviver. Desta divisão decorre a divisão social do trabalho e do

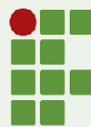


conhecimento. As instituições educacionais, sendo o espaço privilegiado de formação, não se isenta dos determinantes sociais e, por isso, pode contribuir para a reprodução ou para a transformação da sociedade. Na perspectiva da pedagogia Histórico-crítica, a classe dominada deve dispor do conhecimento historicamente produzido e fazer dele um instrumento de emancipação. Ressalta-se que a classe dominante já possui este conhecimento e faz uso dele a fim de perpetuar sua dominação.

Ser humano: O ser humano é um sujeito histórico-social que precisa produzir constantemente sua existência. Em vez de se adaptar à natureza, ele adapta a natureza às suas necessidades, ele a transforma por meio do trabalho. O trabalho só pode ser realizado a partir do momento em que o homem antecipa mentalmente a finalidade da sua ação, ou seja, implica em ação intencional.

Escola: A escola é o espaço social responsável pela apropriação de diversos saberes, sendo que sua tarefa primordial é a difusão de conteúdos concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. Assim, a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica é, realmente, deixar claro quais são os objetivos na formação educativa a partir de uma realidade que se apropria do conhecimento popular existente na formação comum do ser humano para trazê-lo ao contraponto com o saber científico, estruturado cientificamente pela escola. Para que a escola sirva aos interesses populares, ela deve garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância na vida. A aquisição de conteúdos e a socialização preparam o estudante para atuar no mundo em suas contradições.

Conteúdos de Ensino: Conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, permanentemente reavaliados frente às realidades sociais, respeitando a diversidade cultural. Para além do “ensinar”, os conteúdos devem ser ligados à significação humana e social, para que, assim, a experiência prévia que o estudante possui possa, progressivamente, transformar-se em conhecimento científico



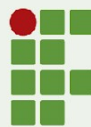
sistemizado. Não se trata de desvalorizar a apreensão da realidade inicial do estudante, mas levá-lo a uma elaboração superior, mediada pelo professor.

Resumidamente, os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição são:

Trabalho como princípio educativo: O trabalho é o princípio da sobrevivência humana, é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. Para a produção de sua existência, a humanidade precisou dominar a natureza e adaptá-la a si, de modo a suprir suas necessidades. Diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, o homem submete à natureza suas necessidades. Essa submissão é uma atividade intencional. Logo, o homem utiliza de sua capacidade de “pensar”, e não apenas a instintiva como os animais, para lançar mão dos recursos disponíveis da natureza em seu benefício. A explicação construída denota o trabalho do ponto de vista ontológico, como práxis, forma de produção da existência humana.

Aliada a ela está a compreensão histórica do trabalho como categoria econômica e práxis produtiva que, no sistema capitalista, se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico. Sendo assim, o trabalho também se constitui como prática econômica, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Partindo-se das proposições legais, como a Lei 11.892/2008 e diversos documentos institucionais do IFPR, constata-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda precisam ser melhor articuladas de forma a se constituírem como um tripé na formação do estudante.

Educação Inclusiva: As instituições de ensino devem ser um espaço educativo que proporcionam interação, socialização, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento. Assim sendo, elas têm um papel fundamental na educação inclusiva e na formação de uma sociedade igualitária. Assim sendo, nos documentos institucionais do IFPR, ressalta-se o compromisso do IFPR com a inclusão social, no sentido de promover o acesso e a permanência da população à educação profissional,

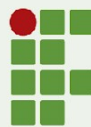


prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Quando o IFPR se refere à inclusão, está se referindo à inclusão social em um sentido mais amplo e não à inclusão específica associada ao termo utilizado na Educação Especial.

Neste sentido, de inclusão social, a palavra “inclusão” aparece em diversos momentos nos documentos institucionais, inclusive com referências a políticas de assistência estudantil. Para garantir o princípio da Educação Inclusiva, o IFPR, institucionalmente, prevê 80% de suas vagas para diferentes cotas e possui programas de bolsas e auxílios em conformidade ao Programa Nacional de Assistência Estudantil. O Câmpus Telêmaco Borba, promove projetos/ações que procuram promover a educação inclusiva em seu sentido mais amplo, seja por meio de debates e eventos ou mesmo por ações de acompanhamento às necessidades dos estudantes e seus familiares realizados pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis e Napne.

Formação Omnilateral: Como objetivo dos Institutos Federais, espera-se ampliar o acesso à cultura e formar o indivíduo para o exercício da cidadania, possibilitando a construção de uma sociedade menos desigual, mais humana e sustentável, com a formação de cidadãos com voz ativa. Procura-se, também, nesta nova identidade educacional, propiciar uma visão diferente da habitual sobre a educação profissional, fazendo prevalecer uma concepção de educação comprometida com a formação integral dos estudantes, uma formação omnilateral, que rompe a dualidade entre formação humana e formação para o trabalho, articulando de maneira integrada o trabalho, a ciência e a cultura.

Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura: Articular trabalho, conhecimento e cultura implica superar, no âmbito da formação profissional e tecnológica, a dicotomia que historicamente caracterizou esses elementos presentes na organização social. Por um bom período da história o exercício das ocupações exigia pouca ou nenhuma escolaridade, ou seja, o acesso ao conhecimento do trabalho não resultava em direito ao conhecimento científico e tecnológico, que é privilégio de poucos. Considerando a

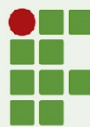


relação entre trabalho, ciência e cultura, pretende-se assegurar sua articulação. Esta concepção se estende à Educação Tecnológica e Superior, no que diz respeito aos cursos de Graduação e Pós-Graduação, com suas modalidades presencial e a distância, nos quais a transdisciplinaridade possui fundamental importância na contextualização do conhecimento.

Educação Profissional e Tecnológica: A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto categoria de formação integral, pressupõe o desenvolvimento do sujeito, não podendo ficar sua formação restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho. Pelo contrário, ela se dá na interface dos fatores psicossociais e cognitivos, que se desenvolvem através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de criar as condições necessárias à vida em sociedade.

Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são cada vez mais mediadas pela ciência e pela tecnologia.

Neste sentido, a concepção de trabalho se aproxima da relação entre o homem e a natureza, de maneira que o trabalho se torna elemento fundamental para a sobrevivência humana, da mesma maneira que contribui para a constituição do sujeito como ser social e cultural. E, se o trabalho é o elemento que produz o homem, ao mesmo tempo as relações humanas se constroem nas situações/relações, entende-se que o mundo é formado por necessidades humanas. São espaços e tempos que, entre outros, passam pelo conjunto das relações com outros homens. E, na medida em que as necessidades ficam mais complexas, e a utilização da natureza passa por constantes modificações, o homem forma-se, historicamente, diante de tais complexidades. Ou

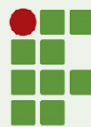


seja, a formação humana é inerente ao trabalho e à constante e progressiva modificação.

Itinerários formativos: a verticalização da formação inicial à Pós-graduação: Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, é o principal diferencial dos Institutos Federais, que podem ofertar desde cursos de qualificação profissional até cursos de pós-graduação, em um processo denominado de verticalização dos estudos, propiciando ao estudante um itinerário formativo dentro da própria instituição, em que possa iniciar com cursos de capacitação e progredir gradativamente, alcançando a Educação Superior e inclusive a Pós-graduação. A lei de criação dos Institutos Federais bem como o Decreto 5840/2006 possibilita essa verticalização, uma vez que define que a instituição deve ter 50% de suas vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 20% para as licenciaturas, 20% para as Tecnologias/Graduações e a possibilidade de destinar 10% para a Pós-Graduação.

Avaliação Processual: O processo de ensino aprendizagem do Instituto Federal de Educação é normatizado pela Resolução 50/2017. Esse documento determina que tal processo de ensino aprendizagem deve se organizar de modo a perceber os estudantes como sujeitos ativos, dotados de conhecimentos individuais, aspectos culturais, linguísticos e afetivos. Neste sentido, o professor deve atuar como mediador desse processo, propiciando momentos de construção de conhecimentos, viabilizados por uma proposta que não dissocie o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a capacidade de entender criticamente a atuação no mundo do trabalho.

Todo o processo de ensino e aprendizagem deve ser levado em consideração na avaliação realizada pelos docentes. Portanto, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, cumulativo e contínuo para que durante o período letivo seja possível aos docentes realizar novas programações dos conteúdos, a depender do aproveitamento por parte dos estudantes, sempre valorizando aspectos qualitativos em relação aos

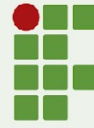


quantitativos. Para que essa proposta de avaliação seja efetivada será necessário que a organização didático- pedagógica compreenda uma diversidade de instrumentos avaliativos de tal forma que o estudante também tenha mais oportunidades de demonstrar o conhecimento adquirido.

Cabe ressaltar que todas as atividades pedagógicas devem ser valorizadas, ou seja, que o processo de avaliação seja formativo, visando não só avaliar, mas sempre propiciar momentos de aprendizagem. Dessa maneira, o Instituto Federal do Paraná se propõe a trabalhar com a educação e com o mundo do trabalho, oportunizando percursos educativos que articulam teoria e prática, priorizando o domínio intelectual da tecnologia a partir da cultura. Seu projeto pedagógico contempla no currículo os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diferentes tecnologias que caracterizam o processo de trabalho no mundo contemporâneo e busca formar sujeitos que compreendam os processos de trabalho em suas dimensões científica, tecnológica e social, como parte das relações sociais.

Organização didático-pedagógica da instituição: Dentro da organização curricular o eixo norteador está na articulação entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo na pesquisa e extensão a relação teoria e prática que busca a superação da fragmentação do processo educativo. Ao buscarmos uma formação integral, devemos proporcionar reflexões críticas que envolvam o mundo do trabalho e o contexto social, para que neste processo de formação profissional integral o estudante se aproprie do conhecimento e de sua identidade neste itinerário de formação Profissional. Para tanto é fundamental que as proposições que constam nos documentos como o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), PPP (Projeto Político Pedagógico) e PPC (Projetos Pedagógicos de Cursos) estejam alinhadas ao eixo norteador.

Desta forma, os Cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica cumprem sua finalidade de oferta de educação, pública, gratuita e de qualidade, sendo a pedagogia do trabalho orientadora da organização didático-pedagógica. A



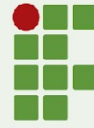
proposta de educação dos Institutos Federais, ao visar uma formação humana, em que seja desenvolvida a capacidade de investigação científica, a autonomia intelectual e a inserção cidadã na sociedade, estrutura-se de forma a integrar a formação para o trabalho e a formação acadêmica. Isso exige uma organização didático-pedagógica que ultrapasse os modelos de formação fragmentada que limita o acesso ao conhecimento.

Toma-se, para tanto, como pressuposto para a organização didático-pedagógica a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura no sentido de promover um ensino que contemple a formação humana mais ampla sem privilégio ou hierarquização de um saber em detrimento do outro ou que forme exclusivamente para uma ocupação no 'mercado' de trabalho.

Dessa forma, para além de qualificação para o trabalho, os cursos ofertados estabelecem conhecimentos e atividades que trabalham os aspectos sociais, científicos, tecnológicos de maneira que reforçam as condições de participação crítica e consciente na sociedade. O trabalho interdisciplinar é a forma de promover a interlocução entre os diferentes saberes quando são mobilizados conhecimentos de diferentes áreas para tratar de determinado tema. Por contemplar o tripé ensino/pesquisa/extensão o trabalho pedagógico desenvolvido nos institutos proporciona uma formação que articula diferentes componentes curriculares e que estabelece uma relação mais próxima com a comunidade.

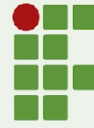
Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

- Debater propostas de acompanhamento pedagógico, como tutoria e mentoria;
- Debater formas de registros avaliativos mais qualitativos;
- Debater novas possibilidades de organização curricular, como por exemplo, por módulos, semestre, dentre outras.
- Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de ações. Incentivar os servidores do



Câmpus a propor/executar projetos de pesquisa/extensão multidisciplinares;

- Estudar propostas, alternativas, sugestões que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Acompanhar a submissão de projetos de Pesquisa e Extensão; Monitorar sua execução;
- Instalar/adquirir espaços e materiais para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais curriculares e extracurriculares;
- Consolidar e fortalecer a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão e as respectivas Seções de Estágio e Relações Comunitárias e NITs;
- Criar informações, listando as diversas organizações conveniadas ao IFPR;
- Integrar os alunos do IFPR nos programas de estágio, nos processos de seleção para a ocupação de vagas de trabalho como menor aprendiz e vagas de trabalho regulares;
- Manter atualizados dados dos alunos;
- Organizar canais e instrumentos de comunicação e interação para acompanhamento de egressos;
- Proporcionar aos discentes conhecimento técnico para a formalização do trabalho;
- Monitorar o rendimento escolar e frequência dos estudantes dos cursos, bem como identificar possíveis causas de evasão;
- Possibilitar e Incentivar a utilização dos espaços de laboratórios por todos os cursos;
- Organizar a assistência de alunos de maneira a garantir que esse espaço/tempo seja utilizado em função do processo de ensino/aprendizagem;
- Qualificar as ações da Assistência Estudantil, integrando as dimensões de ensino, pesquisa e extensão visando atender as prerrogativas da função social do IFPR;
- Aprimorar o gerenciamento e efetivação do sistema de cotas;



- Identificar áreas de interesse e demanda profissional específica nos cursos ofertados;
- Conhecer as necessidades dos alunos e mercado para sua especialização;
- Oportunizar momentos de estudos, reflexões e aprofundamento de temas relativos ao processo pedagógico;

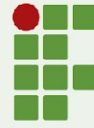
Princípios filosóficos, técnico-metodológicos e organização didático-pedagógica que norteiam as práticas acadêmicas da instituição.

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

1) Proposições significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

O trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos precisam ser aprofundados especialmente a partir da concepção de trabalho e de educação como ação humanizadora, formadoras do ser humano em sua integralidade e não apenas em seu aspecto profissional. Neste sentido é fundamental compreender como o trabalho se insere como princípio educativo. Nesse sentido faz-se necessário:

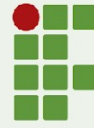
- Integração da educação básica e a educação profissional, tendo, como núcleo básico, a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia.
- Realização de reuniões periódicas sobre a temática com todos os servidores envolvidos no processo educativo, com objetivo de estudo bibliográfico, estudos de casos e elaboração de propostas para a fusão dos componentes ou outras formas, como por exemplo itinerários formativo;
- Oferta de disciplinas de tópicos especiais e/ou projetos de ensino para atender especificidades de conteúdos que tenham como foco dialogar com as mudanças nos eixos tecnológicos ou novas demandas de determinado curso;



- Organização dos tempos acadêmicos levando em consideração a realidade local e regional onde o Câmpus está inserido;
- Promover intercâmbios com instituições fora do Brasil, proporcionando ao educando vivência cultural, social e cognitiva em outros locais de ensino;
- Pautar a organização curricular no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- Promover práticas pedagógicas orientadas pela interdisciplinaridade, pela contextualização e pelas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia;
- Possibilitar o desenvolvimento de competências básicas e profissionais a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Promover o diálogo entre os conhecimentos e as experiências que viabilizem a compreensão crítica e reflexiva da realidade;
- Desenvolver currículos que respeitem a pluralidade de valores e de universos culturais. Possibilitar a flexibilização curricular e a atualização permanente dos planos de curso e do currículo;
- Fomentar a formação continuada dos servidores e constituir um espaço de reflexão e produção de conhecimento acerca da educação profissional e do currículo integrado; Promover a adoção de metodologias inovadoras de ensino, fundamentadas na perspectiva do currículo integrado.

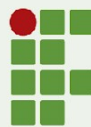
2) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular:

- Criação de grupos de trabalho para aprofundar os estudos sobre organização e integração curricular, a fim de dar suporte para os Colegiados de curso nos momentos de revisão e ajustes curriculares e, também, na criação de novos cursos;



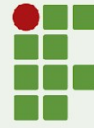
- Criação de grupo de trabalho para coordenar o processo formativo em educação do campo e no regime de alternância para aperfeiçoamento do processo pedagógico;
- Tornar-se ofertante de programas de certificação de Língua estrangeira por meio da atuação local do CELIF;
- Atuar, de forma transversal, com temáticas relevantes na atualidade tais como questões ambientais, equidade de gênero, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, entre outras, por meio da articulação com programas institucionais Núcleos e outras formas de organização;
- Organização dos horários de aulas que facilitem o aprendizado e o desempenho do estudante Ofertar em cada período letivo (anual no caso do ensino médio e semestral para os cursos superiores) as disciplinas de dependência;
- Ofertar, conforme determinado nos PPCs, as disciplinas optativas de maneira que os estudantes possam escolher cada período letivo as que mais lhe interessarem, visando o aproveitamento dos conteúdos trabalhados no desenvolvimento da profissão por eles escolhida;
- Propor alternativas de melhoria da integralização curricular para estudantes com necessidades educacionais específicas, tais como: dilatação de curso, atendimento diferenciado por docentes e pela equipe do NAPNE, analisar os casos de repetência com foco qualitativo e propor um Plano de Estudos para cada educando, levando em consideração sua especificidade;
- Desenvolvimento de programas, projetos e ações de integração nas fronteiras, especialmente no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável.

3) Atividades práticas e estágio:



As atividades práticas, conforme a natureza dos cursos oferecidos, são realizadas nos próprios laboratórios dos campi e com visitas técnicas. Os estágios devem ser orientados pela Seção de Estágios e Relações Comunitárias para coordenar e viabilizar convênios de estágios obrigatórios e não obrigatórios estabelecendo uma política dialógica entre a formação e o campo de estágio, buscando constantemente, espaços de inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Para tanto serão promovidas as seguintes ações:

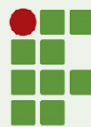
- Realizar um dia de integração entre o IFPR e empresas, indústrias, agroindústrias, agências de estágio, escolas e demais órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal visando contribuir com a inserção dos estudantes do IFPR no mundo de trabalho;
- Realizar evento de integração e socialização de experiências de estágios obrigatórios dos cursos ofertados no Câmpus, em consonância com os componentes curriculares;
- Incentivar e promover visitas técnicas relacionadas com os componentes curriculares; Incentivar as atividades práticas, tanto nos laboratórios no Câmpus, quanto em outros espaços externos;
- Incentivar ações de extensão para a formação profissional;
- Fortalecer a Seção de Estágios para que esta possa pensar em ações voltadas para o estabelecimento do estágio como campo de aproximação teoria-prática;
- Formação dos docentes pela equipe pedagógica para a construção de planos de ensino que conversem com a realidade do Câmpus e dos estudantes garantindo ao estudante uma formação completa teórica e prática;
- Planejamento com transporte de ônibus e micro-ônibus em quantitativo suficiente para realização das práticas, mediante necessidade de deslocamento dentro do município e para outros municípios.



4) Desenvolvimento de materiais pedagógicos:

A utilização de materiais pedagógicos proporciona condições para tornar o aprendizado mais significativo, facilitando a compreensão dos conteúdos, mobilizando raciocínio e habilidades. Nesse sentido, enriquecem o processo ensino-aprendizagem tornando-o mais interativo. Na formação profissional é indispensável que os estudantes utilizem diferentes materiais de acordo com o conteúdo a ser aprendido, aliado às suas necessidades educacionais específicas. Desde 2016, quando foi lançado um edital do IFTECH específico para desenvolvimento de tecnologias assistivas, estudantes e professores têm constantemente se debruçado na construção de protótipos voltados para o público com algum tipo de limitação física. Assim sendo, faz-se necessário:

- Fomentar a pesquisa como ferramenta no desenvolvimento de materiais pedagógicos que contribuam com a prática docente;
- Fortalecer a política de incentivo a projetos acadêmicos com projetos voltados ao desenvolvimento de materiais pedagógicos;
- Estimular servidores e discentes a desenvolver materiais pedagógicos relacionados aos cursos ofertados no Câmpus;
- Organização de grupos de trabalho que possam sistematizar as experiências pedagógicas e formativas para elaboração de materiais pedagógicos específicos para os diversos temas que fazem parte das atividades pedagógicas dos Campi;
- Criação de banco de dados que possa ser utilizado para a produção de material didático e de pesquisa;
- Promover por meio da formação continuada, de cursos de extensão e projetos institucionais, a aplicação didática de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, para a criação de materiais pedagógicos e didáticos que possam ser utilizados como recurso no processo de ensino e aprendizagem das diversas áreas;



- Desenvolver e possibilitar o acesso à tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de inclusão de estudantes com necessidades especiais.

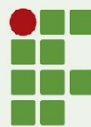
5) Incorporação de avanços tecnológicos.

Ao caracterizar-se como uma instituição indutora de produção científica e tecnológica, o IFPR deve, a partir das demandas e contexto das potencialidades regionais e dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promover a inovação e a incorporação de avanços tecnológicos. Isso acontece por meio de projetos de inovação, pesquisa e de extensão em que servidores e estudantes buscam soluções para demandas sociais, científicas e tecnológicas. A participação dos estudantes é estimulada por meio de bolsas, apresentação em feiras e mostras do IFPR. Outra possibilidade é a parceria com agências de fomento que viabilizam financeiramente os projetos. A divulgação dos trabalhos realizados acontecem em eventos do IFPR como o SEPIN (Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação), a Olimpíada de Robótica e, também, em eventos externos. A fim de concretizarmos essa perspectiva faz-se necessário ainda:

- Mobilização da comunidade acadêmica para a utilização dos avanços tecnológicos como ferramenta para a busca de novos conhecimentos;
- Fortalecimento das práticas pedagógicas vinculadas aos avanços tecnológicos, tendo como base a pesquisa científica;
- Estímulo ao uso dos avanços tecnológicos pelos docentes como ferramentas pedagógicas na melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Viabilizar o acesso dos discentes aos avanços tecnológicos disponíveis;
- Estimular a elaboração de projetos por meio da realização de convênios com instituições e empresas de diferentes áreas;
- Incentivar servidores a permanente submissão de propostas a editais de instituições que oferecem processos de inovação tecnológica nas diversas áreas de atuação;

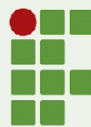


CPA Comissão Própria
de Avaliação



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

- Por meio da participação em editais, estimular a ampliação do número de bolsas para discentes com atuação na área da inovação tecnológica;
- Atuar com foco na responsabilidade social da Instituição, identificando as áreas de atuação dos profissionais presentes no Câmpus;
- Estimular os servidores a desenvolver projetos de extensão na área de inclusão tecnológica e popularização das tecnologias geradas visando a participação ativa no processo de construção do desenvolvimento local e regional.



2. HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Breve relato sobre os procedimentos da última coleta de dados 2022/2023

2.1 Avaliação dos Estudantes

Coleta de dados	Participantes
2015/2016	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2016/2017	67
2017/2018	113
2018/2019	26 (estudantes de Licenciatura em Química)
2019/2020	18
2020/2021	18
2021/2022	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2022/2023	179

2.2 Avaliação dos Técnicos

Coleta de dados	Participantes
2015/2016	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2016/2017	3
2017/2018	7
2018/2019	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2019/2020	8
2020/2021	8
2021/2022	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2022/2023	12

2.3 Avaliação dos Docentes

Coleta de dados	Participantes
2015/2016	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2016/2017	10
2017/2018	9
2018/2019	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2019/2020	5
2020/2021	5
2021/2022	Não foi emitida informação detalhada neste ano
2022/2023	14



CPA Comissão Própria
de Avaliação



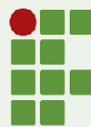
INSTITUTO FEDERAL
Paraná



2.4 Participação da Sociedade Civil Organizada

Sem participação em nenhum dos relatórios anteriores.

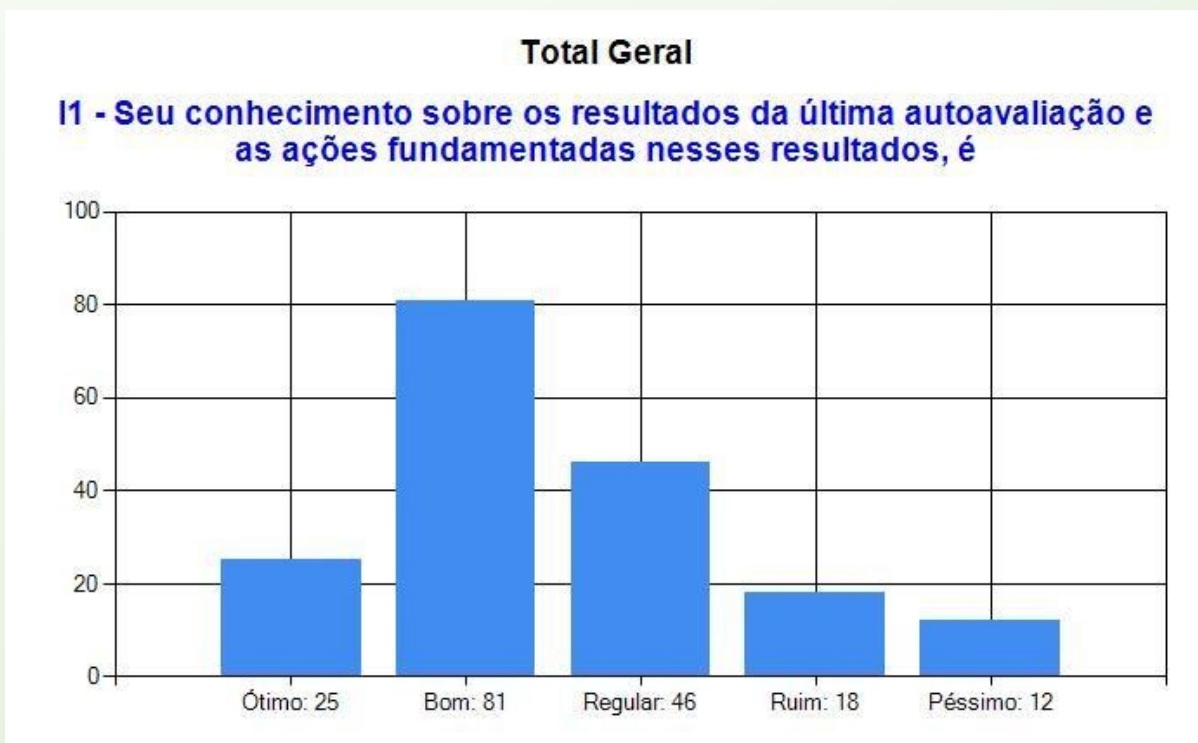




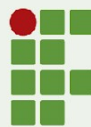
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO 2022-2023

3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.

I01 - Seu conhecimento sobre os resultados da última autoavaliação e as ações fundamentadas nesses resultados, é

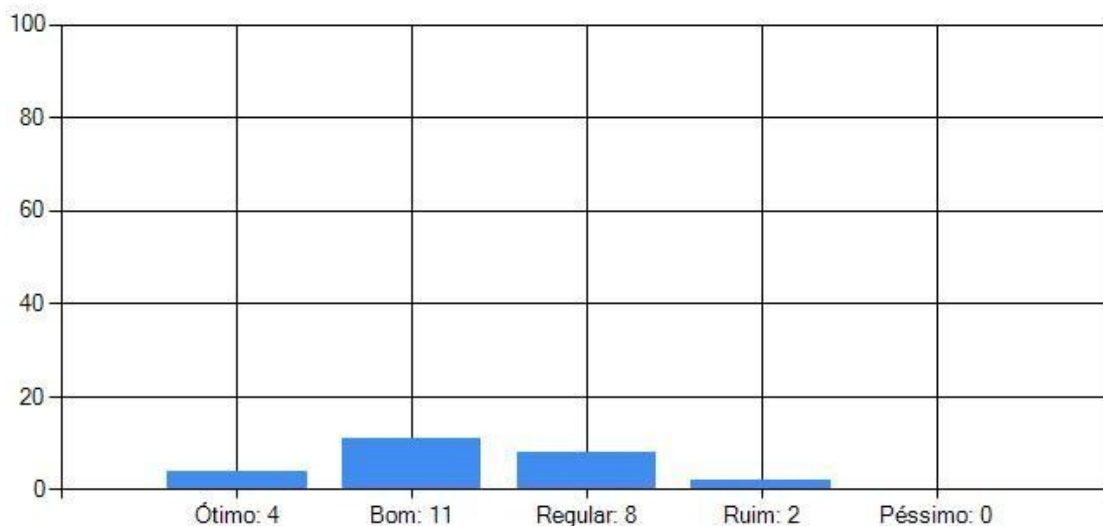


I02 - Sua participação na elaboração do planejamento anual da sua unidade é:



Total Geral

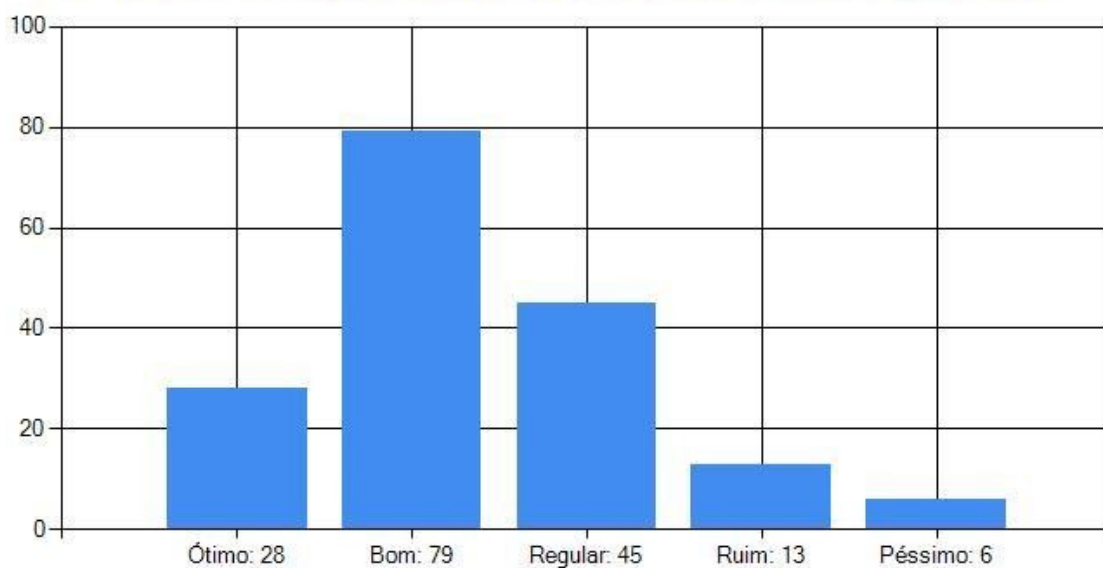
12 - Sua participação na elaboração do planejamento anual da sua unidade é:



103 - Você conhece os processos de planejamento e avaliação?

Total Geral

13 - Você conhece os processos de planejamento e avaliação?





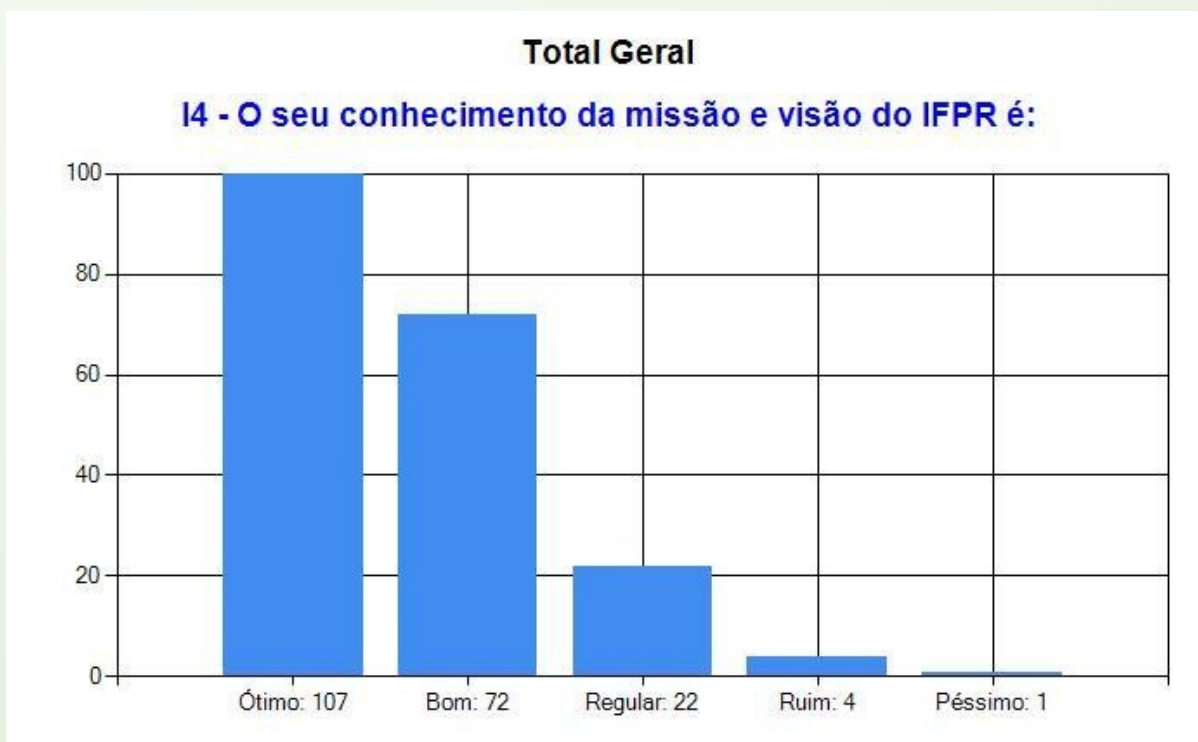
Resultados:

Com base nos dados referentes ao planejamento e avaliação institucional, conclui-se que a ampla maioria de estudantes e de servidores tiveram uma boa participação no planejamento anual do Câmpus, demonstrando conhecimento a respeito dos resultados e ações realizadas a partir da última avaliação institucional realizada pela CPA local. Porém, uma parcela de 30 respondentes, que totalizam 16%, identificam como ruim ou péssimo o seu conhecimento a respeito dessa última avaliação.

3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Missão e plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

104 - O seu conhecimento da missão e visão do IFPR é:

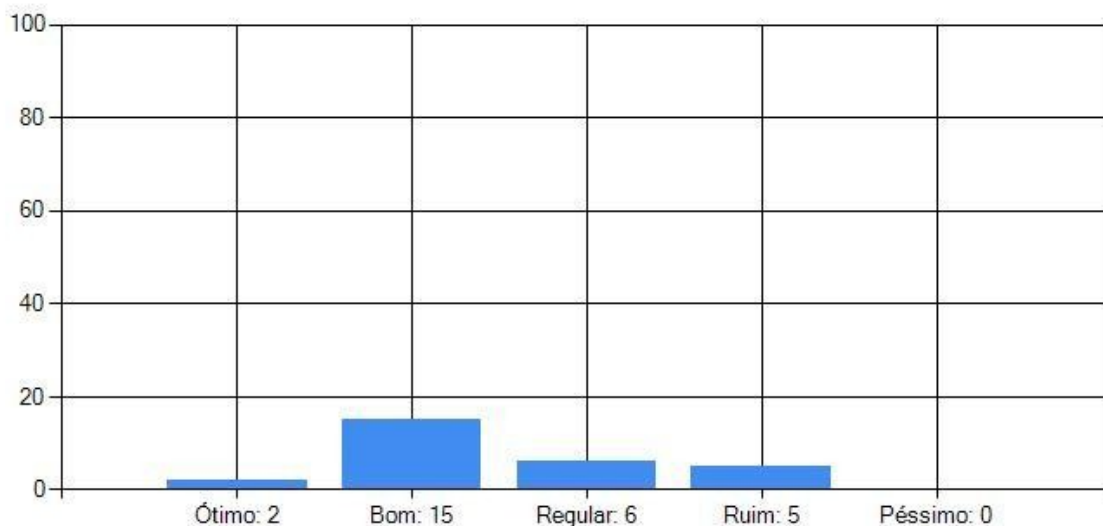


105 - Seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR é:



Total Geral

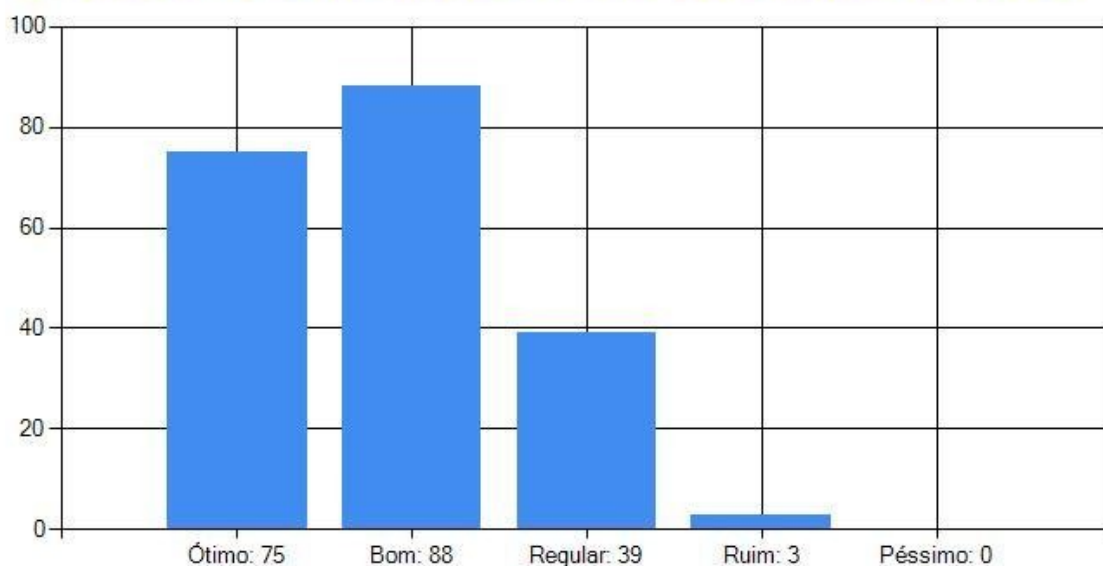
15 - Seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR é:

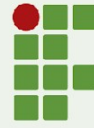


106 - Seu conhecimento sobre a estrutura organizacional do IFPR é:

Total Geral

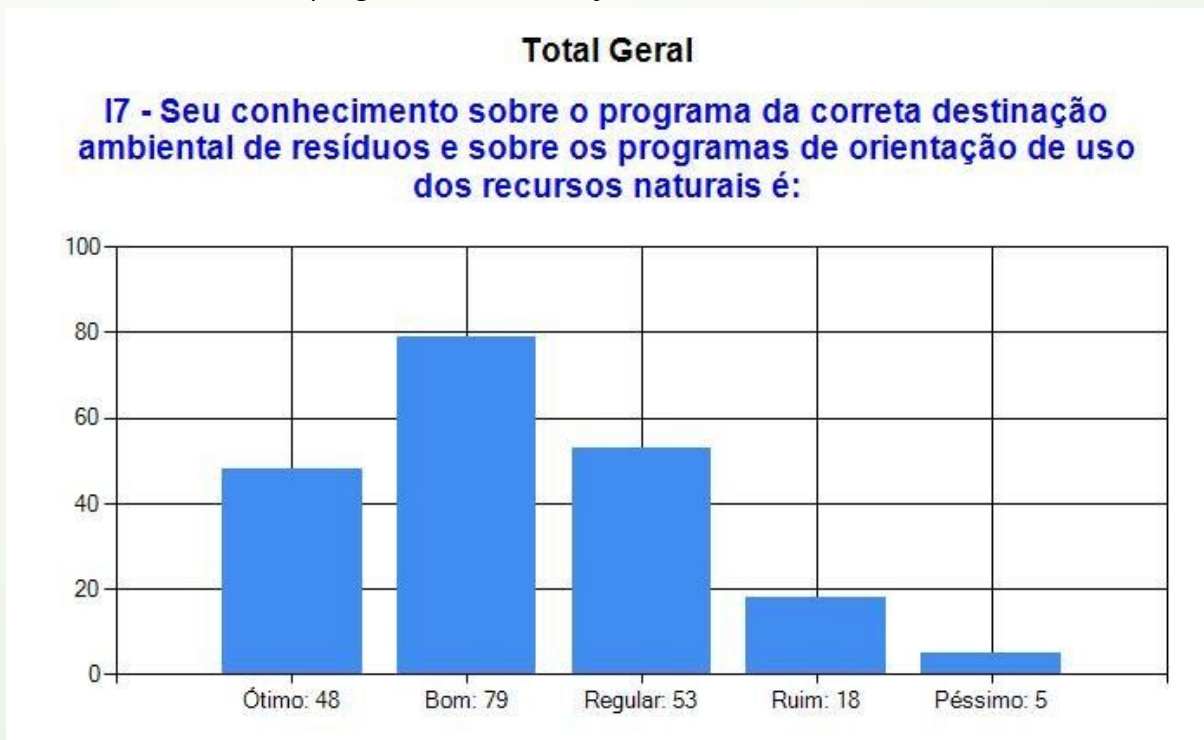
16 - Seu conhecimento sobre a estrutura organizacional do IFPR é:





3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição (PDI)

I07 - Seu conhecimento sobre o programa da correta destinação ambiental de resíduos e sobre os programas de orientação de uso dos recursos naturais é:

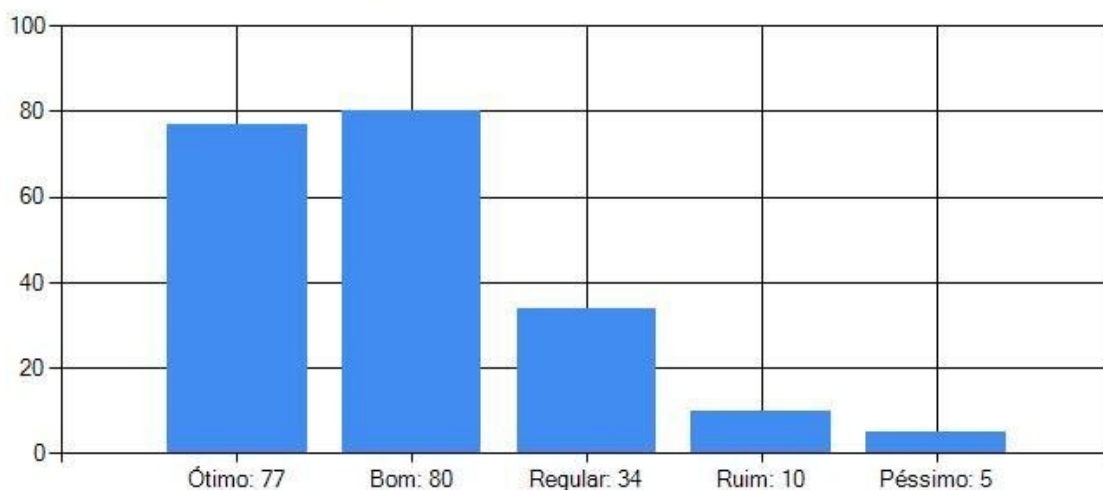


I08 - Qual seu conhecimento sobre programas e ações institucionais relacionadas às questões étnicas, de gênero, religiosas e políticas pode ser considerado:



Total Geral

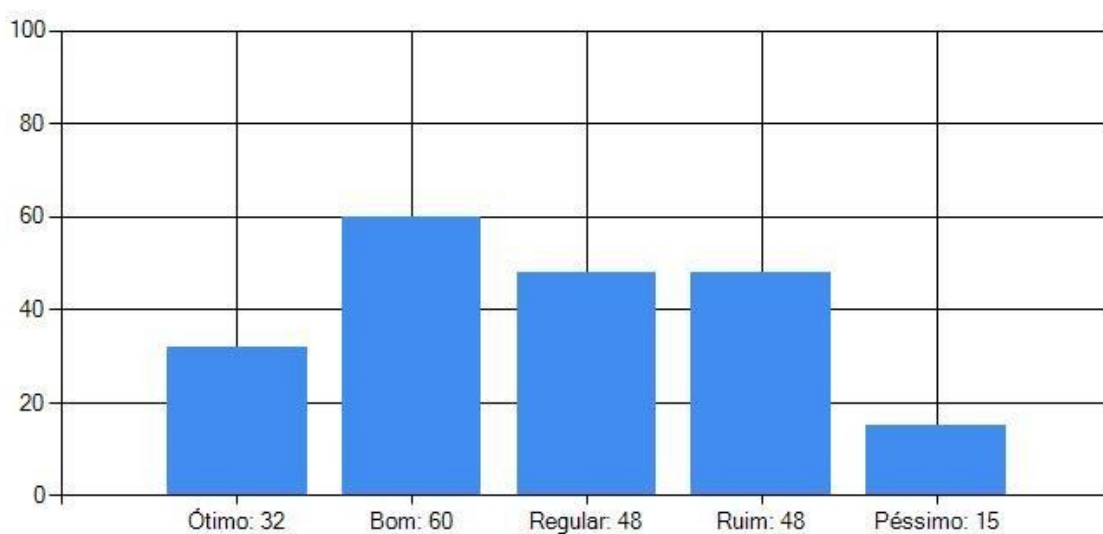
18 - Qual seu conhecimento sobre programas e ações institucionais relacionadas às questões étnicas, de gênero, religiosas e políticas pode ser considerado:



I09 - Avalie o atendimento às demandas de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em sua unidade:

Total Geral

19 - Avalie o atendimento às demandas de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em sua unidade:

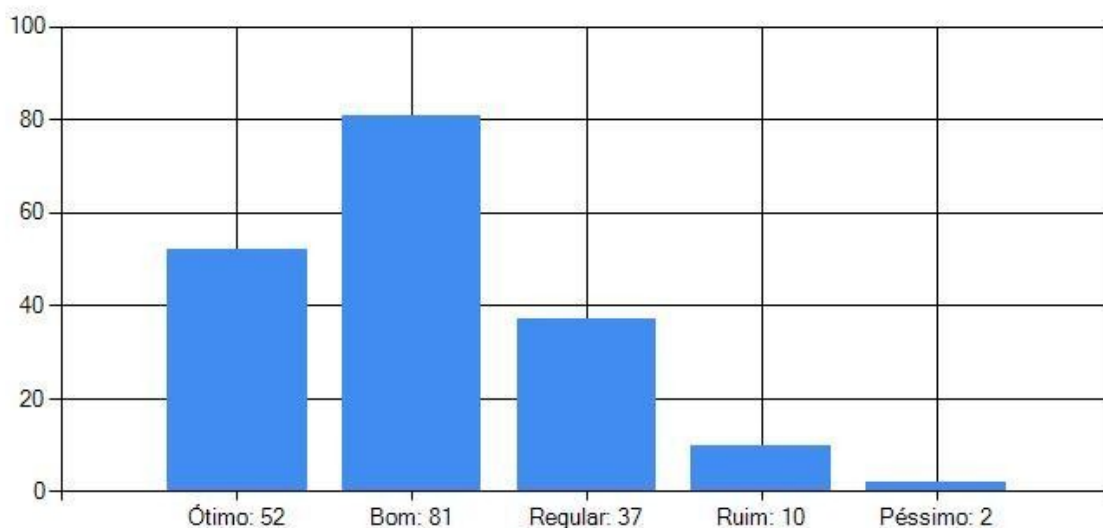


I10 - Avalie as ações e incentivos voltados ao empreendedorismo em sua unidade:



Total Geral

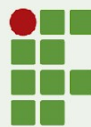
I10 - Avalie as ações e incentivos voltados ao empreendedorismo em sua unidade:



Resultados:

O conhecimento em relação a missão e visão do Instituto Federal é apontado como ótimo por mais de 60% dos respondentes e como bom por 35% dos respondentes. Em relação ao conhecimento do plano de desenvolvimento institucional, a estrutura organizacional, o programa da correta destinação ambiental de resíduos e o programa de orientação de uso dos recursos naturais identifica-se que mais de 60% dos respondentes apontaram um conhecimento ótimo ou bom a respeito desses quesitos. Já em relação ao conhecimento de programas e ações institucionais relacionadas as questões étnicas, de gênero, religiosas e políticas 157 dos respondentes (76%) indicaram ter um ótimo ou um bom conhecimento a respeito desses programas. Naquilo que diz respeito às ações e incentivos voltados ao empreendedorismo, 133 respondentes (73%) avaliam tais práticas como ótimas ou boas. Tais dados positivos não se refletem na avaliação de atendimento às demandas de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, visto que quase um terço das respostas, 31%, indicam como ruim ou péssimo o atendimento prestado a esse público.

3.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

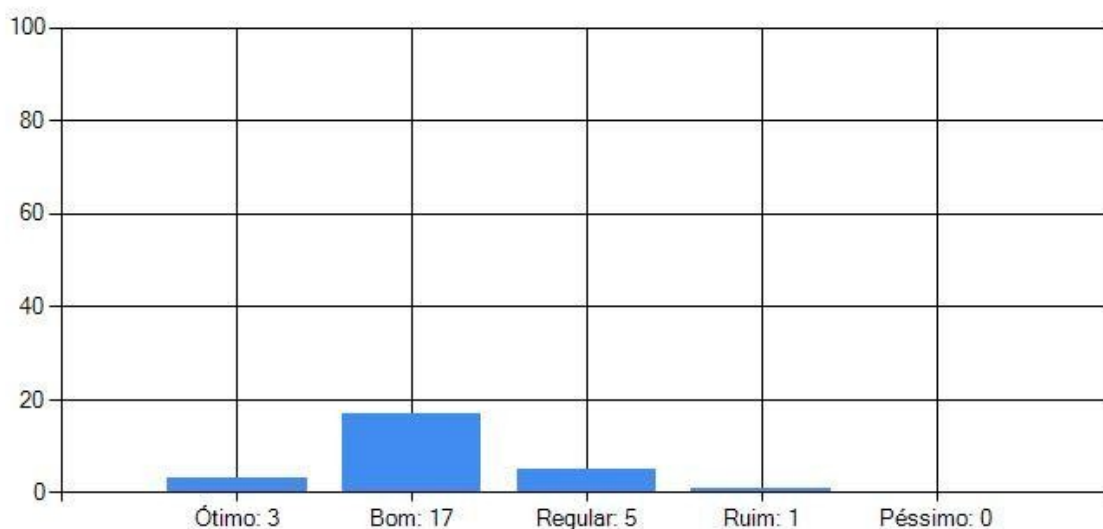


3.3.1 Política de Ensino, Pesquisa e Extensão

I11 - Como você considera a coerência entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas em sua unidade:

Total Geral

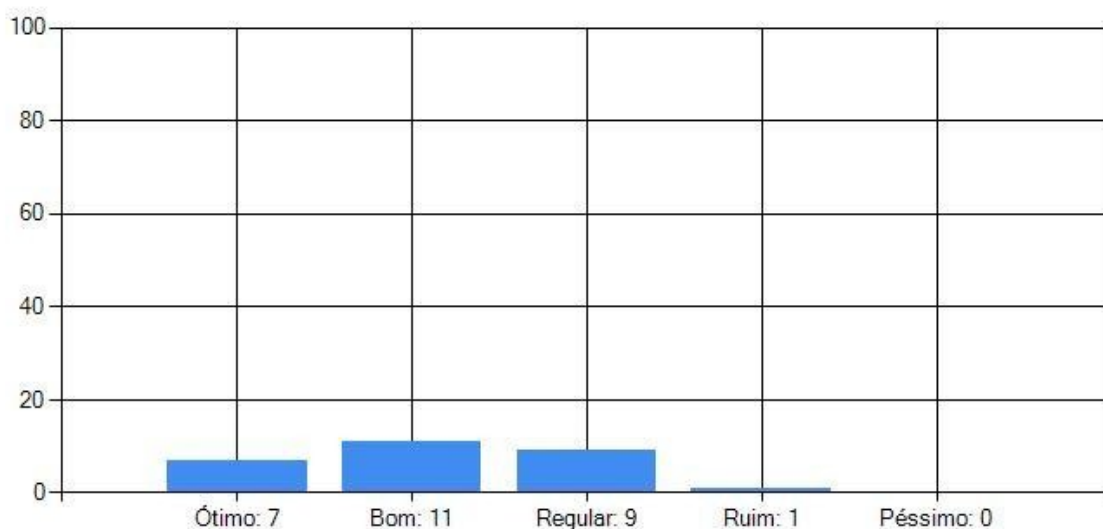
I11 - Como você considera a coerência entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas em sua unidade:

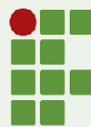


I12 - De que forma as atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas no seu câmpus:

Total Geral

I12 - De que forma as atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas na seu campus:

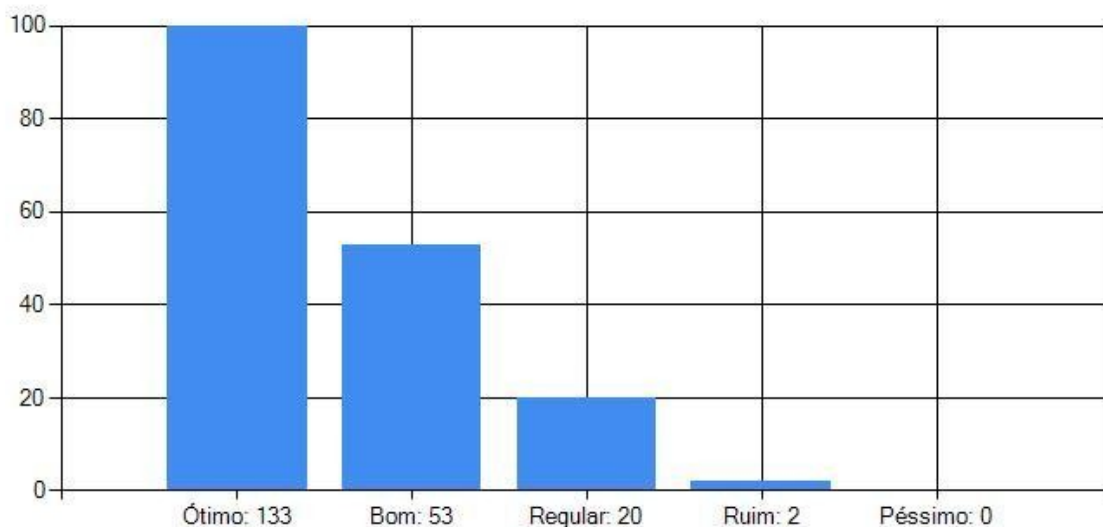




I13 - A instituição estimula a participação em projetos e/ou programas de pesquisa, extensão e inovação de forma:

Total Geral

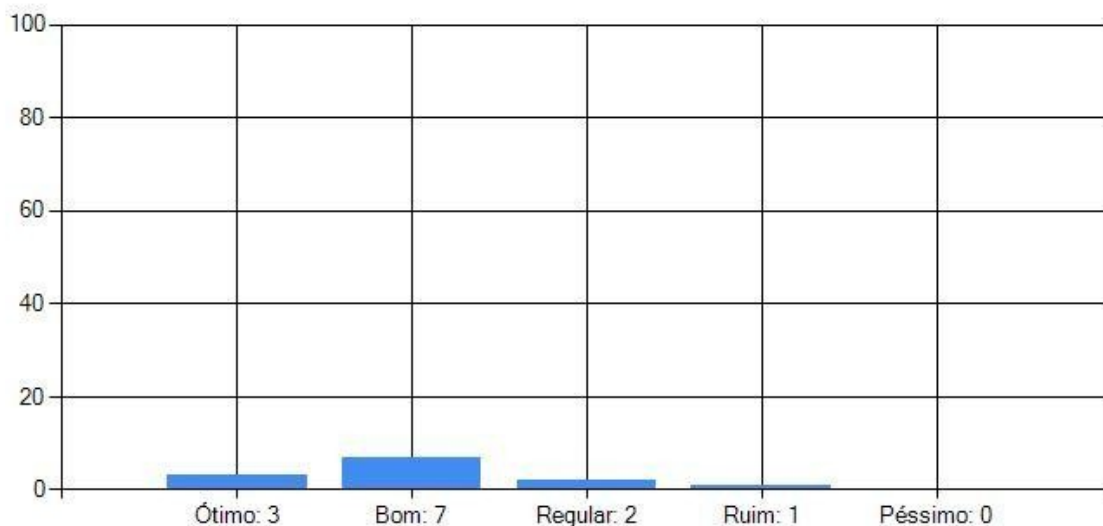
I13 - A instituição estimula a participação em projetos e/ou programas de pesquisa, extensão e inovação de forma:



I14 - Como você considera os critérios de avaliação das propostas de projetos de pesquisa e/ou extensão:

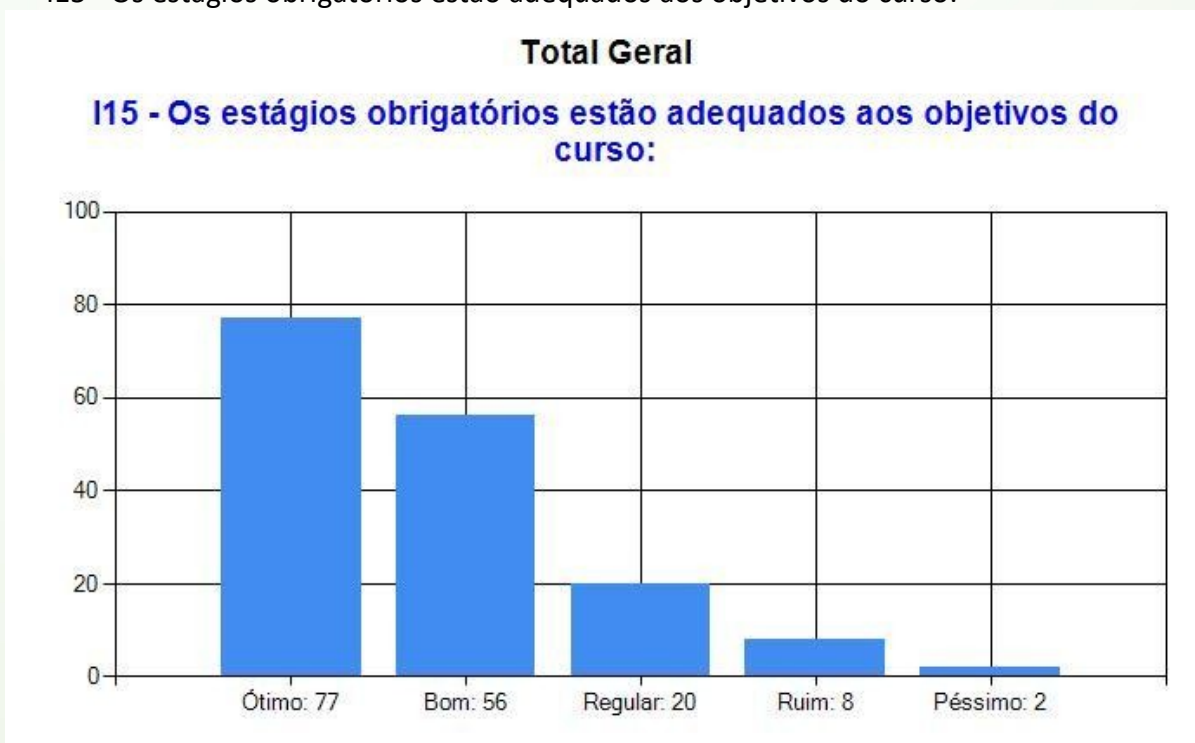
Total Geral

I14 - Como você considera os critérios de avaliação das propostas de projetos de pesquisa e/ou extensão:

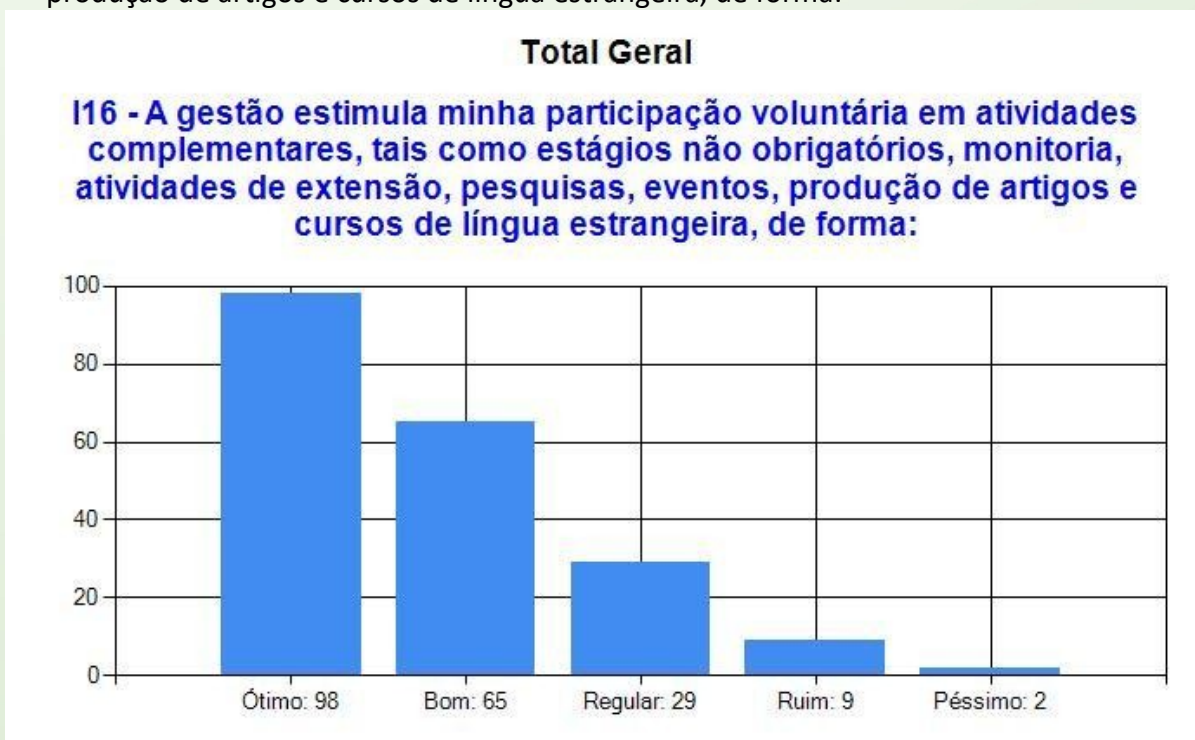


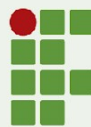


I15 - Os estágios obrigatórios estão adequados aos objetivos do curso:

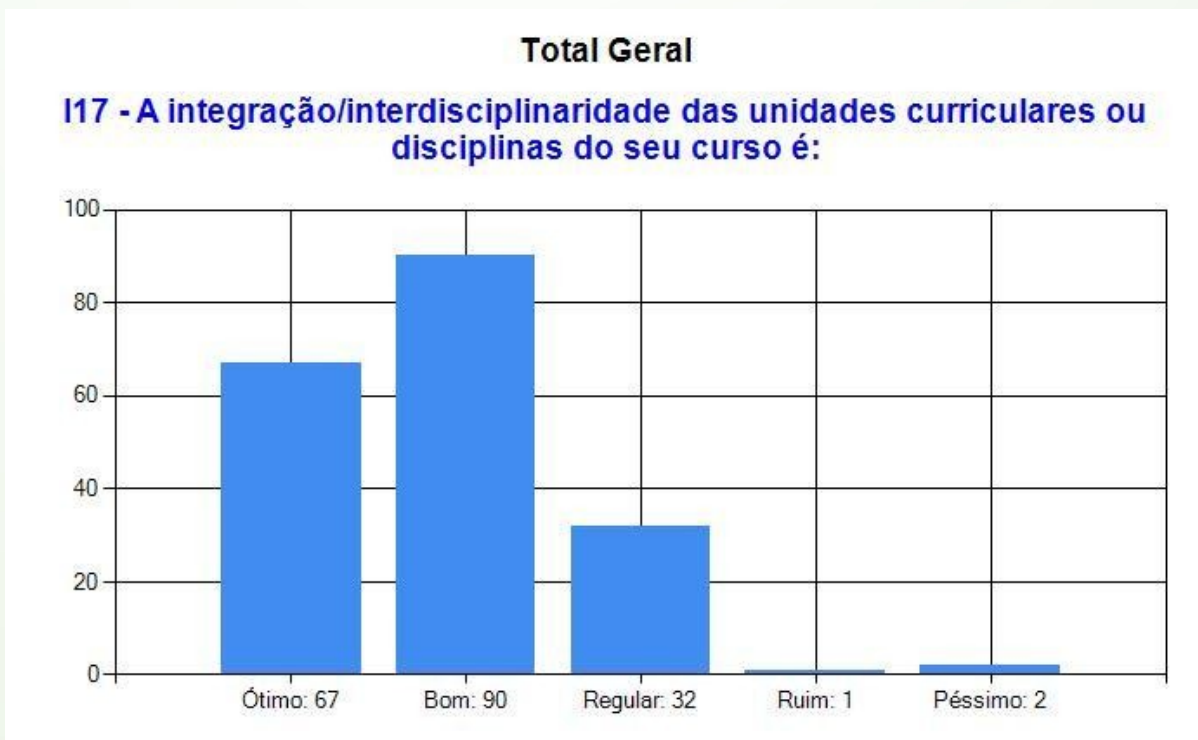


I16 - A gestão estimula minha participação voluntária em atividades complementares, tais como estágios não obrigatórios, monitoria, atividades de extensão, pesquisas, eventos, produção de artigos e cursos de língua estrangeira, de forma:



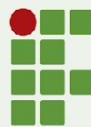


I17 - A integração/interdisciplinaridade das unidades curriculares ou disciplinas do seu curso é:



I18 - A formação proporcionada, considerando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em seu curso atende às suas expectativas de modo:

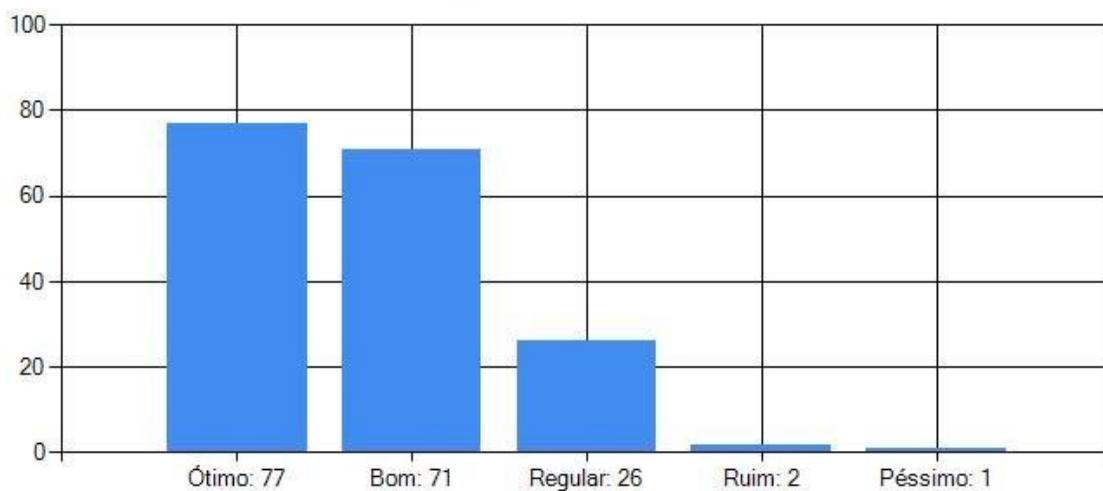




I19 - Avalie as práticas de ensino executadas pelo corpo docente, que envolvem didática, assiduidade, comprometimento, motivação e responsabilidade:

Total Geral

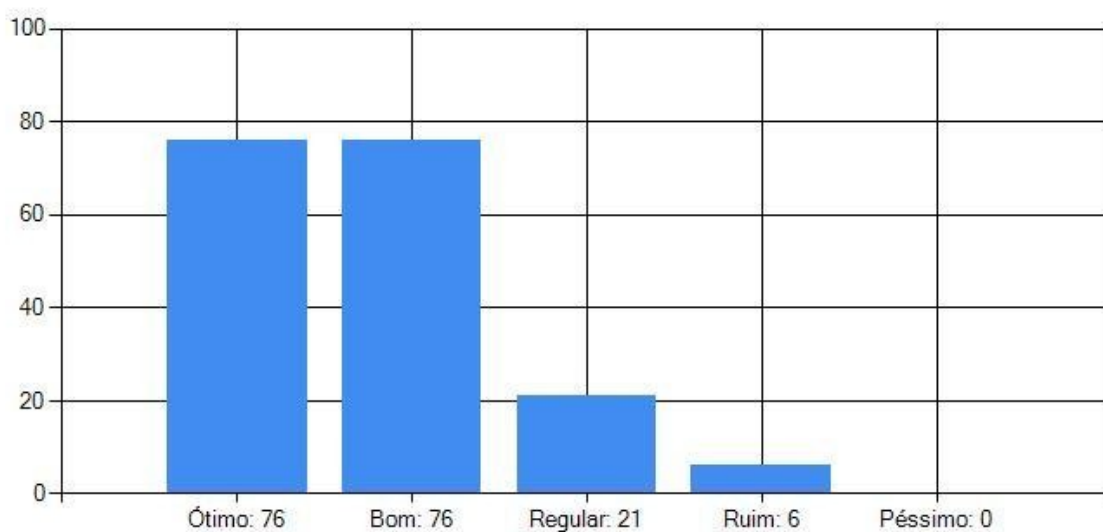
I19 - Avalie as práticas de ensino executadas pelo corpo docente, que envolvem didática, assiduidade, comprometimento, motivação e responsabilidade:

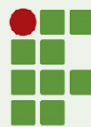


I20 - Como você percebe o sistema de avaliação da aprendizagem aplicado em seu curso:

Total Geral

I20 - Como você percebe a avaliação da aprendizagem aplicado em seu curso:

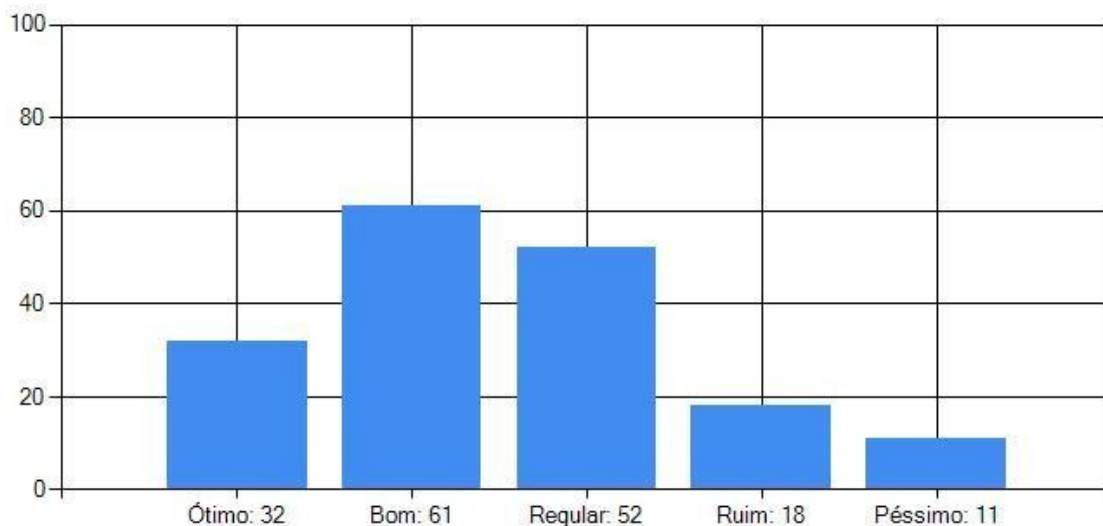




I21 - Em que medida você conhece o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do seu curso:

Total Geral

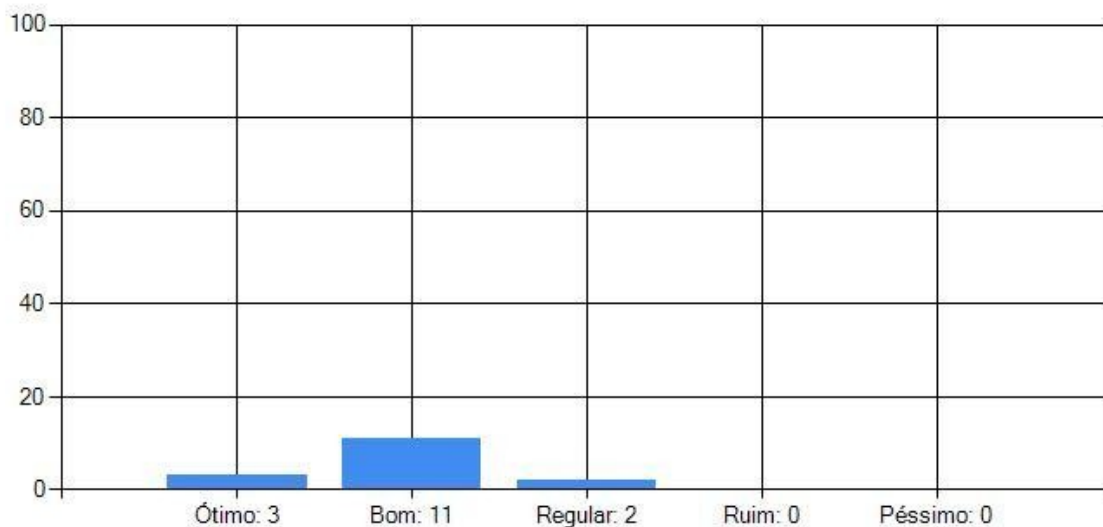
I21 - Em que medida você conhece o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do seu curso:



I22 - O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está adequado às demandas do mundo do trabalho, de forma:

Total Geral

I22 - O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está adequado às demandas do mundo do trabalho, de forma:





I23 - O atendimento da Coordenação de Curso às demandas dos acadêmicos é:



I24 - Como você avalia o atendimento da secretaria acadêmica:

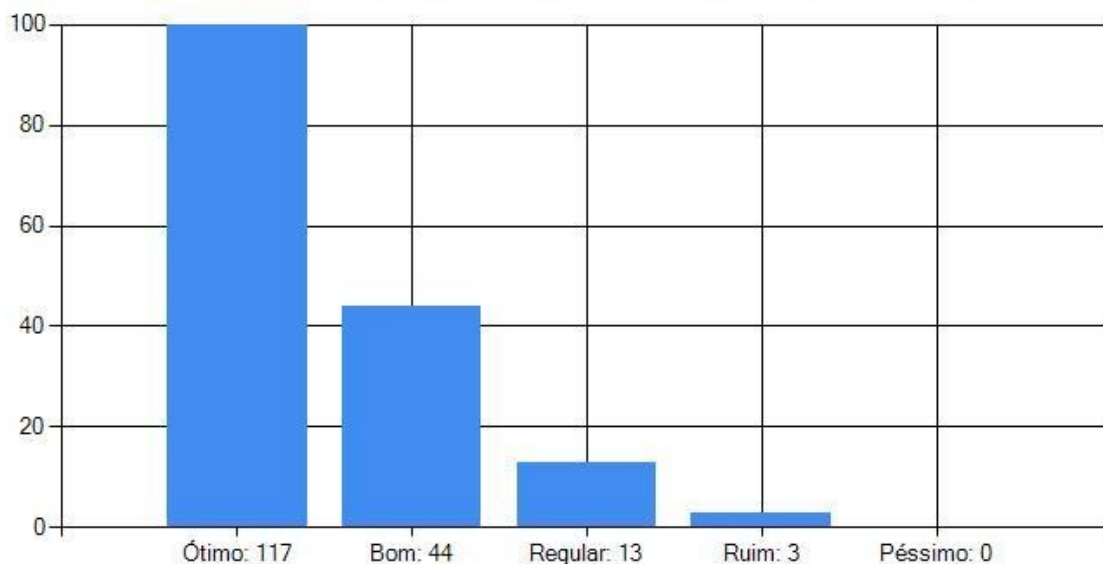


I25 - Como você avalia o atendimento da biblioteca:



Total Geral

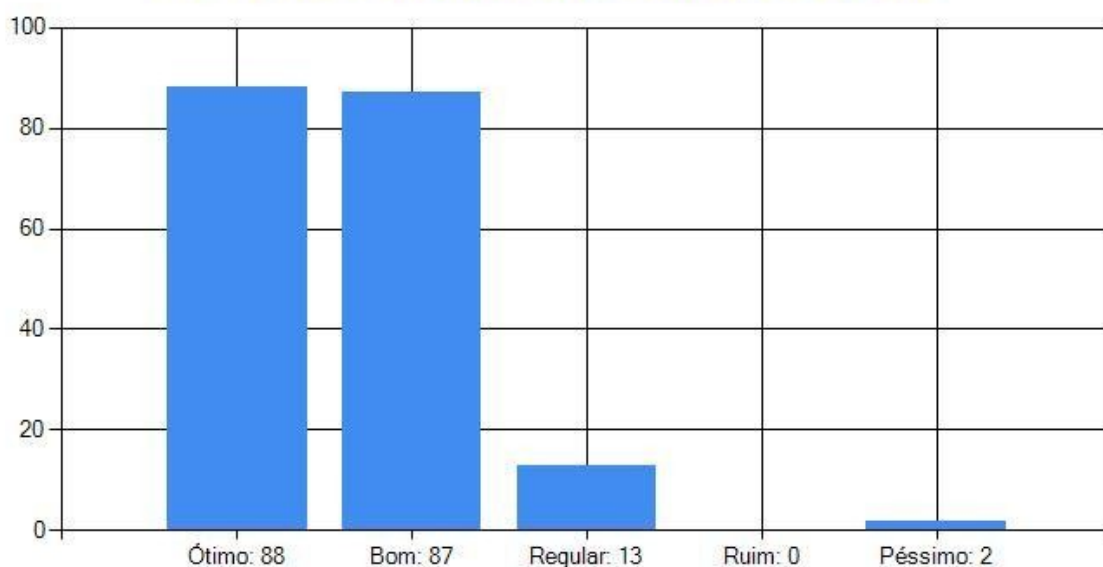
I25 - Como você avalia o atendimento da biblioteca:



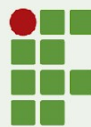
I26 - Você avalia o acervo bibliográfico de modo:

Total Geral

I26 - Você avalia o acervo bibliográfico de modo:

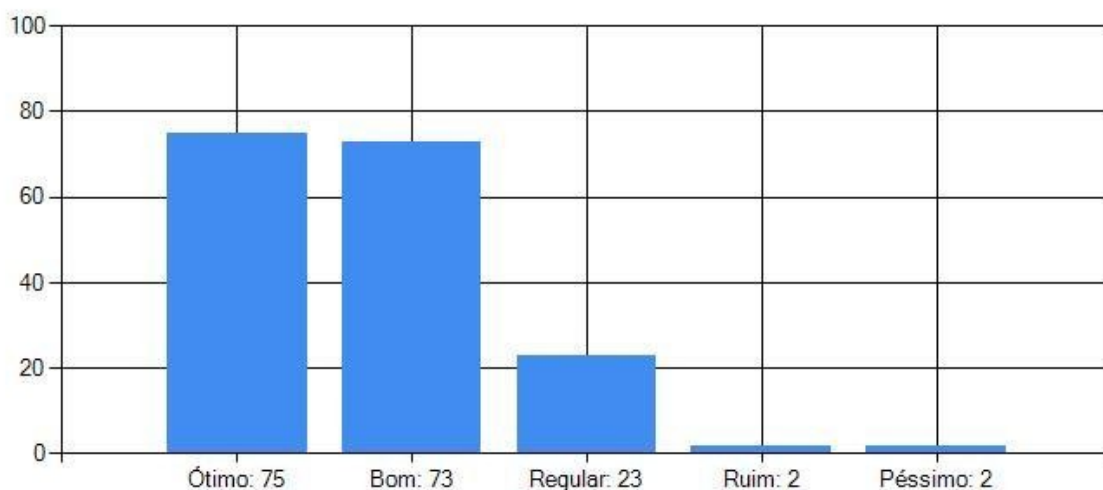


I27 - Como você considera as ações de apoio pedagógico, acesso a monitorias, orientação de trabalhos, dentre outros, realizadas pelos docentes:



Total Geral

I27 - Como você considera as ações de apoio pedagógico, acesso a monitorias, orientação de trabalhos, dentre outros, realizadas pelos docentes:



Resultados:

Daqueles que responderam a questão 11, 77% consideram o PDI coerente com as políticas de ensino, pesquisa e extensão do câmpus. No que diz respeito especificamente a pesquisa e extensão, 64% dos respondentes afirmam que essas atividades são desenvolvidas de forma boa ou ótima sendo que na questão 13, 186 respondentes, que totalizam 89% das respostas, avaliam como bom ou ótimo o estímulo da instituição para a participação em projetos e/ou programas de pesquisa, extensão e inovação.

As questões 18 e 20 demonstram que, levando-se em consideração as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a formação que os cursos proporcionam aos estudantes atendem às suas expectativas de maneira satisfatória, sendo que a maioria dos estudantes também demonstram concordância com o sistema de avaliação da aprendizagem. Nota-se que o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) é pouco conhecido, conforme verificado na questão 21.

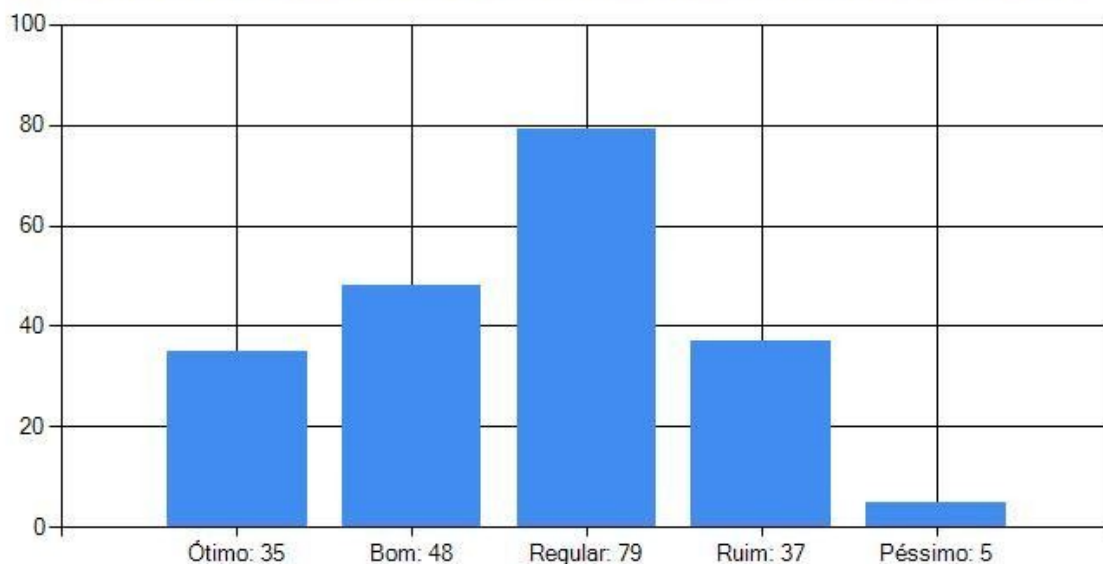
3.3.2 Comunicação com a Sociedade

I28 - Em que medida o IFPR é conhecido pela comunidade externa



Total Geral

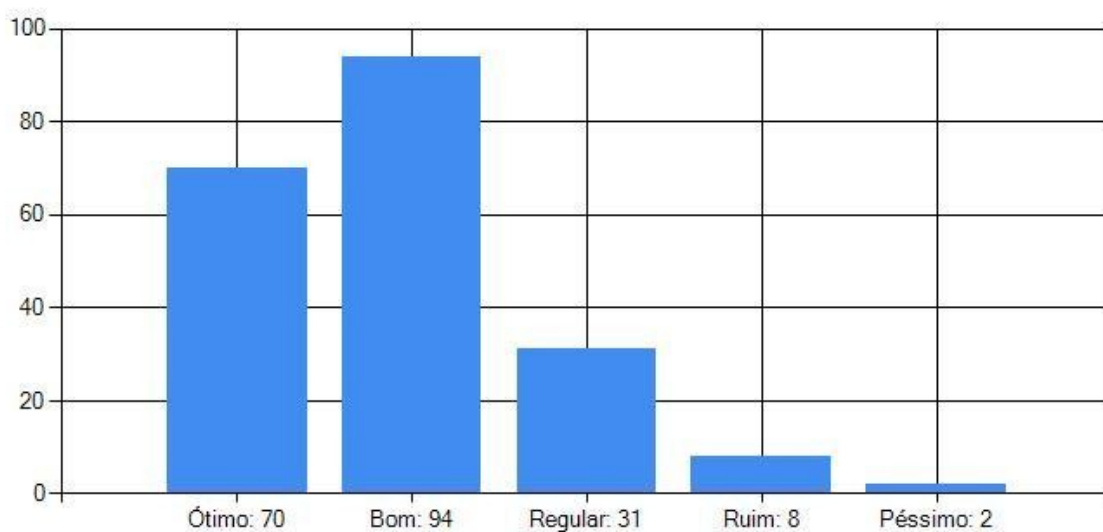
I28 - Em que medida o IFPR é conhecido pela comunidade externa:

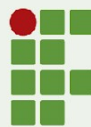


I29 - Você encontra informações sobre seu câmpus, cursos e atividades no site do IFPR de forma:

Total Geral

I29 - Você encontra informações sobre seu campus, cursos e atividades no site do IFPR de forma:





Resultados:

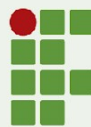
Apesar de ser possível encontrar informações sobre o câmpus, os cursos e demais atividades no site do IFPR conforme o gráfico 29 apresenta, vale destacar que um significativo índice de respondentes da pesquisa considera que o IFPR é pouco conhecido pela comunidade externa observando-se as respostas da questão 28.

3.3.3 Política de Atendimento aos Discentes

I30 - Avalie as políticas de acesso e processos seletivos do IFPR:

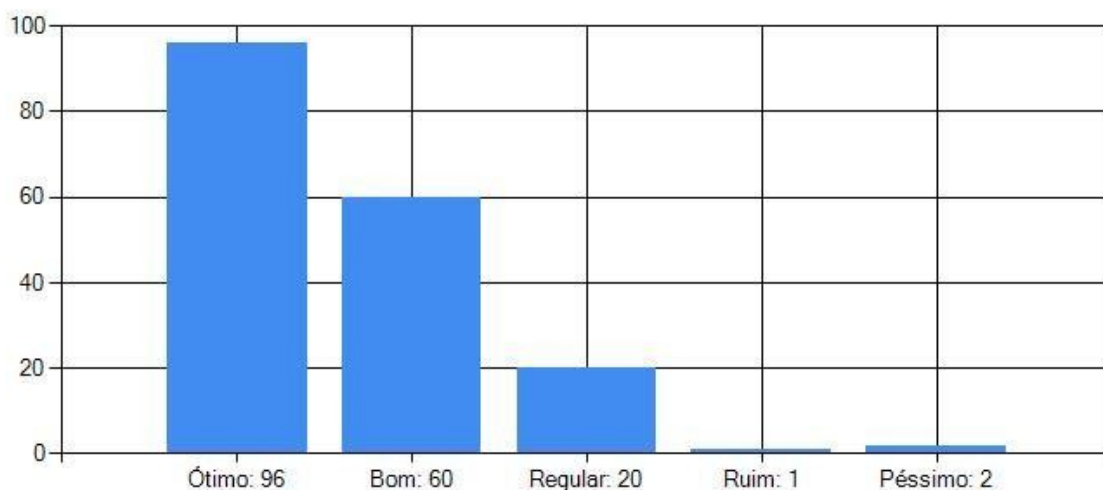


I31 - O seu câmpus oferece atendimento diferenciado tais como: revisões, esclarecimentos, reforços, horários especiais e recuperação de conteúdos, de forma:



Total Geral

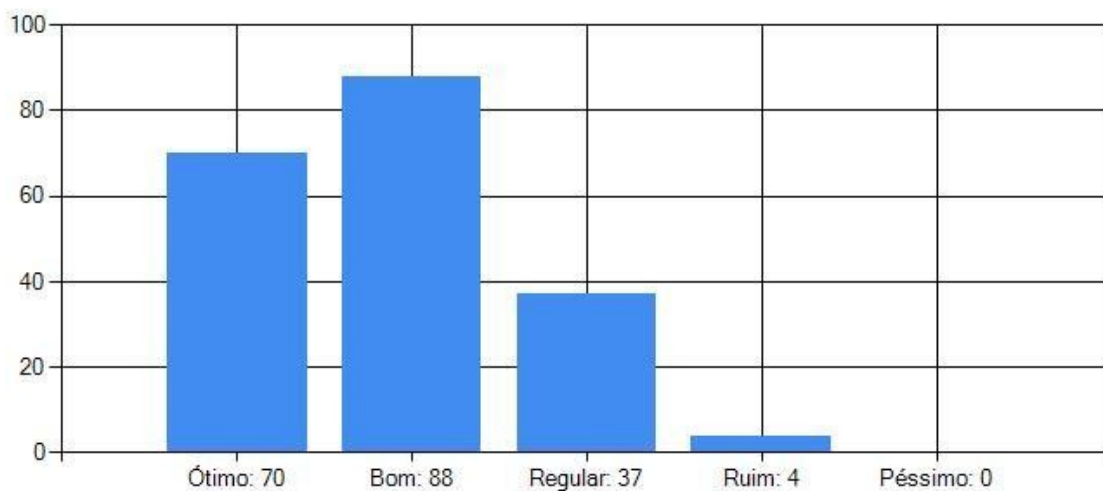
I31 - O seu campus oferece atendimento diferenciado tais como: revisões, esclarecimentos, reforços, horários especiais e recuperação de conteúdos, de forma:



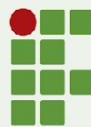
I32 - Como você percebe a atuação da direção de ensino e coordenações em relação à promoção, permanência e êxito dos discentes:

Total Geral

I32 - Como você percebe a atuação da direção de ensino e coordenações em relação à promoção, permanência e êxito dos discentes:

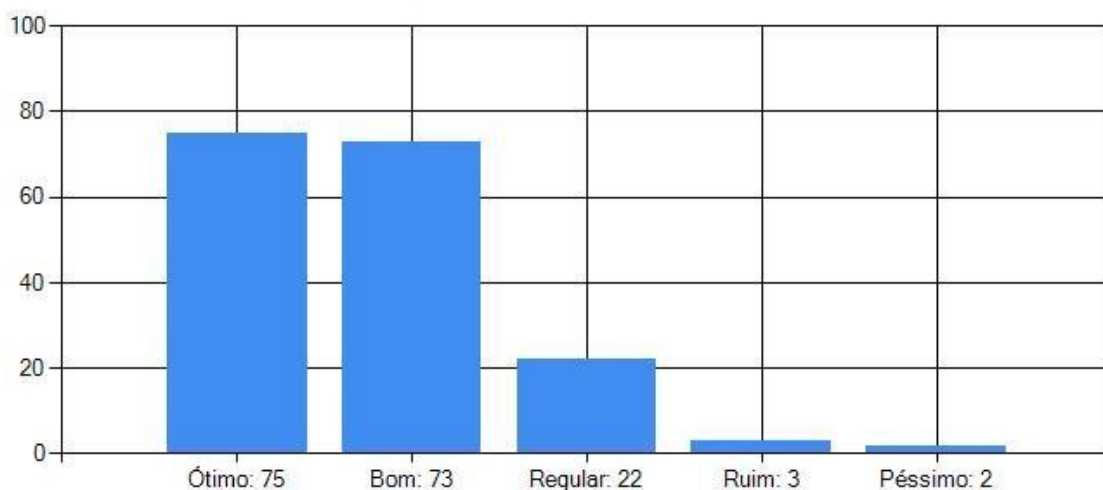


I33 - Os programas institucionais visando a redução dos índices de evasão, tais como bolsas, auxílios, entre outras, atendem as suas expectativas de forma:



Total Geral

I33 - Os programas institucionais visando a redução dos índices de evasão, tais como bolsas, auxílios, entre outras, atendem as suas expectativas de forma:



Resultados:

Do ponto de vista da Política de Atendimento aos Discentes, nota-se ser satisfatório o oferecimento de diferentes meios de atendimento como, revisões, esclarecimentos, reforços, horários especiais e recuperação de conteúdos. Destaca-se ainda a atuação da direção de ensino e coordenações visando a promoção, permanência e êxito dos estudantes. Já a questão 33, apresenta uma boa expectativa diante dos programas institucionais que visam a redução dos índices de evasão, como por exemplo, as bolsas, auxílios, entre outros.

3.4 Eixo – 4 Políticas de Gestão

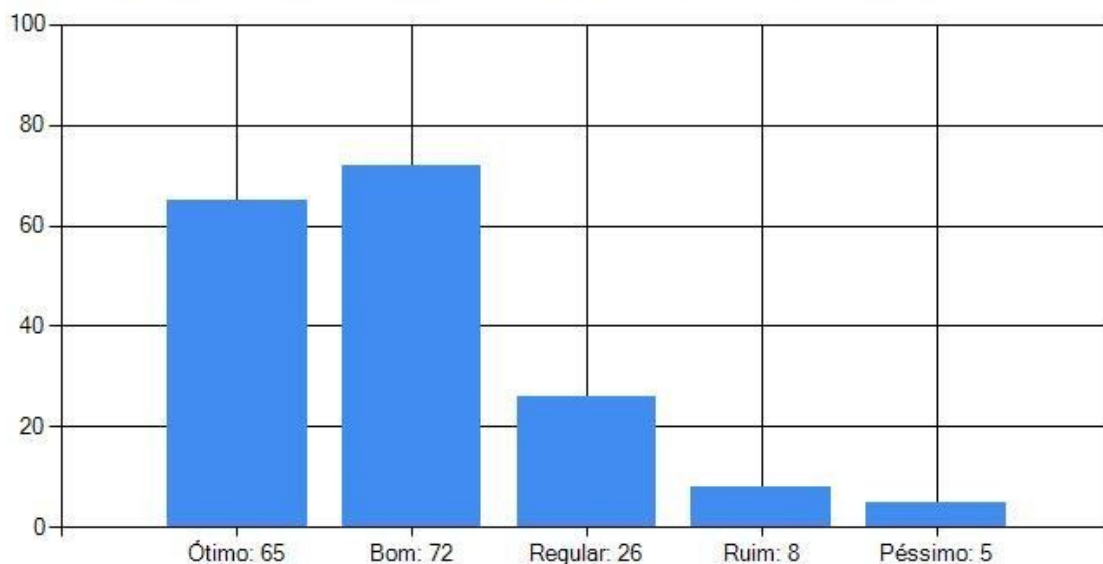
3.4.1 Política de Pessoal

I34 - Como avalia sua interação com os colegas de estudo:



Total Geral

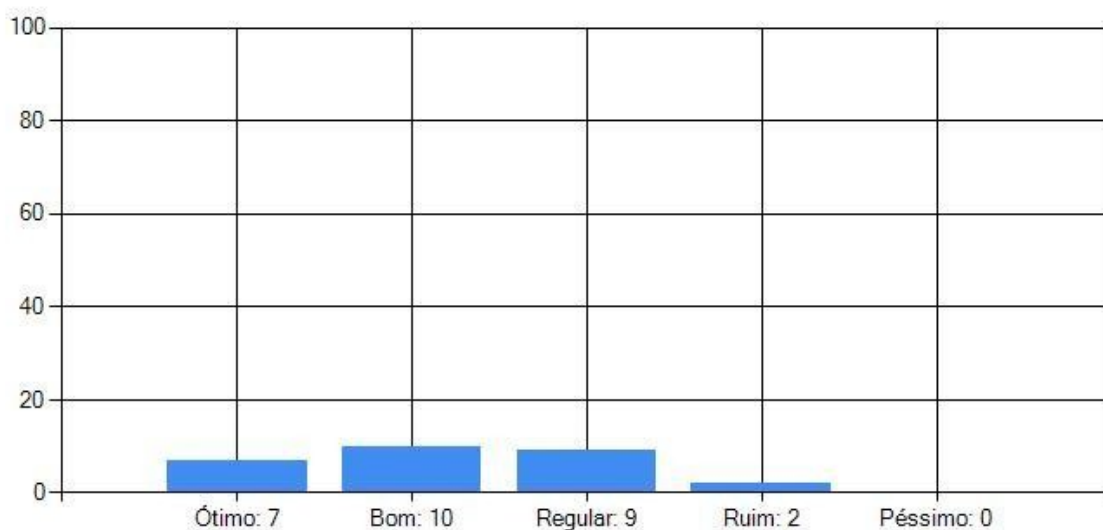
I34 - Como avalia sua interação com os colegas de estudo



I35 - De que maneira você se sente profissionalmente reconhecido em seu ambiente de trabalho:

Total Geral

I35 - De que maneira você se sente profissionalmente reconhecido em seu ambiente de trabalho:

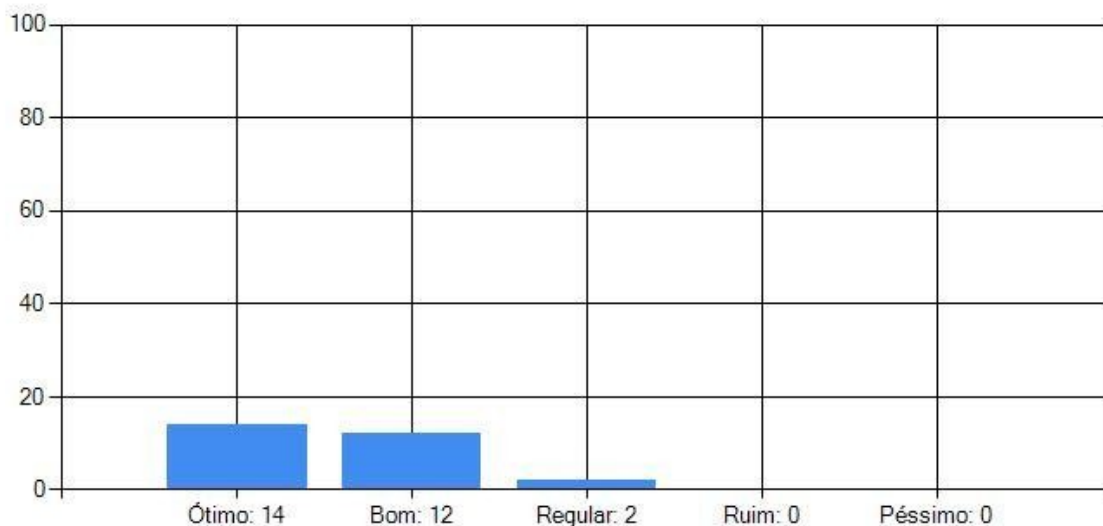


I36 - Indique o nível de relacionamento entre sua chefia imediata e os servidores de sua unidade:



Total Geral

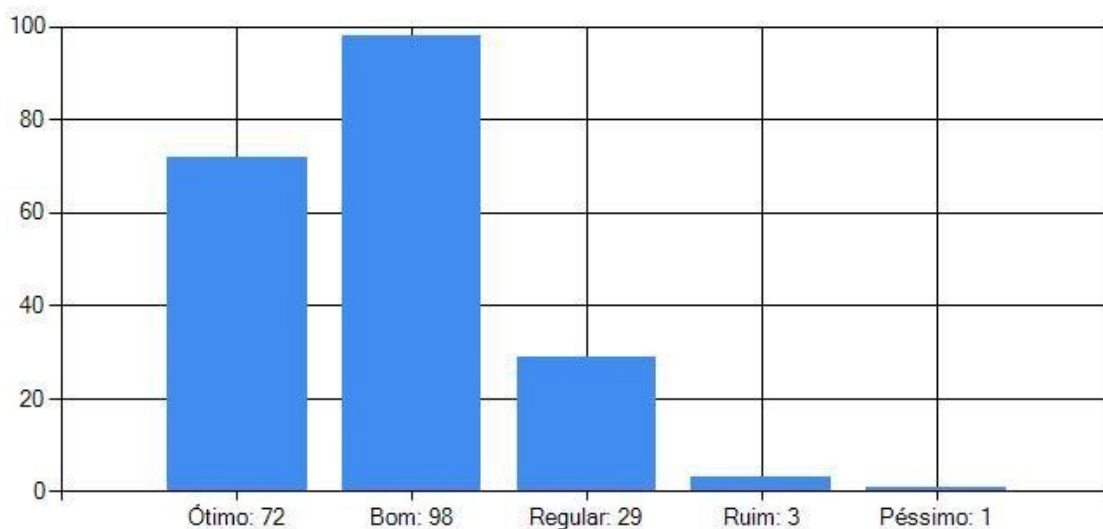
I36 - Indique o nível de relacionamento entre sua chefia imediata e os servidores de sua unidade:



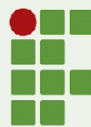
I37 - Como você avalia a interação entre a gestão de sua unidade e os discentes:

Total Geral

I37 - Como você avalia a interação entre a gestão de sua unidade e os discentes:

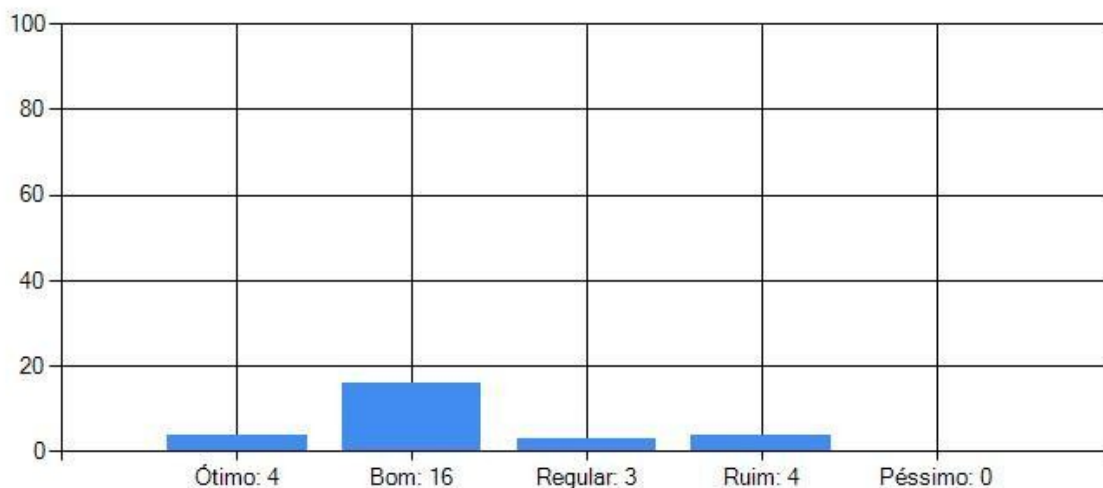


I38 - Avalie a oferta e acesso aos programas de qualificação e capacitação disponibilizados pela gestão aos servidores de sua unidade:



Total Geral

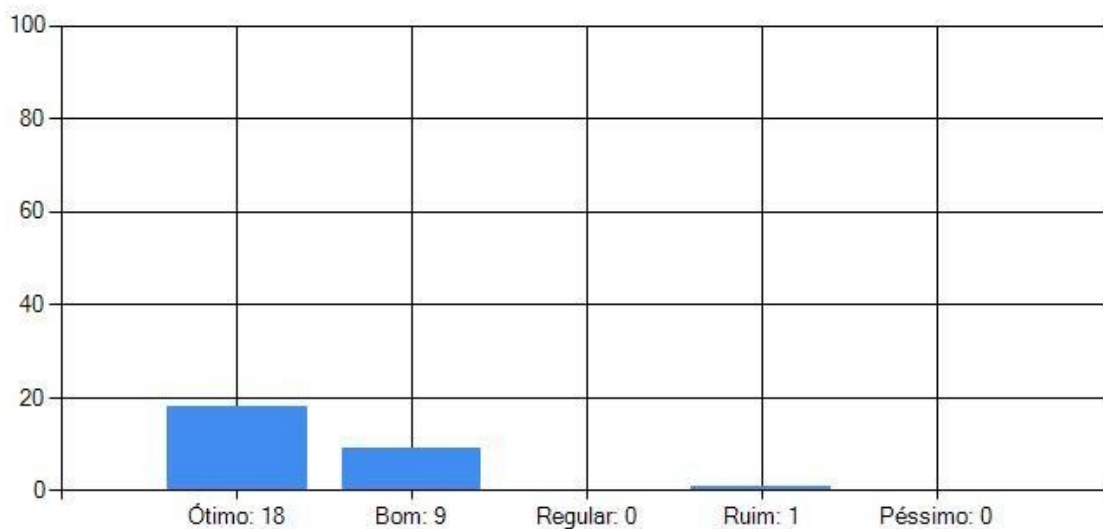
I38 - Avalie a oferta e acesso aos programas de qualificação e capacitação disponibilizados pela gestão aos servidores de sua unidade:



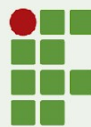
I39 - A instituição oferece a possibilidade de participar de comissões ou grupos de trabalho, de forma:

Total Geral

I39 - A instituição oferece a possibilidade de participar de comissões ou grupos de trabalho, de forma:

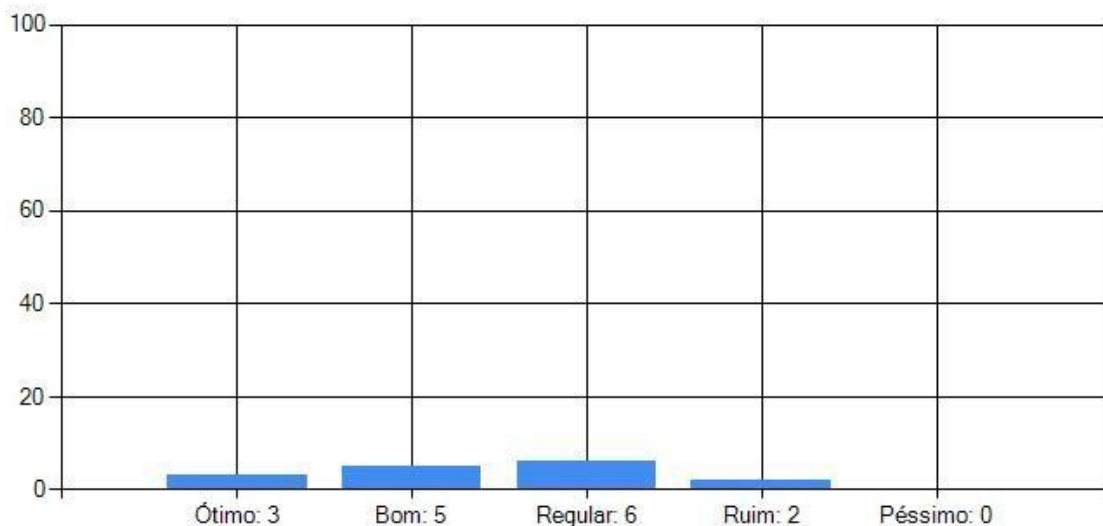


I40 - A política para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários) é:



Total Geral

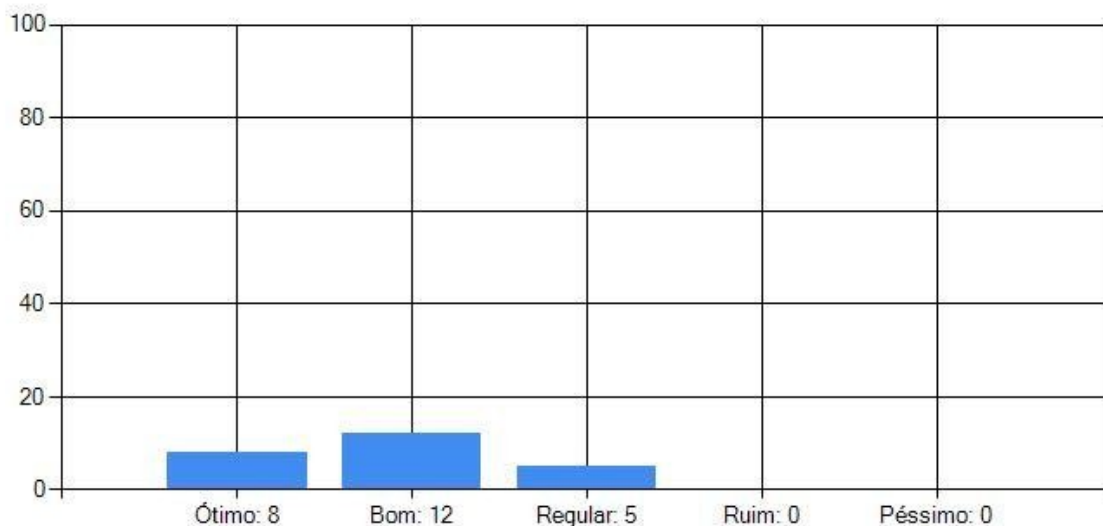
I40 - A política para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários) é:



I41 - A adequação dos processos de avaliação envolvidos no estágio probatório é:

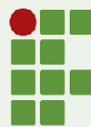
Total Geral

I41 - A adequação dos processos de avaliação envolvidos no estágio probatório é:



Resultados:

Na Política de Pessoal, abordada dentro do eixo de Política de Gestão, os gráficos 34 e 37 permitem a observação de uma boa interação entre os estudantes com seus colegas de



estudo, sendo esta também constatada na interação com a gestão do campus. Verifica-se também a existência do bom relacionamento entre os servidores e suas chefias imediatas e a satisfação com os programas de qualificação e capacitação disponibilizados pela gestão, conforme observados nos gráficos 36 e 38.

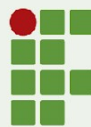
A Política para admissão de servidores docentes sendo efetivos, substitutos e temporários, demonstrada através do gráfico 40, foi fator que demonstra uma certa falta de satisfação para a metade das pessoas que responderam a pesquisa.

3.4.2 Organização e Gestão da Instituição

I42 - Para você, a atuação do Conselho Superior (CONSUP) é:

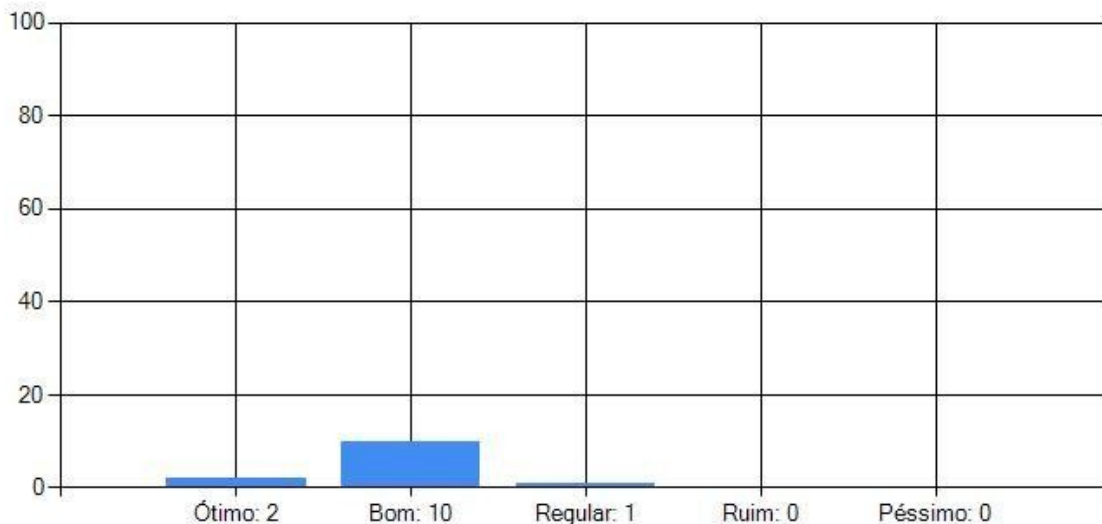


I43 - Como você avalia a atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):



Total Geral

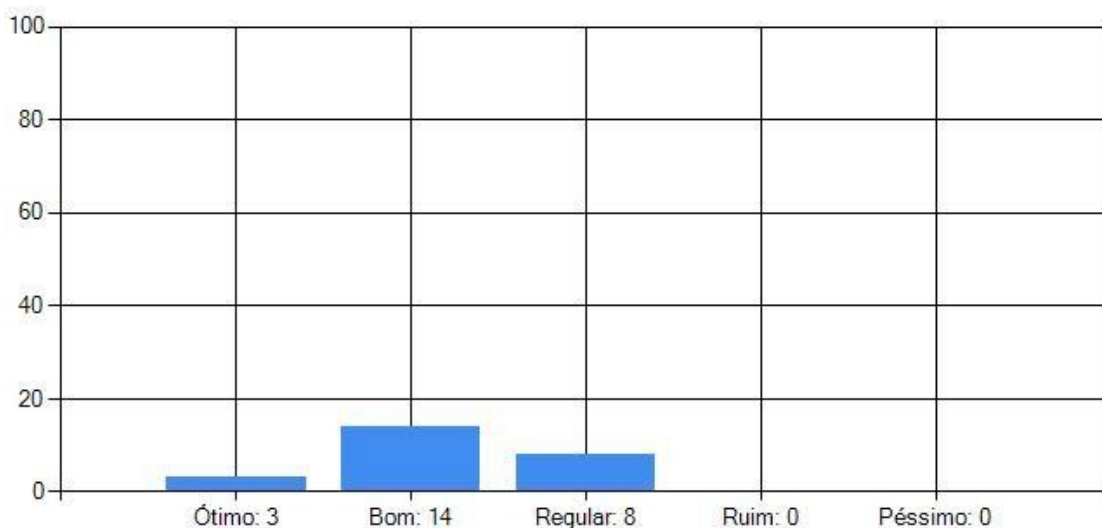
I43 - Como você avalia atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):



I44 - Como você avalia a atuação do Conselho de Administração (CONSAP):

Total Geral

I44 - Como você avalia atuação do Conselho de Administração (CONSAP):

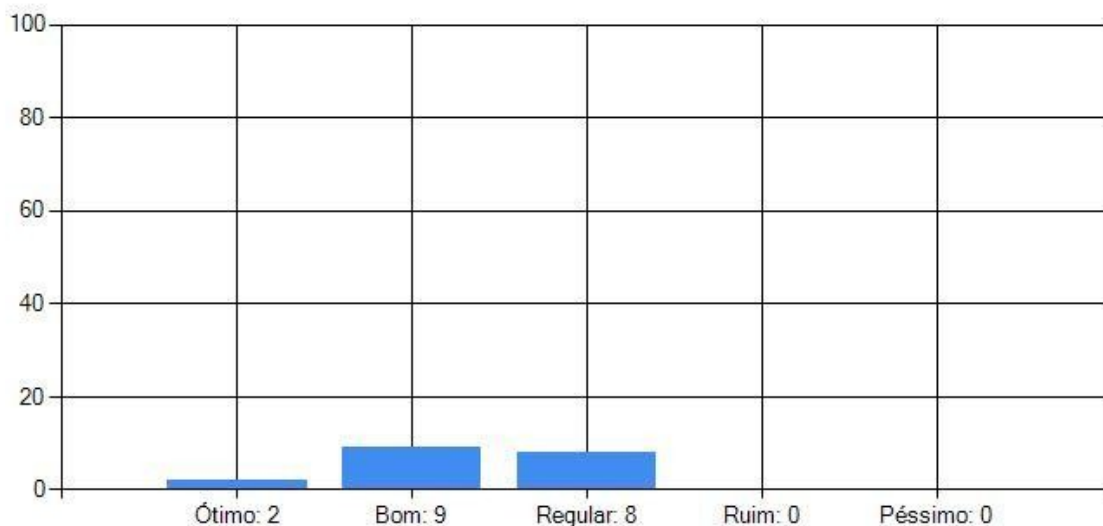


I45 - Como você avalia a atuação do Comitê de Governança Digital (CGD):



Total Geral

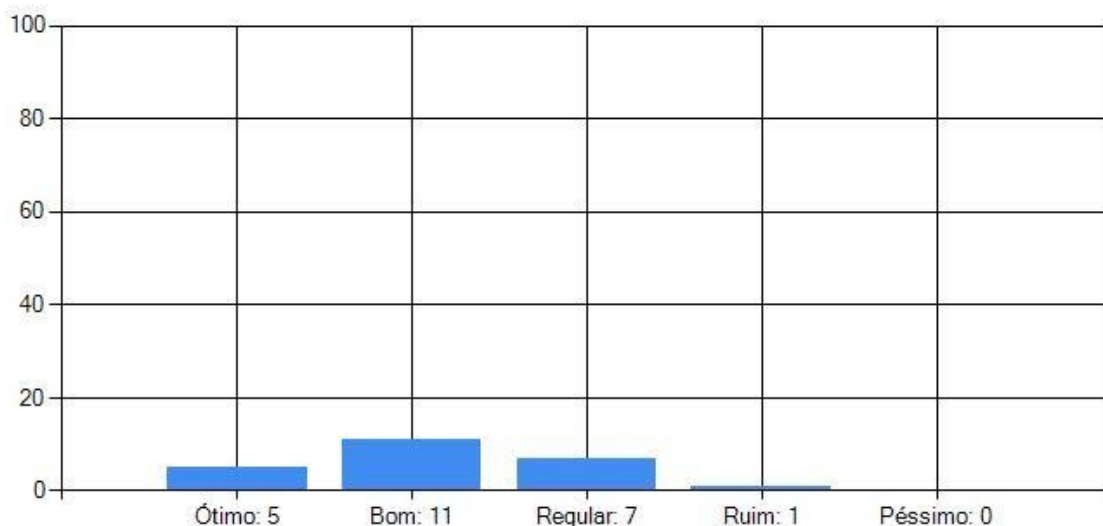
I45 - Como você avalia atuação do Comitê de Governança Digital (CGD):



I46 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é:

Total Geral

I46 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é:



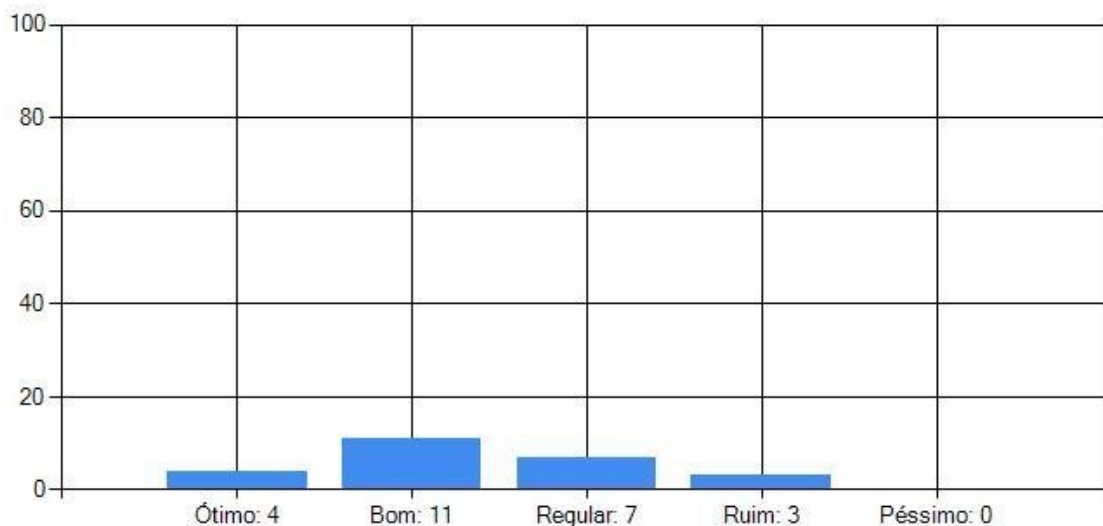
I47 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o):

a) Gabinete da Reitoria:



Total Geral

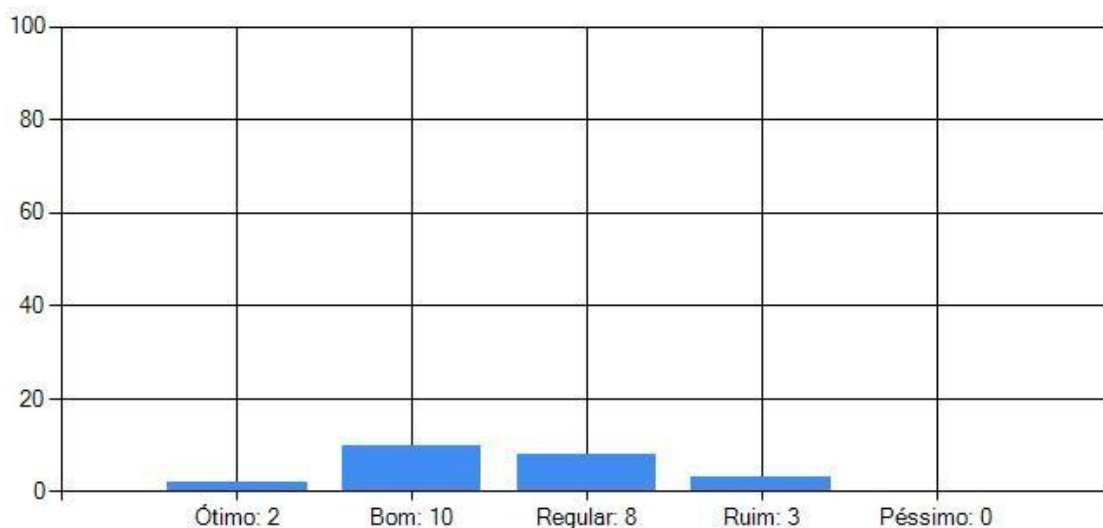
**I47 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): a)
Gabinete da Reitoria**



I48 - Qual se entendimento sobre serviços prestados pela (o):
b) PROAD

Total Geral

**I48 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): b)
PROAD**

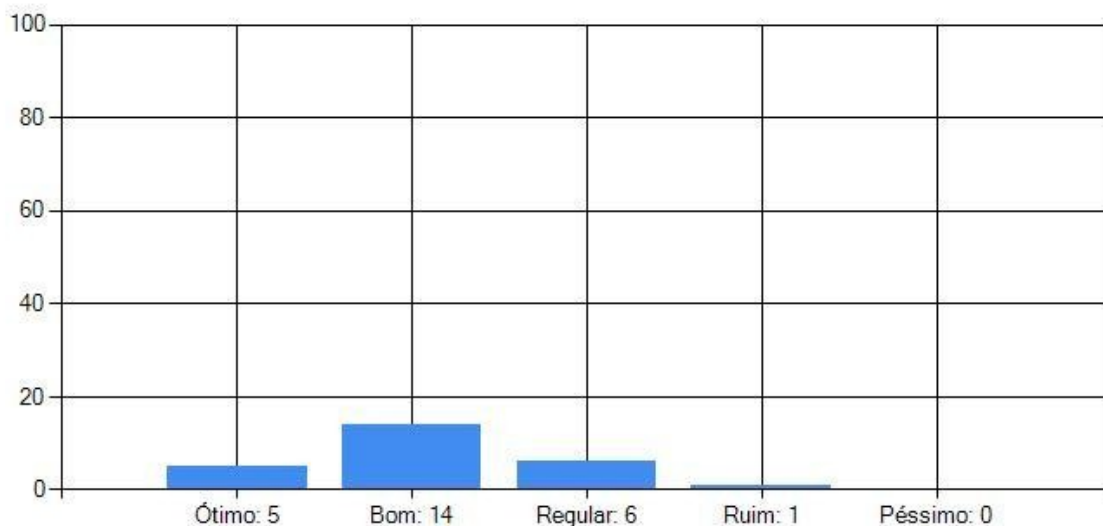


I49 - Qual se entendimento sobre serviços prestados pela (o):
c) PROENS



Total Geral

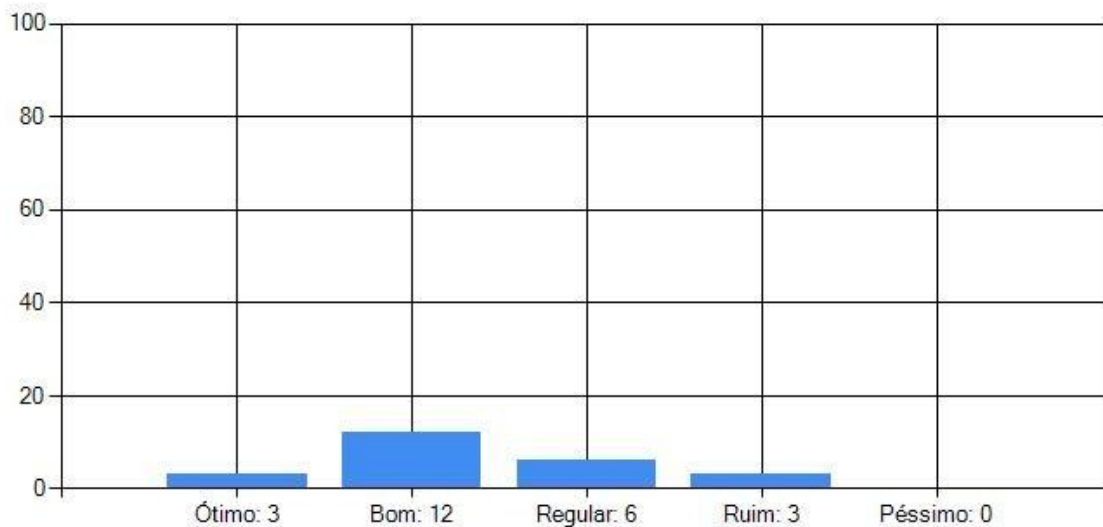
I49 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): c) PROENS



I50 - Qual se entendimento sobre serviços prestados pela (o):
d) PROEPPi

Total Geral

I50 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): d) PROEPPi

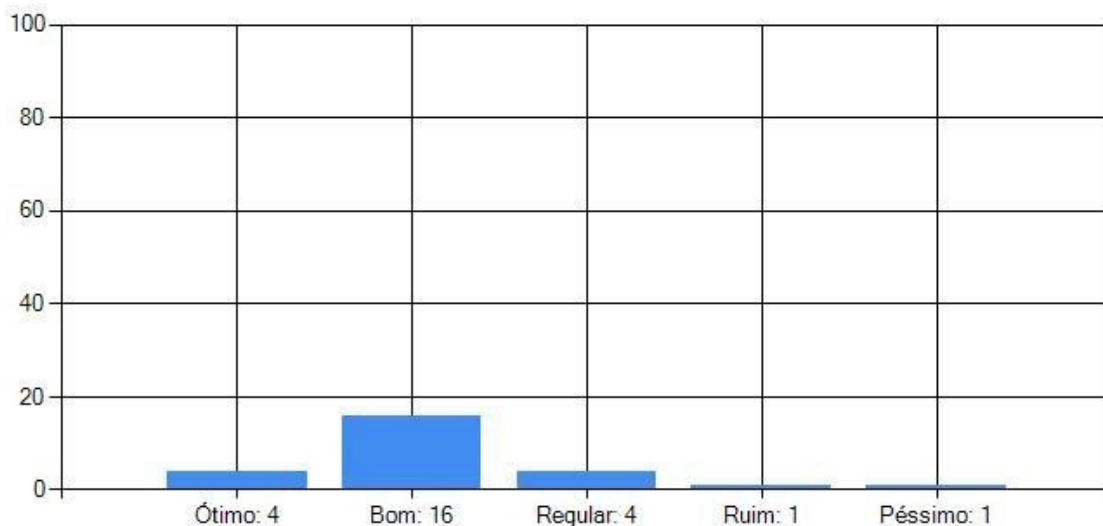


I51 - Qual se entendimento sobre serviços prestados pela (o):
e) PROGEPE



Total Geral

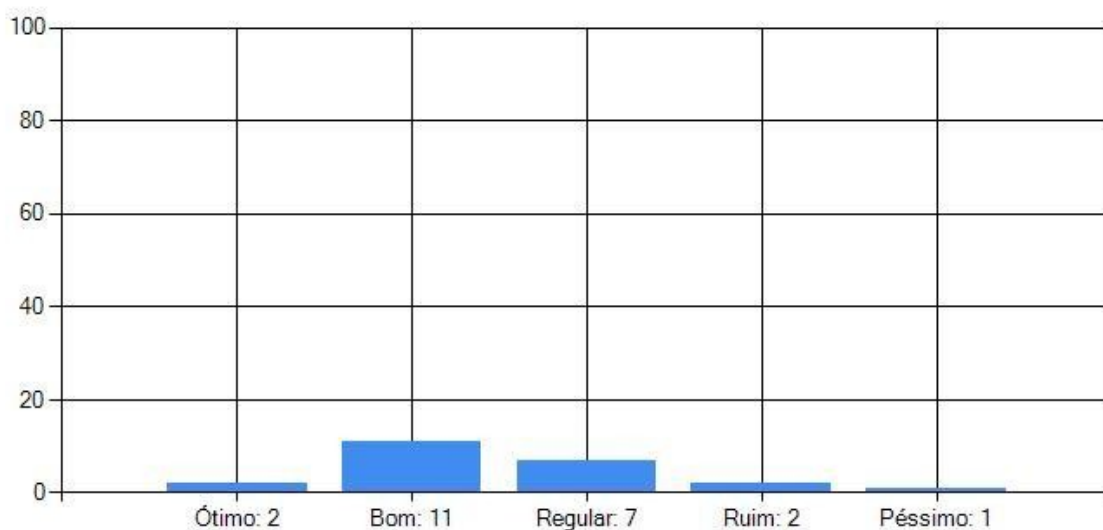
I51 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): e) PROGEPE



I52 - Qual se entendimento sobre serviços prestados pela (o):
f) PROPLAN

Total Geral

I52 - Qual seu entendimento sobre serviços prestados pela (o): f) PROPLAN



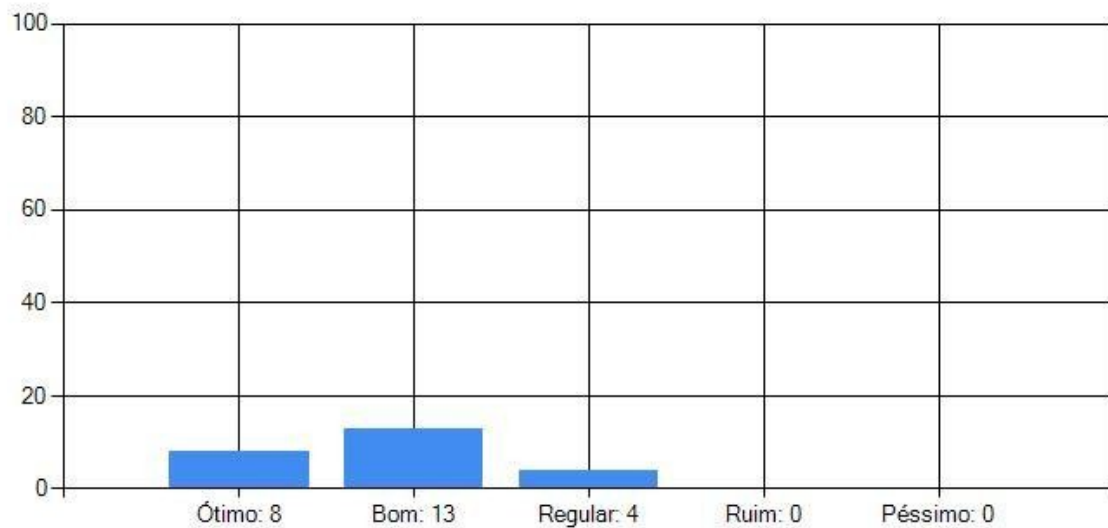
I53 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes do Câmpus (CODIC)



é:

Total Geral

I53 - Seu entendimento sobre a atuação do Colégio de Dirigentes do Campus (CODIC) é:

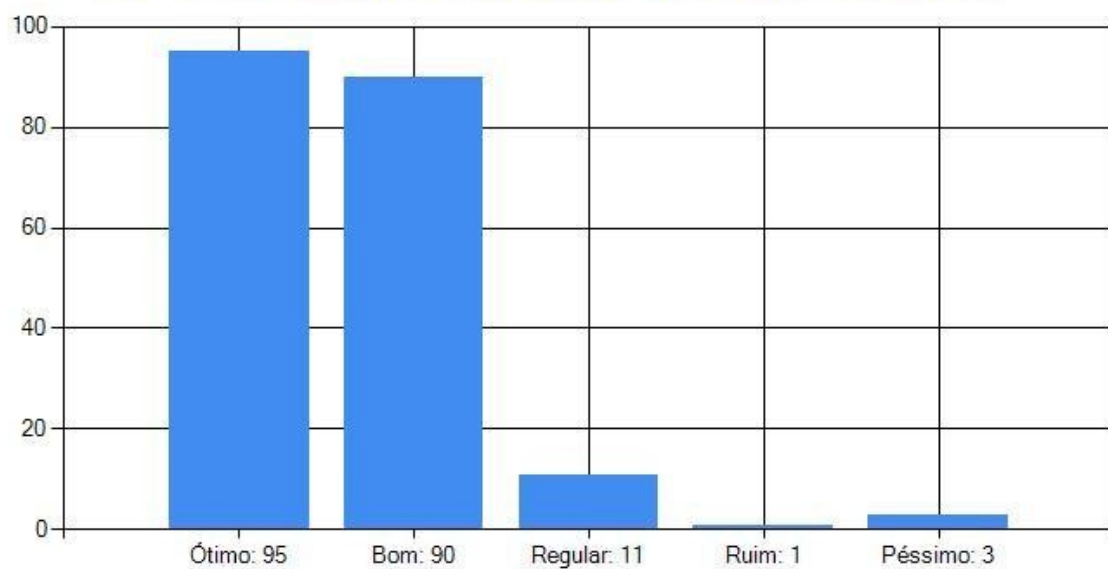


I54 - Avalie a atuação do (a):

a) Direção Geral do Câmpus

Total Geral

I54 - Avalie a atuação do(a): (a) Direção Geral do Câmpus



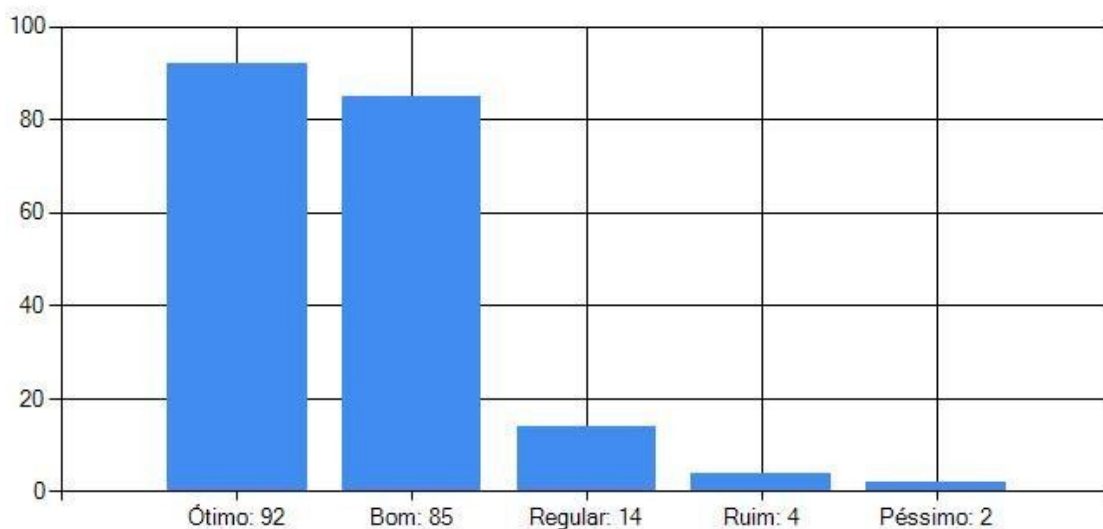


I55 - Avalie a atuação do (a):

b) Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Câmpus

Total Geral

I55 - Avalie a atuação do(a): (b) Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Câmpus

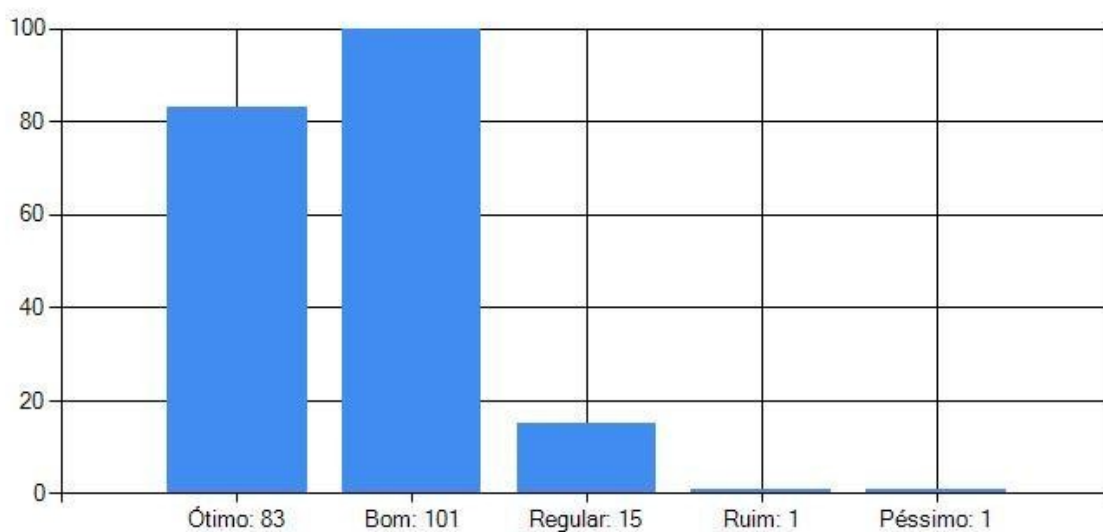


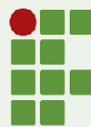
I56 - Avalie a atuação do (a):

c) Direção de Planejamento e Administração do Câmpus

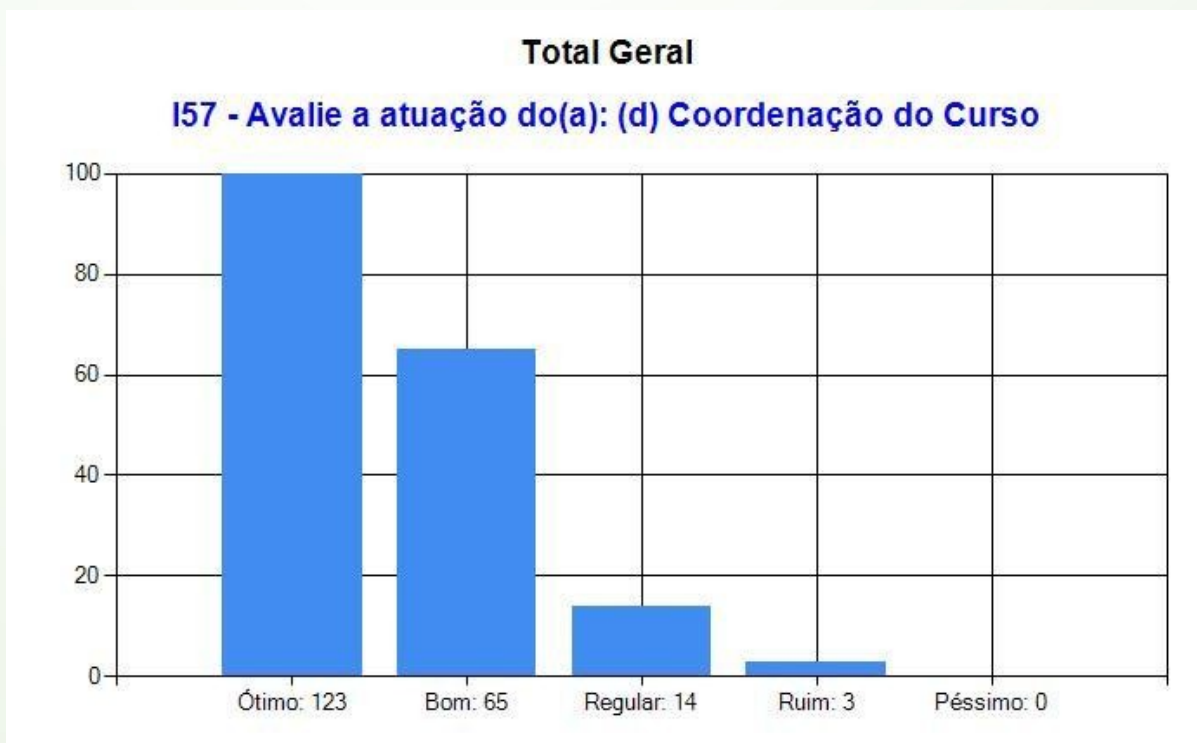
Total Geral

I56 - Avalie a atuação do(a): (c) Direção de Planejamento e Administração do Câmpus

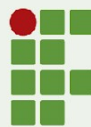




I57 - Avalie a atuação do (a):
d) Coordenação do Curso

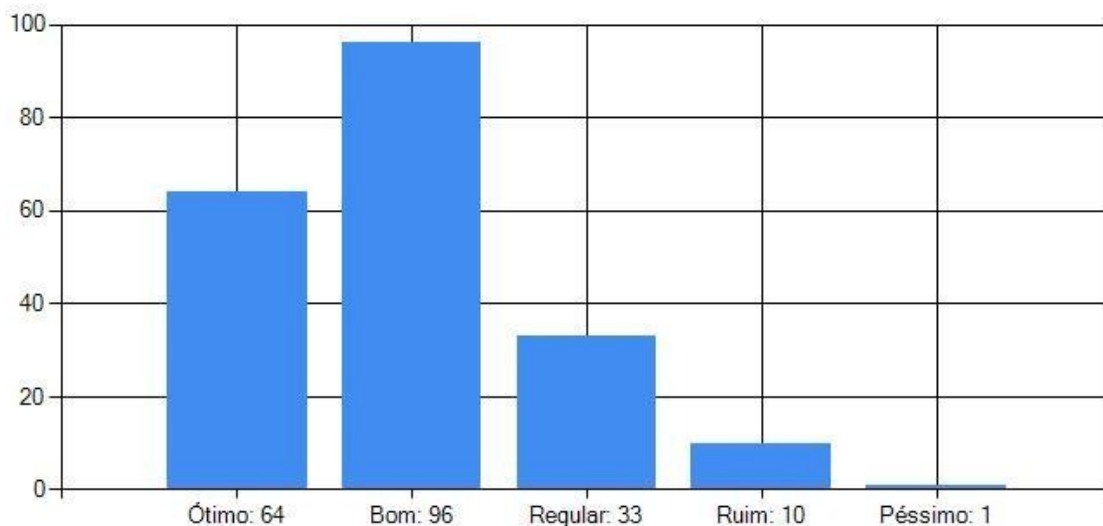


I58 - Em que medida você considera transparentes e democráticas as decisões tomadas pela gestão de sua unidade:



Total Geral

158 - Em que medida você considera transparentes e democráticas as decisões tomadas pela gestão de sua unidade:

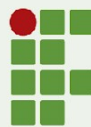


Resultados:

22% dos respondentes responderam “regular”, “ruim” e “péssimo” quando perguntados “Em que medida você considera transparentes e democráticas as decisões tomadas pela gestão de sua unidade?”. No âmbito do Ensino Superior do IFPR Câmpus Pitanga não há uma organização de representação estudantil. Possivelmente, quando esta existir, os estudantes terão uma melhor percepção das atividades de gestão. O Conselho Superior (CONSUP) foi o pior avaliado (6 respostas “ruim” e 4 “péssimo”), quando comparado ao CONSEPE, CONSAP, CGDO, CODIR, Gabinete da Reitoria, PROAD, PROENS, PROEPPI, PROGEPE, PROPLAN e CODIC.

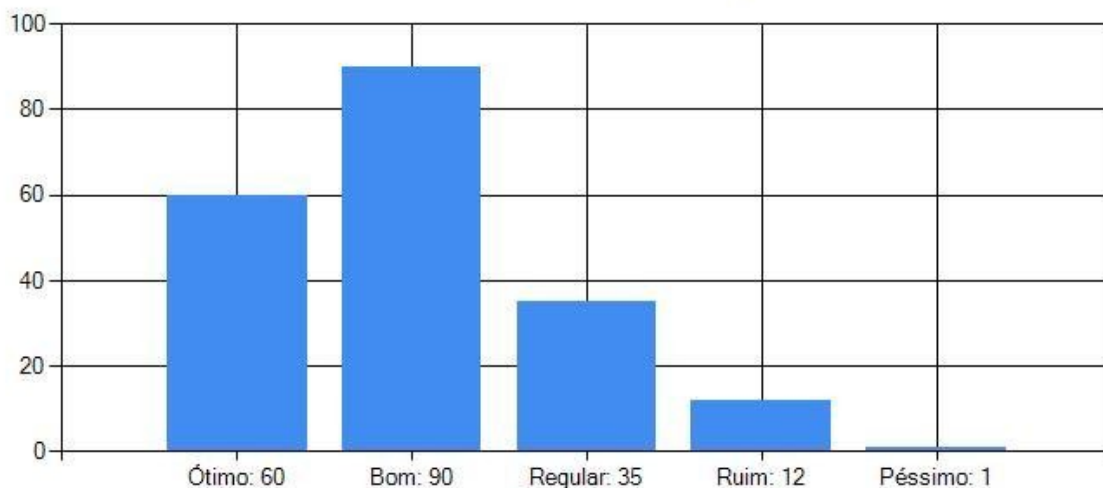
3.4.3 Sustentabilidade Financeira

159 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística quanto à reserva e distribuição de equipamentos: informática, audiovisuais, multimídia e dispositivos móveis:



Total Geral

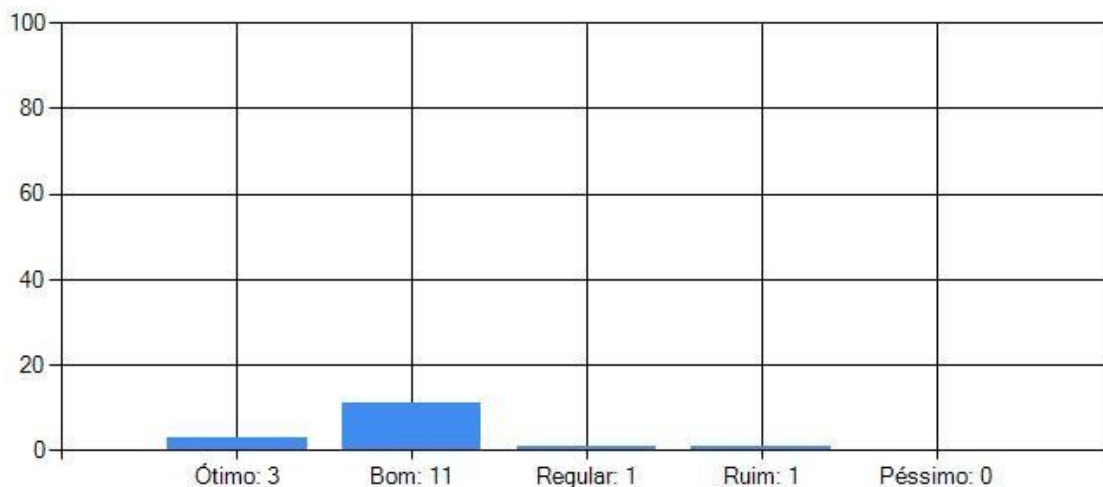
159 - Avalie o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística quanto à reserva e distribuição de equipamentos: informática, audiovisuais, multimídia e dispositivos móveis:

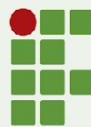


160 - Como você avalia a coerência dos recursos materiais de seu curso (laboratórios, equipamentos e instalações) com a proposta curricular, destinados às práticas de ensino, pesquisa e extensão:

Total Geral

160 - Como você avalia a coerência dos recursos materiais de seu curso (laboratórios, equipamentos e instalações) com a proposta curricular, destinados às práticas de ensino, pesquisa e extensão:

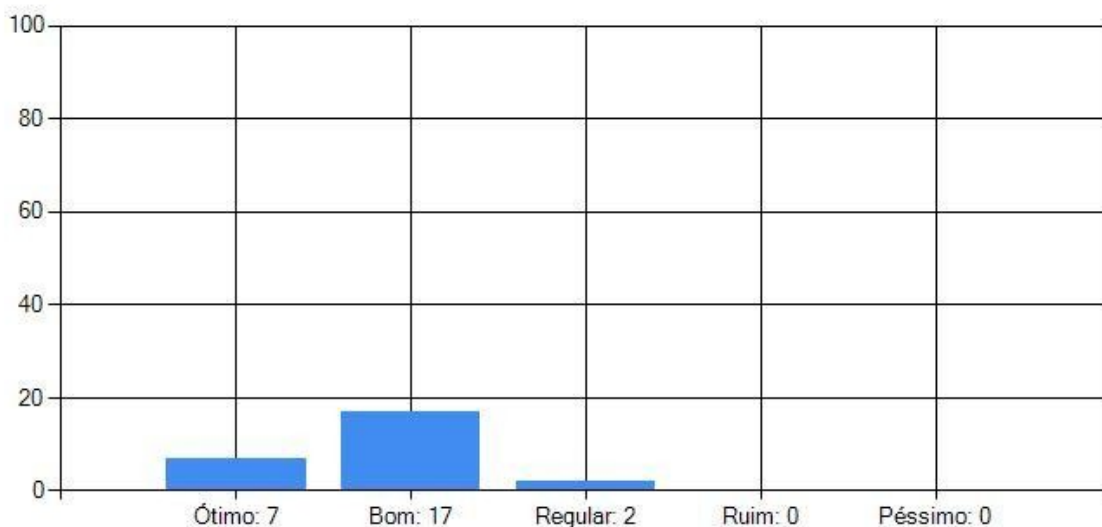




I61 - Sua avaliação sobre os processos de previsão, distribuição e execução de recursos orçamentários e financeiros em sua unidade é:

Total Geral

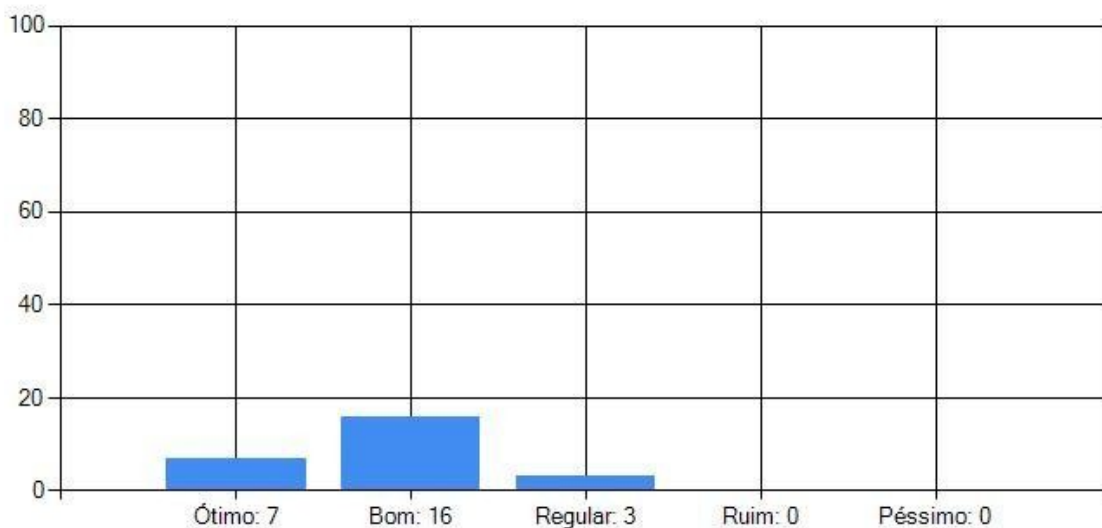
I61 - Sua avaliação sobre os processos de previsão, distribuição e execução de recursos orçamentários e financeiros em sua unidade é:

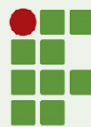


I62 - A coerência entre os cursos ofertados e a aplicação dos recursos financeiros na sua unidade é:

Total Geral

I62 - A coerência entre os cursos ofertados e a aplicação dos recursos financeiros na sua unidade é:

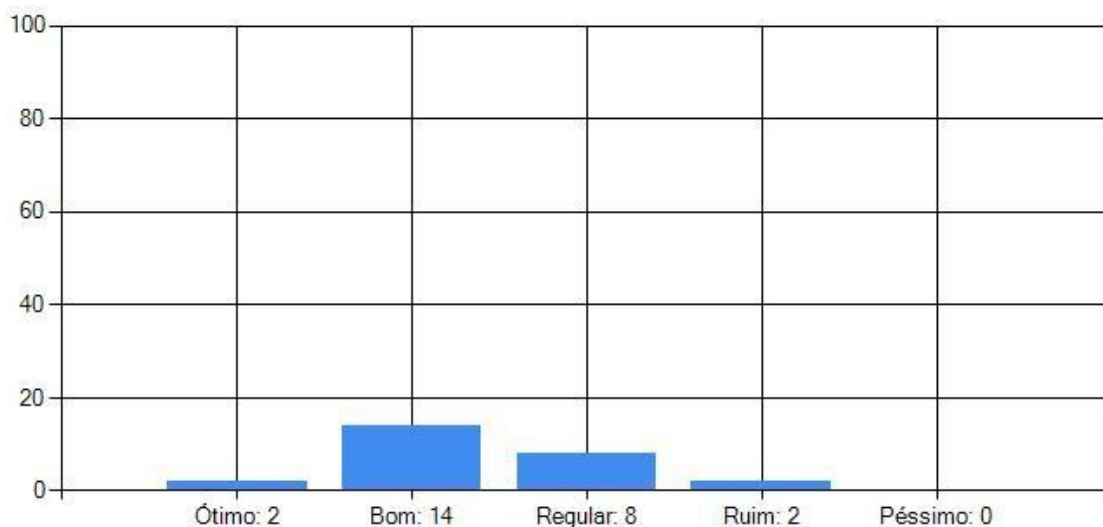




I63 - As políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão são:

Total Geral

I63 - As políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão são:

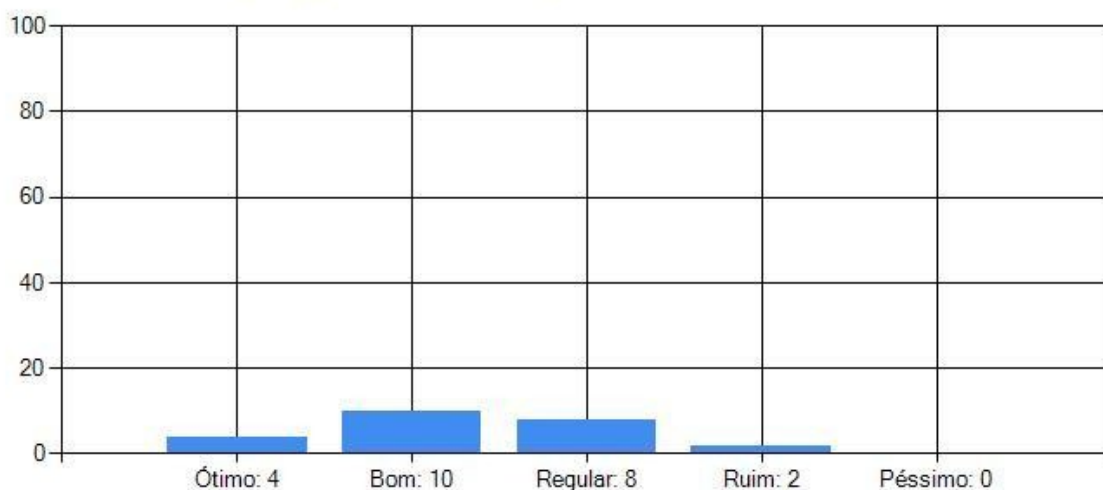


I64 - Avalie os programas e orientações para formalização de projetos e acordos (convênios, termos de cooperação ou similares) que promovam a captação de recursos:



Total Geral

164 - Avalie os programas e orientações para formalização de projetos e acordos (convênios, contratos, termos de cooperação ou similares) que promovam a captação de recursos:

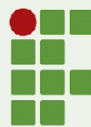


Resultados:

Quando questionados sobre “[...] o atendimento e eficiência nas atividades de apoio e logística quanto à reserva e distribuição de equipamentos: informática, audiovisuais, multimídia e dispositivos móveis”, 19% dos respondentes assinalaram como “regular” e “ruim”. Em relação às “[...] políticas de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão”, 16 respondentes apontaram como “ótimo” e “bom” e 10 como “regular” e “ruim”. Ou seja, 38% dos participantes da pesquisa não consideram boa a política de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no câmpus.

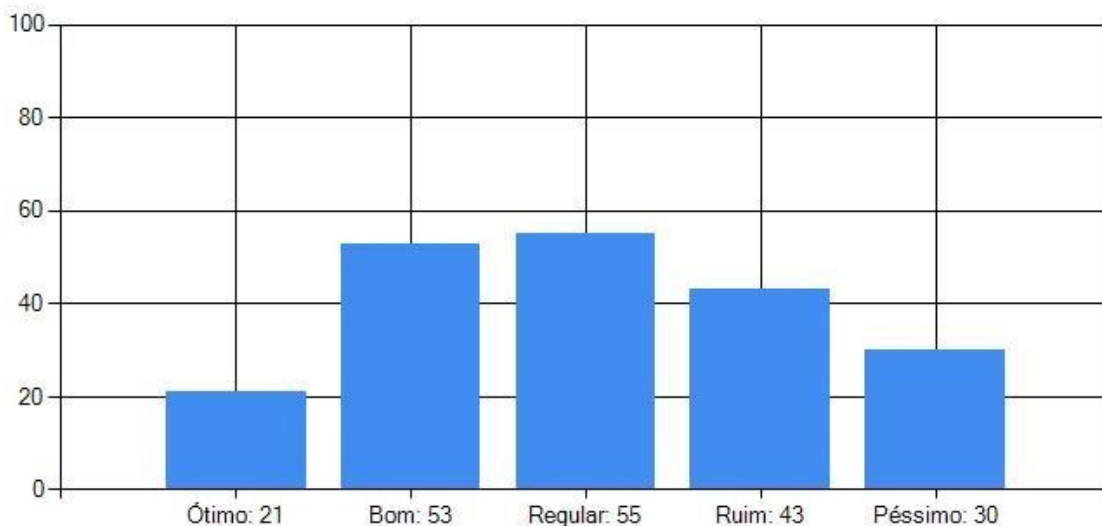
3.5 Eixo 5 – Infraestrutura

165 - As instalações de sua unidade oferecem acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, de forma:



Total Geral

165 - As instalações de sua unidade oferecem acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, de forma:

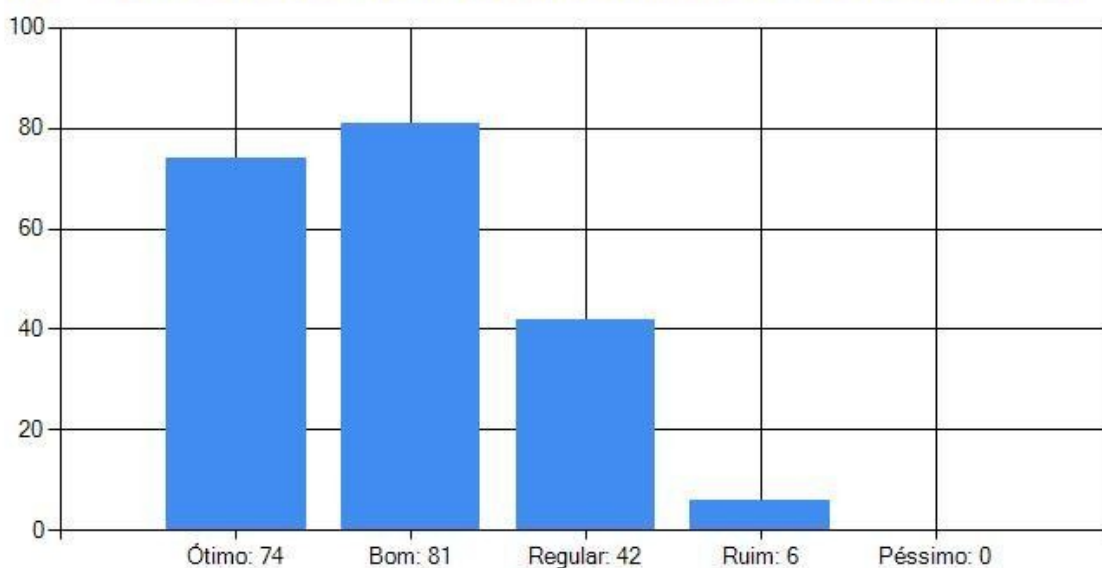


166 - Com relação às instalações da unidade, avalie:

a) Salas de aula:

Total Geral

166 - Com relação às instalações da unidade, avalie: a) Salas de aula



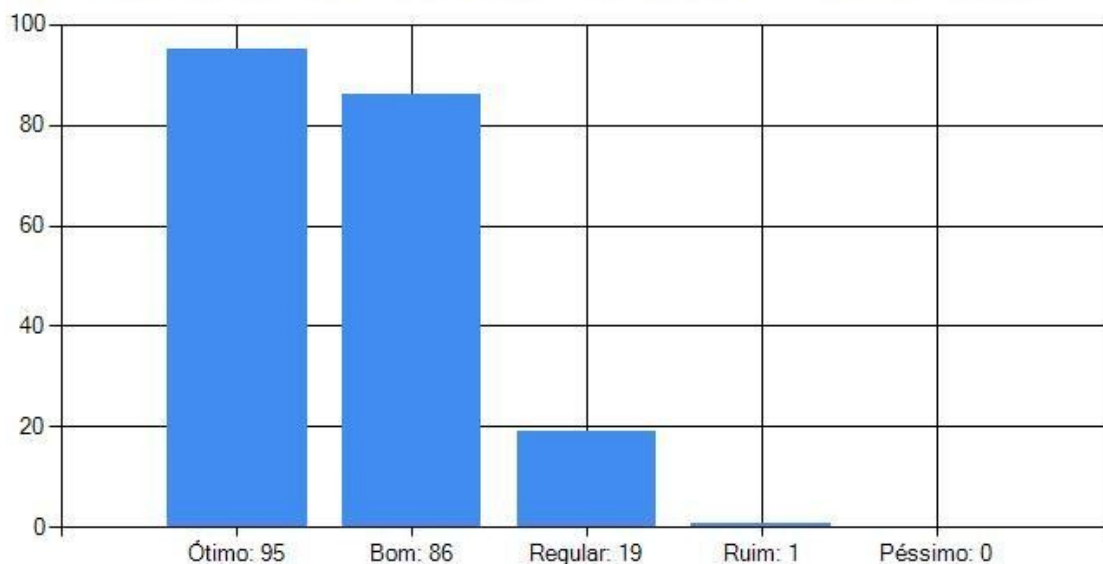
167 - Com relação às instalações da unidade, avalie:

b) Laboratórios



Total Geral

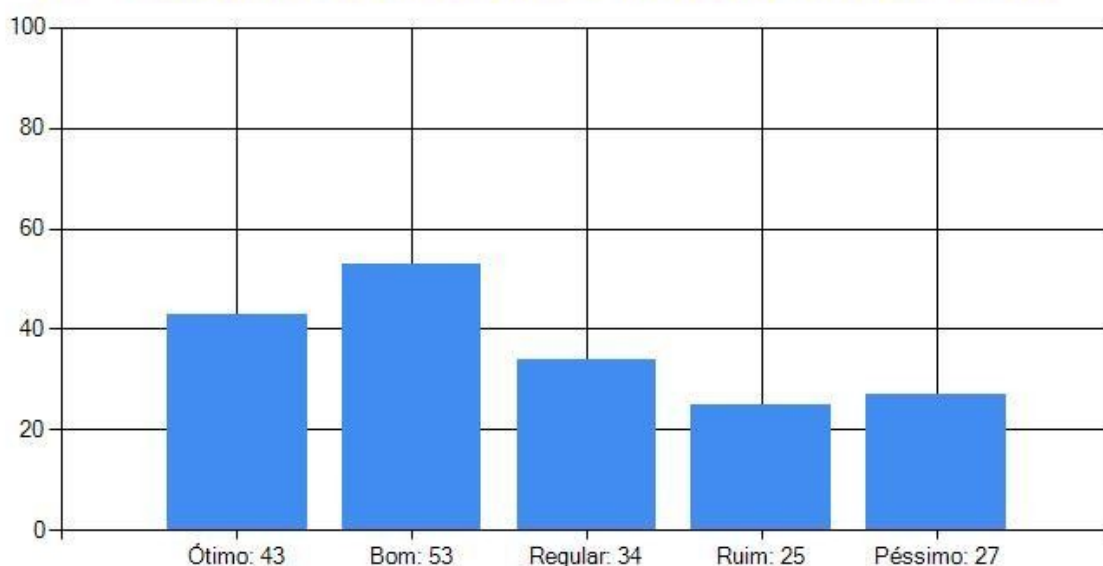
167 - Com relação às instalações da unidade, avalie: (b) Laboratórios



168 - Com relação às instalações da unidade, avalie:
c) Auditório

Total Geral

168 - Com relação às instalações da unidade, avalie: (c) Auditório

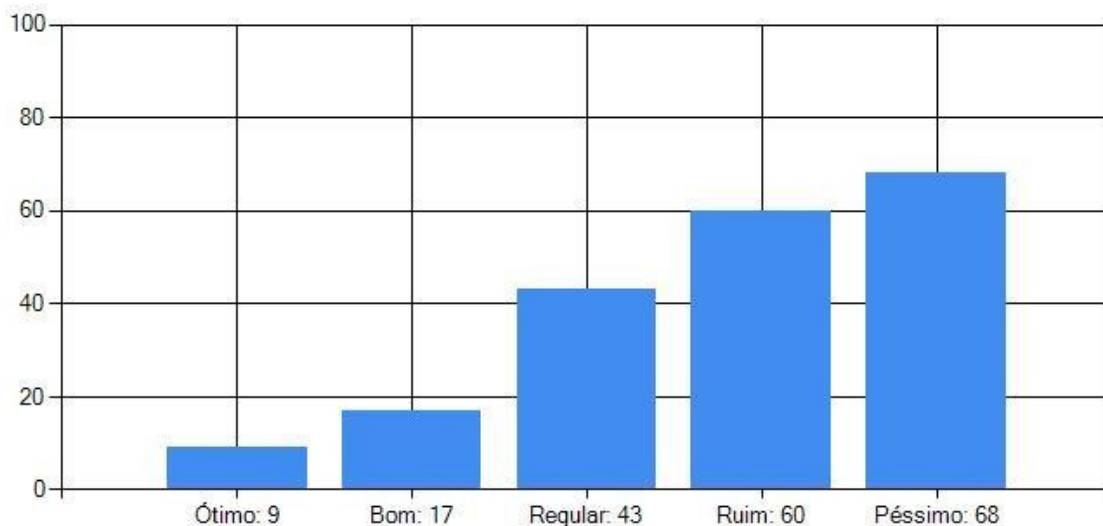


169 - Com relação às instalações da unidade, avalie:
d) Espaço de esportes



Total Geral

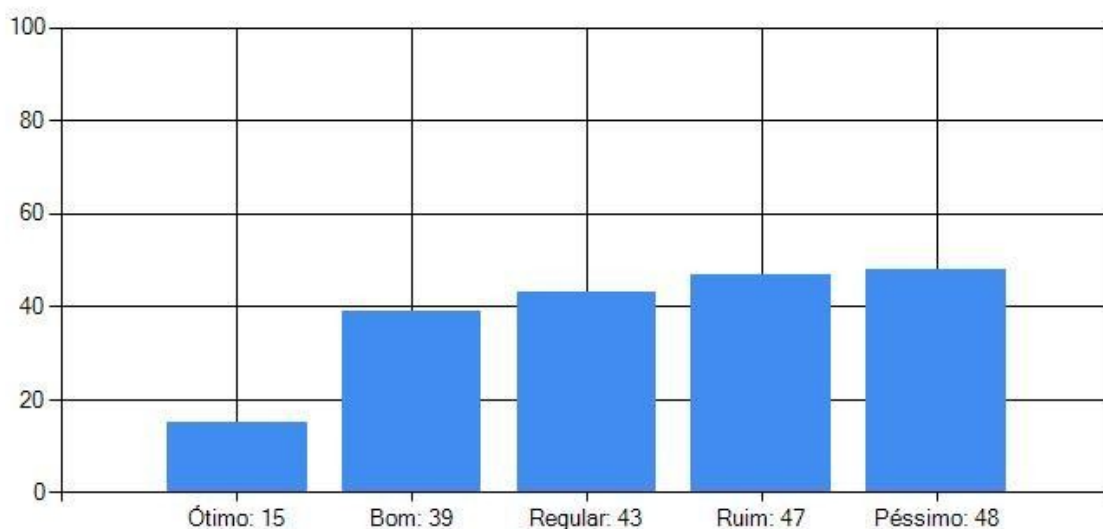
169 - Com relação às instalações da unidade, avalie: (d) Espaço de esportes



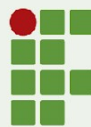
170 - Com relação às instalações da unidade, avalie:
e) Espaço de alimentação

Total Geral

170 - Com relação às instalações da unidade, avalie: (e) Espaço de alimentação

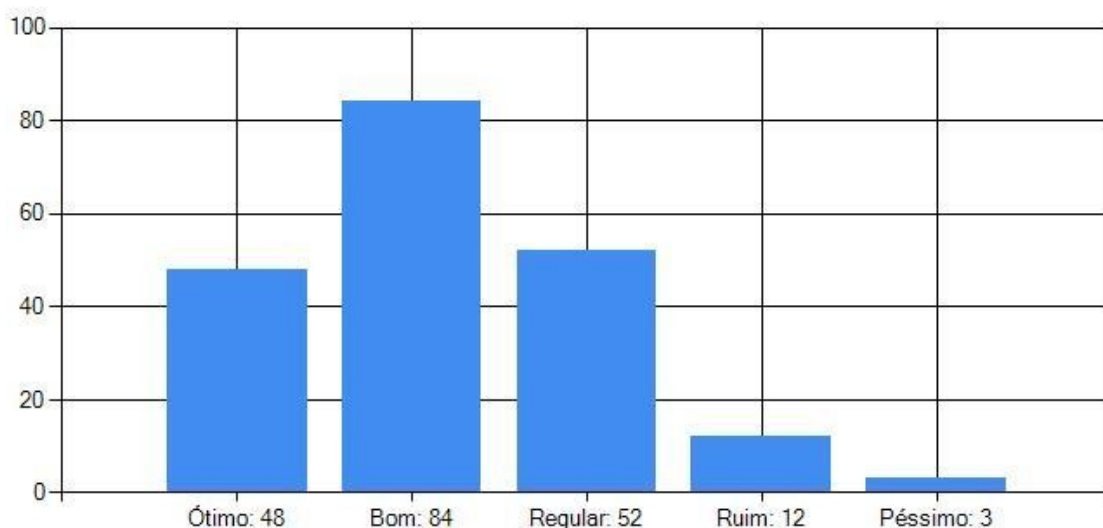


171 - Com relação às instalações da unidade, avalie:
f) Espaço de convivência



Total Geral

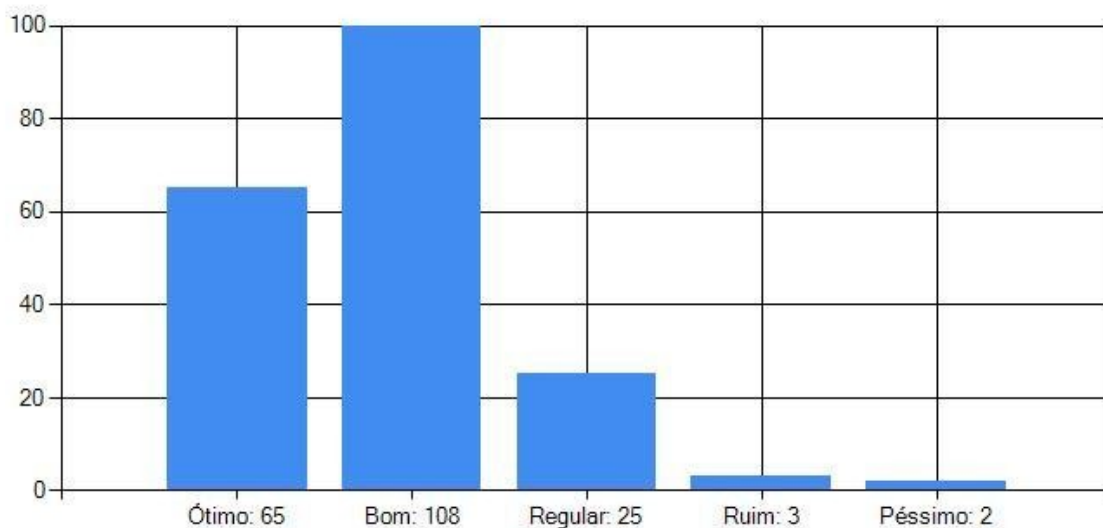
I71 - Com relação às instalações da unidade, avalie: (f) Espaço de convivência

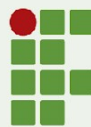


I72 - Como você avalia a manutenção e conservação da sua unidade?

Total Geral

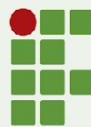
I72 - Como você avalia a manutenção e conservação da sua unidade?





Resultados:

No que diz respeito às instalações físicas que possibilitem acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, 73 respondentes (36%), de um total de 202, indicaram que a oferta de espaços acessíveis é ruim ou péssima. Alta também foram as avaliações negativas em relação ao espaço destinado à prática de esportes, 65% dos respondentes avaliaram como ruim ou péssimo, e em relação ao local destinado a alimentação, 49% dos respondentes avaliaram como ruim ou péssimo. Importante salientar que a falta de pavimentação na área externa do Câmpus, problemas de funcionamento do elevador, ausência de quadra poliesportiva e de refeitório podem ter motivado as avaliações negativas. Outro dado que chama a atenção diz respeito à avaliação do auditório. Mesmo o Câmpus não apresentando tal espaço, ele foi avaliado como ótimo ou bom por 48% dos respondentes. No que tange os espaços de sala de aulas, laboratório e espaço de convivência, as avaliações positivas ficaram acima dos 66%, com destaque para os laboratórios que tiveram 181 respondentes (90%) identificando suas estruturas como ótima ou boas.



4. PLANO DE AÇÃO DA CPA LOCAL

De acordo com as atribuições da CPA, no Art.12 de seu Regimento Interno , além de organizar o processo avaliativo e relatar os resultados para a comunidade, deve atender, conforme o item V, a necessidades de incorporar os resultados da avaliação e buscar, por meio destes, a melhoria da qualidade no IFPR; e no item VIII, a necessidade se refletir sobre as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos, com a construção e/ou aperfeiçoamento destes, fazendo-se uso de formulários, questionários e entrevistas.

Diante dessas atribuições, registrou-se no presente relatório, as proposições de melhorias que poderão ser incorporadas ao planejamento dos Campi e Reitoria. Registre-se também a importância das proposições no monitoramento do PDI, seus objetivos estratégicos, metas e ações de melhoria.

4.1. Objetivos Estratégicos

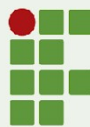
O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR– PDI 2019/2023 é o instrumento de gestão que norteia a atuação da instituição e traz os objetivos estratégicos com os quais o IFPR busca atingir sua missão e visão institucional.

Construído de forma participativa e submetido à apreciação pública e dos órgãos superiores do IFPR, o PDI constitui-se no compromisso assumido pela instituição, em todos seus níveis de gestão, na promoção de educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência.

A autoavaliação institucional insere-se nesse contexto e precisa, portanto, considerar os objetivos e compromissos assumidos pela instituição. As informações levantadas no processo de autoavaliação eventualmente podem estar relacionadas com atividades que já são objeto de melhoria na instituição ou cujos problemas já foram identificados e receberam o devido encaminhamento.

Nesse sentido, de forma a evitar redundâncias, retoma-se abaixo os objetivos estratégicos elencados no PDI de modo que as propostas de melhoria sugeridas por esta comissão sejam feitas à luz de tais objetivos.

Ensino (Médio, Superior, Pós-graduação e EaD)



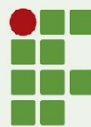
- Atender, institucionalmente e no âmbito de cada câmpus, aos percentuais legais de vagas para cursos de nível médio, formação de professores e PROEJA;
- Garantir que a oferta de cursos superiores (excluindo Licenciaturas) seja integralmente alinhada com os eixos tecnológicos já ofertados no câmpus;
- Expandir a oferta de cursos regulares nas modalidades presencial e a distância;
- Promover a elevação do interesse pelos cursos ofertados pela instituição (presenciais e EaD), refletida no aumento da relação candidato/vaga;
- Criar mecanismos efetivos de redução da evasão, em todos os níveis e modalidades de ensino, pelo aprimoramento dos processos de acompanhamento pedagógico e social dos estudantes, de modo a assegurar condições de permanência e êxito estudantil e o aumento da eficiência da instituição;
- Estimular e melhorar a titulação e capacitação do corpo docente;
- Alcançar o patamar de 100% dos docentes com carga horária mínima, conforme definido nos regulamentos institucionais, bem como alcançar o mínimo de 20 na relação aluno/professor;
- Alcançar o conceito 5 do IGC de todos os cursos superiores e nota máxima na CAPES para os cursos de mestrado e doutorado.

Extensão

- Articular o planejamento e a captação de recursos através de projetos voltados às demandas sociais e econômicas, com vista ao fortalecimento, ampliação e apoio a projetos de extensão, possibilitando maximizar a quantidade de estudantes e docentes envolvidos com os projetos, refletindo na ampliação do número de publicações relevantes.

Pesquisa

- Fortalecer, ampliar e incentivar os programas e grupos de pesquisa científica, preferencialmente aplicada, através do planejamento e a captação de recursos por meio de projetos e convênios com instituições financiadoras, direcionados às demandas sociais e econômicas regionais;
- Fomentar e maximizar a participação e envolvimento dos discentes nos projetos de iniciação científica, preferencialmente voltados à pesquisa aplicada, na apresentação dos projetos em eventos científicos, resultando em produções científicas e tecnológicas e publicações de trabalho em periódicos indexados, nacionais e internacionais.



Inovação

- Criar e alicerçar a cultura de inovação no IFPR, fomentando, fortalecendo, ampliando, apoiando e consolidando os programas de inovação e de proteção da propriedade intelectual;
- Fomentar a transferência de conhecimentos e tecnologia nos programas e projetos que atendam aos interesses do IFPR;
- Estimular o empreendedorismo de base tecnológica e o empreendedorismo social nos estudantes do IFPR.

Internacionalização

- Fortalecer a internacionalização do IFPR através do estabelecimento de políticas, programas de parcerias externas, realização de eventos científicos internacionais, assim como incentivar a produção e publicação de pesquisas em revistas internacionais.

Esportiva Artística Cultural

- Fomentar e apoiar as práticas esportivas, artísticas, culturais e sociais nos campi, revertidas no maior engajamento ativo da comunidade acadêmica nessas ações.

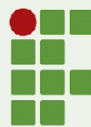
Diversidades

- Criar e implementar projetos e ações de valorização das diversidades que caracterizam os sujeitos que constituem o IFPR de modo que as diferenças sejam reconhecidas como fatores positivos para os processos educacionais desenvolvidos pela instituição, fomentando o envolvimento de toda comunidade acadêmica nas atividades.

Meio Ambiente

- Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável e o total cumprimento do PLS, incluindo a gestão de resíduos sólidos, bem como maximizar o envolvimento da comunidade interna através da sensibilização e dos docentes, TAE's e discentes na redução de impactos ambientais.

Patrimônio Artístico Cultural



- Criar projetos e ações de conservação e valorização do patrimônio artístico e cultural, promovendo parcerias e convênios com instituições externas, visando a participação do maior número de discentes e docentes nas ações e projetos.

Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

- Criar mecanismos efetivos de acompanhamento e monitoramento dos egressos da instituição;
- Propiciar aos estudantes a inserção profissional no mercado de trabalho através de oportunidades de estágios obrigatórios e não
- Mediante parcerias com o setor produtivo regional de atuação do câmpus;
- Promover maior integração entre o IFPR e as comunidades regionais sócio-vulneráveis, assim como desenvolver e ofertar cursos de formação inicial e continuada voltados a este público, visando a empregabilidade e melhoria nas condições socioeconômicas desses cidadãos.

Inclusão Social

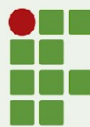
- Manter e acompanhar o sistema de cotas a fim de garantir o IFPR como uma instituição inclusiva, bem como propiciar bolsas de inclusão social, nas mais diversas modalidades, assegurando aos discentes em situação de vulnerabilidade social condições de permanência e êxito, aumentando a eficiência da instituição.

Educação em Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

- Criar projetos, ações, estabelecer parcerias e convênios para a defesa e promoção dos direitos humanos, buscando envolver a comunidade acadêmica nessas atividades.

4.2 Propostas de Melhorias

- Desenvolver estratégias, especialmente junto ao corpo discente, de esclarecimento sobre o instrumento de avaliação da CPA.
- Melhorar o atendimento às demandas de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
- Promover estratégias para que os estudantes se apropriem melhor dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos (PPC).



- Elaborar novas estratégias para o reconhecimento do trabalho dos servidores.
- Tornar o IFPR Câmpus Pitanga mais conhecido pela comunidade.
- Melhorar a política para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários).
- Tornar mais transparentes e democráticas as decisões tomadas pela gestão do câmpus.
- Melhorar nas atividades de apoio e logística quanto à reserva e distribuição de equipamentos: informática, audiovisuais, multimídia e dispositivos móveis.
- Melhorar a política de expansão/conservação dos espaços físicos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Melhorar as instalações físicas que possibilitem acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Criar espaço adequado para a prática de esportes.
- Criar espaço adequado para a alimentação.
- Atualizar as informações sobre a CPA Local no site do IFPR Câmpus Pitanga.

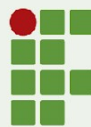


4.3 Plano de Ação

AÇÃO	SETORES ENVOLVIDOS	PREVISÃO
Finalização do Relatório Final da CPA Local 2022/2023	CPA Local	22/12/2023
Socialização do Relatório Final da CPA Local 2022/2023 para o devido encaminhamento das melhorias necessárias apontadas pela comissão	Todos os setores do IFPR Câmpus Pitanga	22/12/2023
Recepção dos dados referentes à coleta 2023/2024	CPA Central e CPA Local	1º semestre de 2024
Reuniões quinzenais da CPA Local para análise dos dados e confecção do Relatório Final da CPA Local 2023/2024	CPA Local	2024
Atualização contínua das informações da CPA Local no site do IFPR Câmpus Pitanga	CPA Local e Comissão de Comunicação do IFPR Câmpus Pitanga	2024
Finalização do Relatório Final da CPA Local 2023/2024	CPA Local	1º semestre de 2024
Socialização do Relatório Final da CPA Local 2023/2024 para o devido encaminhamento das melhorias necessárias apontadas pela comissão	Todos os setores do IFPR Câmpus Pitanga	1º semestre de 2024
Reuniões quinzenais da CPA Local	CPA Local	2º semestre de 2024
Coleta de dados 2024/2025	Todos os setores do IFPR Câmpus Pitanga	2º semestre de 2024

4.4 Calendário da CPA

O calendário da CPA Local será executado conforme descrito no Plano de Ação apresentado no item 4.3.

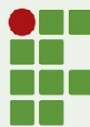


5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram diversas as dificuldades encontradas para a confecção deste relatório, visto que foi o primeiro elaborado pela CPA Local do IFPR Câmpus Pitanga. Apesar disso, consideramos que, a partir de uma coleta de dados exitosa, apresentamos dados importantes para a visualização de pontos a serem melhorados no câmpus. A participação da comunidade acadêmica contribuiu significativamente para a execução dos trabalhos da CPA Local, facilitando a coleta de dados e a finalização do relatório final da comissão. Desta forma, a avaliação da CPA foi processada envolvendo a comunidade acadêmica, nos diversos cursos ofertados.

Neste ciclo, decorreram três processos de Avaliação Externa de Cursos, realizados pelo INEP, com a participação da nossa CPA Local e da Central, como convidada, em conformidade com o protocolo das Comissões de Avaliação do INEP. Os processos indicaram pontos positivos e negativos, a serem melhorados pela equipe do câmpus, e os cursos foram todos aprovados.

Como resultado, esperamos obter a integração dos diversos processos de avaliação, propiciando à comunidade acadêmica o conhecimento de suas qualidades, problemas e desafios; o fortalecimento do compromisso social da Instituição e a ampliação do compromisso com a transparência pela socialização das informações. Almejamos, assim, que essa avaliação promova a evolução e crescimento do IFPR Câmpus Pitanga.



6. REFERÊNCIAS

01 – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

02 – LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - DBEN), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13666-16-maio-2018-786690-publiacaooriginal-155573-pl.html>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm

03 – Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela Instituição

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/org-aos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

04 – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

http://download.inep.gov.br/download//superior/2004/Legislacao/LEI_n10861_14_4_04_SINAES.doc

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

05 – Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf

06 – Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>

07 – Resolução n.º 10, de 4 de outubro de 2007, Dispõe sobre normas e procedimentos para o credenciamento e o recredenciamento de Centros Universitários.

http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Resolucao_CES_CNE_10_41007.pdf

08 – LEI Nº- 11.507, DE 20 DE JULHO DE 2007 Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -



INEP ou pela Fundação CAPES; reestruturada pela LEI Nº 12.269, DE 21 DE JUNHO DE 2010, em seus artigos 35 e 36.

http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Lei11507_20_2007.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11507.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12269.htm#art35

09 – PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007(*) Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

http://download.inep.gov.br/download//superior/2011/portaria_normativa_n40_12_dezembro_2007.pdf

http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf

10 – LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm#art32

11 – Resolução nº 23/09 CONSUP-IFPR, de 14 de dezembro de 2009, que Cria a Comissão Própria de Avaliação do IFPR,

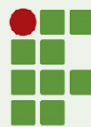
<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-23.09.pdf>

12 – RESOLUÇÃO Nº 3 DE 14 DE OUTUBRO DE 2010. Regulamenta o art. 52 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2010/resolucao_n_03_de_14102010.pdf

13 – INSTRUÇÃO NORMATIVA No - 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2013 Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2013/instrucao_normativa_n_1_de_14012013.pdf



14 – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 31 DE MAIO DE 2013. Estabelece critérios para dispensa de visita de avaliação in loco pelo INEP e o padrão decisório para os pedidos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial ofertados por IES integrantes do sistema federal de ensino.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2013/instrucao_normativa_n_4_de_31052013.pdf

15 – Portaria nº 92 de 31 de janeiro de 2014 que aprova os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial do SINAES.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2014/portaria_instrumento_n92_31012014.pdf

16 – Roteiro de Autoavaliação SINAES/CONAES/INEP/MEC 2004

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>

17 - Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância – 05/2012

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf

18 – Instrumento de Avaliação – SINAES/CONAES/INEP/DAES – 08/2014

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf

19 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância, abril de 2016

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf

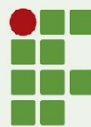
20 – Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância, oficializados pelo CONAES/INEP/DAES/MEC, na Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, que fundamentam as alterações propostas nas metodologias para avaliações externas; de Outubro de 2017

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

21 – NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 062. Definição da estrutura do Relato Institucional

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relato_institucional.pdf



22 – NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065 de 09/10/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional

http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_rot_eiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf

23 – RESOLUÇÃO 01 de 11/03/2016 CONAES/DAES/INEP/ /MEC, estabelecendo diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade à distância,

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-CNE-001-2016-03-11.pdf> e

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=317442>

24 – PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 20 DE JUNHO DE 2017 Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/portaria_normativa_N_11_20062017.pdf

25 – PORTARIA N 1.382, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017. GAB/MEC Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1383-2017-10-31.pdf>

26 – PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/portaria_N_19_13122017.pdf

27 – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/instrucao_normativa_N_1_15122017.pdf

28 – DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/decreto_N_9057_25052017.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm

29 – DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 CAPÍTULO I Dispõe sobre o



exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2017/decreto_N_9235_15122017.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107

30 – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/instrucao_normativa_n2_22122017.pdf

31 – NOTA TÉCNICA Nº 16/2017/CGACGIES/DAES NOVOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (IAIE); INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (IACG).

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8_0171-anexo-1-portaria-normativa-n-20-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=301_92

33 – NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGACGIES/DAES REVISÃO DOS ITENS 4.9 E 5.5 DA NOTA TÉCNICA Nº 16/2017/CGACGIES/DAES.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0159763.pdf

34 - RESOLUÇÃO IFPR Nº 68, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019/2023.

<https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Revisao-2020.pdf>